

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA LUCIA RODRIGUES

A PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO  
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO EM  
MUNICÍPIOS PARANAENSES

CURITIBA

2021

ANA LUCIA RODRIGUES

A PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO  
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO EM  
MUNICÍPIOS PARANAENSES

Dissertação apresentada como requisito parcial  
à obtenção do grau de Mestre em Educação, no  
Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor  
de Educação, da Universidade Federal do  
Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Elisângela Alves da  
Silva Scaff

CURITIBA

2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de  
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças  
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584

Rodrigues, Ana Lucia.

A participação do conselho municipal de educação no monitoramento  
e avaliação dos planos de educação em municípios paranaenses / Ana  
Lucia Rodrigues. – Curitiba, 2021.

126 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de  
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elisângela Alves da Silva Scaff

1. Educação e Estado – Paraná. 2. Políticas educacionais. 3.  
Avaliação educacional – Paraná. 4. Conselhos de educação – Paraná. 5.  
Escolas – Organização e administração. I. Título. II. Universidade Federal  
do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO  
40001016001P0

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ANA LUCIA RODRIGUES** intitulada: **A PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO EM MUNICÍPIOS PARANAENSES**, sob orientação da Profa. Dra. ELISANGELA ALVES DA SILVA SCAFF, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 12 de Fevereiro de 2021.

Assinatura Eletrônica

25/02/2021 19:21:00.0

ELISANGELA ALVES DA SILVA SCAFF

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

05/03/2021 11:17:33.0

ANGELO RICARDO DE SOUZA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

25/02/2021 18:51:58.0

REGINA TEREZA CESTARI DE OLIVEIRA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO)

À minha filha Isabella Fernanda!

À minha mãe Maria Madalena!

Ao meu pai, Francisco de Assis (*in memoriam*)!

Às minhas irmãs e irmãos!

À minha amada e grande família!

Às minhas amigas e amigos!

Por vibrarem com minhas vitórias, sofrer com meu sofrimento e me amparar nas derrotas, incentivando-me em todos os momentos!

## **AGRADECIMENTOS**

A realização desta Dissertação se deu com a participação e colaboração de muitas pessoas. A todas, a minha imensa gratidão.

Agradeço especialmente:

A minha orientadora, Profa. Dra. Elisângela Alves da Silva Scaff, pela oportunidade, disponibilidade e porque estimulou a minha autonomia intelectual;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Linha de Políticas Educacionais, pela sabedoria em acolher e promover seus alunos;

Aos professores Ângelo Ricardo de Souza, Regina Tereza Cestari de Oliveira e Ana Lorena Oliveira Bruel por participarem das Bancas de Qualificação e de Defesa, pelos apontamentos essenciais e por me presentearam com seus conhecimentos;

Aos colegas do mestrado, em especial, Rosangela dos Santos, Celso de Oliveira e Elias Barbosa Silva pelas palavras incentivadoras e de amizade;

À UNCME Paraná, UNDIME/PR e SEED-PR, e em especial aos Conselhos Municipais de Educação Paranaenses, pela disponibilidade e pela riqueza das contribuições, mesmo em momentos de muitos afazeres;

Aos amigos Andréia Côrrea, Patrícia Francisco, Raquel Santana, Cássio Moletta, Mauricio Pastor, Marli Patrícia, Marta Croce e muitos outros por me encorajarem na realização deste sonho;

Aos meus irmãos Luís, José, Marcelo, sobrinhos e sobrinhas que, mesmo algumas vezes distantes, sabia que estavam por perto;

Às minhas queridas irmãs Cristina, Carmen, Adriana e Claudia por sempre estarem ao meu lado me incentivando;

À minha amada mãe Madalena, por sempre me dar forças e coragem para minhas grandes conquistas e compreender minhas ausências;

E, principalmente, à minha amada filha Isabella Fernanda Rodrigues da Silva por diariamente me animar, encorajar, acompanhar e colaborar, nesta pesquisa, para que pudesse realizar e concluir este trabalho.

“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar é se levantar, esperar é ir atrás, esperar é construir, esperar é não desistir!” (Paulo Freire)

## RESUMO

Este estudo insere-se na Linha de Pesquisa de Políticas Educacionais do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e teve como objetivo analisar como os Conselhos Municipais de Educação do estado do Paraná estão participando do monitoramento e da avaliação dos Planos Municipais de Educação. A pesquisa contempla trezentos e cinquenta e um (351) municípios que aprovaram suas leis, por meio de Conferências Municipais de Educação de acordo com a exigência da Lei 13.005/2014, que disciplinou o Plano Nacional de Educação. A metodologia utilizada foi a qualitativa, pautada em dados pesquisados nas páginas eletrônicas dos órgãos oficiais nacionais e municipais, documentos legais e questionário da Plataforma *Google Forms*, inicialmente, com os dados dos trezentos e sessenta e sete (367) Conselhos Municipais de Educação legalmente instituídos. Verificou-se que dezesseis (16) conselhos encontram-se inativos e não completaram a pesquisa, o que levou à delimitação do estudo em trezentos e cinquenta e um (351) municípios que possuem conselhos ativos e que responderam ao questionário. Observou-se, também, que os CME que responderam estão organizados, em funcionamento e que, destes, apenas vinte (20) conselhos são normativos, com leis de Sistema Municipal de Ensino. Constatou-se, em síntese, que os Conselhos Municipais de Educação do Paraná têm atribuições e estratégias legais para o monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação, assim como a participação nos Fóruns Municipais de Educação dos municípios com ou sem Sistemas Municipais de Ensino, porém, foi possível verificar que, mesmo com estas atribuições legais, ainda há municípios com Conselhos Municipais de Educação deliberativos, propositivos e fiscalizadores, sendo ou não normativos, que não estão avaliando seus planos ou não postando seus Relatórios na página do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação, órgão responsável pelo levantamento dos dados dos PME.

**Palavras-chave:** Conselho Municipal de Educação. Plano Municipal de Educação. Participação. Monitoramento e avaliação. Política Educacional.



## ABSTRACT

This study is part of the Educational Policies Research Line of the Graduate Program of the Federal University of Paraná (UFPR) and aimed to analyze how the Municipal Education Councils of the state of Paraná are participating in the monitoring and evaluation of the Plans Municipal Education. The research includes three hundred and fifty-one (351) municipalities that approved their laws, through Municipal Education Conferences in accordance with the requirements of Law 13,005. The methodology used was qualitative, based on data searched on the electronic pages of the national and municipal official organs, legal documents and questionnaire of the Google Forms Platform, initially, with data of the three hundred and sixty-seven (367) Municipal Councils of Education legally instituted. Sixteen (16) councils were found inactive and did not complete the survey, which led to the delimitation of the study in three hundred fifty-one (351) municipalities that have active councils and that answered the questionnaire. It was also observed that the CME respondents are organized, in operation and that, of these, only twenty (20) councils are normative, with laws of Municipal Education System. It was found, in summary, that the Municipal Education Councils of Paraná have legal tasks and strategies for the monitoring and evaluation of the Municipal Plans of Education, as well as participation in Municipal Education Forums of municipalities with or without Municipal Education Systems, however, it has been possible to verify that even with these legal tasks, there are still municipalities with deliberative, propositional and supervisory Municipal Councils of Education, whether or not normative, they are not evaluating their plans or posting their Reports on the page of the Integrated Monitoring System Execution and Control of the Ministry of Education, the organ responsible for the data collection of SME.

**Keywords:** City Council of Education. Municipal Education Plan. Participation. Monitoring and evaluation. Educational politics.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - REVISÃO DA LITERATURA – DISSERTAÇÕES E TESES .....	20
QUADRO 2 - LEVANTAMENTO DOCUMENTAL .....	28
QUADRO 3 - HISTÓRICO DOS CONSELHOS NO BRASIL .....	35
QUADRO 4 - ATRIBUIÇÕES/FUNÇÕES DOS CONSELHOS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (2009) .....	45
QUADRO 5 - SEGMENTOS REPRESENTATIVOS DOS CONSELHOS PARANAENSES (AMOSTRAGEM COM 100 MUNICÍPIOS) .....	55
QUADRO 6 - MUNICÍPIOS COM SISTEMA DE ENSINO NO ESTADO DO PARANÁ ATÉ 2019 .....	69
QUADRO 7 - PLANOS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL .....	76
QUADRO 8 - SITUAÇÃO DOS PLANOS SUBNACIONAIS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL – 2019 .....	84
QUADRO 9 - ESTRATÉGIAS DO CME PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME .....	91

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - QUANTIDADE DE CME NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ .....	31
GRÁFICO 2 - SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ	53
GRÁFICO 3 - PARIDADE DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ.....	58
GRÁFICO 4 - TEMPO DE MANDATO EM CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO PARANAENSES .....	59
GRÁFICO 5 - FORMAÇÕES PARA CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ.....	61
GRÁFICO 6 - FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ.....	62
GRÁFICO 7 - CME COM CÂMARA INTEGRADA DO FUNDEB.....	63
GRÁFICO 8 - SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO CME .....	65
GRÁFICO 9 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NORMATIVO NO PARANÁ .....	68
GRÁFICO 10 - CME PARANAENSE COM PARTICIPAÇÃO NOS FÓRUNS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO .....	73
GRÁFICO 11 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARTICIPANDO DOS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO PARANAENSES .....	86
GRÁFICO 12 - MUNICÍPIOS PARANAENSES COM RELATÓRIOS NO SIMEC .....	88
GRÁFICO 13 - CME E ATRIBUIÇÕES LEGAIS NO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NOS PME PARANAENSES.....	89
GRÁFICO 14 - CME PARANAENSE COM ESTRATÉGIAS NO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NO PME .....	90
GRÁFICO 15 - SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO CME NOS PME DO PARANÁ.....	92

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

ANPED	- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CACS	- Conselho de Acompanhamento e Controle Social
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDES	- Centro de Estudos Educação e Sociedade
CEE	- Conselho Estadual de Educação
CF	- Constituição Federal
CFE	- Conselho Federal de Educação
CGARE	- Coordenação-Geral de Apoio às Redes
CMDCA	- Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
CME	- Conselho Municipal de Educação
CMMA	- Comissão Municipal de Monitoramento e Avaliação
CNE	- Conselho Nacional de Educação
COMAE	- Conselho de Alimentação Escolar
CONAE	- Conferência Nacional de Educação
CONSED	- Conselho Nacional de Secretários de Educação
CTE-IRB	- Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa
DARE	- Diretoria de Articulação as Redes
EAD	- Educação a Distância
EC	- Emenda Constitucional
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
FCT/Unesp	- Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia
FEE	- Fórum Estadual de Educação
FME	- Fórum Municipal de Educação
FNE	- Fórum Nacional de Educação
FUNDEB	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educ. Anísio Teixeira
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério da Educação
PEE	- Plano Estadual de Educação
PL	- Projeto de Lei
PME	- Plano Municipal de Educação
PNE	- Plano Nacional de Educação
PR	- Paraná
PRADIME	- Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação
PRÓ-CONSELHO	- Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação
PUC/SP	- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SASE	- Secretaria de Articulação dos Sistemas de Ensino
SCIELO	- <i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEED/PR	- Secretaria Estadual de Educação do Paraná
SIMEC	- Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação
SEE	- Sistema Estadual de Educação
SME	- Sistema Municipal de Educação
SNE	- Sistema Nacional de Educação
UCAM	- Universidade Cândido Mendes
UEMS	- Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
UEPG	- Universidade Estadual de Ponta Grossa
UESB	- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFG	- Universidade Federal de Goiás
UFGD	- Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF	- Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMS	- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFPE	- Universidade Federal de Pernambuco
UFPP	- Universidade de Fernando Pessoa Porto

UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNCME	- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação
UNCME/PR	- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Paraná
UNCME/SP	- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação de São Paulo
UNDIME	- União dos Dirigentes Municipais de Educação
UNIMEP	- Universidade Metodista de Piracicaba
UPF	- Universidade de Passo Fundo
UTP	- Universidade Tuiuti do Paraná
TCE/MG	- Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
TCE/RS	- Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .....</b>	<b>34</b>
2.1	BREVE HISTÓRICO SOBRE OS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO.....	34
2.2	ASPECTOS LEGAIS PARA A INSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .....	38
2.3	ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .....	41
2.4	AS FUNÇÕES ATRIBUÍDAS AOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO .....	45
2.5	O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM SISTEMAS DE ENSINO.....	46
<b>3</b>	<b>CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ.....</b>	<b>52</b>
3.1	CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NORMATIVO .....	66
3.2	O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NOS FÓRUMS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO .....	71
<b>4</b>	<b>CONSELHOS E PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO PARANAENSES.....</b>	<b>75</b>
4.1	BREVE HISTÓRICO SOBRE OS PLANOS DE EDUCAÇÃO .....	75
4.2	O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA LEI DE INSTITUIÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO .....	81
4.3	A PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ.....	85
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>96</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>100</b>
	<b>ANEXO 1- CARTA DE APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>109</b>
	<b>ANEXO 2 -TERMO DE ACEITE PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA .....</b>	<b>110</b>
	<b>ANEXO 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>111</b>
	<b>ANEXO 4 - ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>113</b>
	<b>ANEXO 5 - DIAGNÓSTICO OPERACIONAL DA UNCME PARANÁ .....</b>	<b>115</b>

<b>ANEXO 6 - TERMO DE ADESÃO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO/SASE/MEC .....</b>	<b>122</b>
<b>ANEXO 7 - OFÍCIO CIRCULAR/MEC .....</b>	<b>123</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa preliminar desta Dissertação iniciou problematizando a participação do Conselho Municipal de Educação nos Planos Municipais de Educação em municípios com Sistemas de Ensino no estado do Paraná. Porém, com a pequena quantidade de municípios com Sistemas de Educação, da dificuldade do levantamento documental e após orientações da Banca na Qualificação, percebeu-se a importância e necessidade da análise de todos os Conselhos de Educação dos municípios paranaenses.

Por falta de atualização dos dados nas páginas eletrônicas do IBGE e do SIMEC, utilizaram-se dados de questionário aplicado pela UNCME Paraná e respondido pelos municípios, através de técnicos das secretarias de educação e/ou pelos Conselhos Municipais de Educação, por meio do *Google Forms*, no período compreendido entre julho e outubro de 2020, com a finalidade de realizar um diagnóstico dos conselhos e repassar os dados para a pesquisa desta dissertação.

O objeto desta pesquisa é constituído por trezentos e cinquenta e um (351) Conselhos Municipais de Educação ativos no estado do Paraná, especialmente no que se refere à sua participação nos processos de monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME) instituídos em 2015, conforme obrigatoriedade do Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência de dez anos (2014-2024).

A opção por este estudo deveu-se, sobretudo, ao envolvimento como conselheira municipal, desde 2013. Tal fato exigia a realização de estudos, discussões acerca das políticas públicas para a elaboração do Plano Municipal de Educação, conhecimento da legislação e da gestão da educação, o que contribuiu para minha formação pessoal e desempenho profissional.

Segundo Pereira (2008, p.49), “a elaboração do Plano Municipal de Educação de cada município deve ser fruto do mais amplo debate social, buscando abarcar a participação dos setores tradicionalmente organizados [...] e ‘ainda desorganizados’ [...]” e a participação do Conselho Municipal de Educação neste importante processo é fundamental, conforme dissertação de Pereira

(2008), por ser um órgão mediador entre governo e sociedade civil. Segundo Gohn (2001):

Os Conselhos são analisados como agentes de inovação nas políticas públicas porque, ao realizarem a mediação entre a sociedade civil organizada e os organismos governamentais, eles estão construindo uma nova esfera pública de poder e de controle social. Como tais representam forças sociais organizadas e contribuem para o fortalecimento de novos sujeitos políticos. (GOHN, 2001, p.31).

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) definiram as normas para a criação e institucionalização de Conselhos Municipais de Educação, mais tarde, referendadas pelo Plano Nacional de Educação, aprovado em 2001 (Lei nº 10.172/01). Também ficou estabelecido na LDB 9.394/1996, em seu Artigo 11, que caberia aos conselhos a tarefa de normatizar o funcionamento dos Sistemas Municipais de Educação, em municípios que o constituírem por meio de leis municipais.

Dependendo do formato e organização de cada sistema, o Conselho Municipal de Educação pode ter as funções propositivas, normativas e fiscalizadoras. Segundo Bordignon (2013), tradicionalmente, tem sido atribuídas aos conselhos as funções de caráter consultivo e deliberativo. No atual contexto da gestão democrática da educação pública, os conselhos são também designados a exercer as funções de mobilização e controle social, conforme estabelecido em suas leis municipais.

Para Barcelos (2017, pag.62) “A gestão da educação e, no caso, da educação escolar, remete ao fazer do Sistema de ensino. Assim a gestão da educação requer responsabilidades desafiadoras”. O Conselho Municipal de Educação é órgão de gestão democrática, que implica na participação de toda a comunidade envolvida, e, como tal, deve garantir a democracia, em que o poder decisório parte da participação dos envolvidos, pois na condição de órgãos colegiados são exemplos de como se faz a gestão democrática da educação (AGUIAR; FERREIRA, 2000).

Ainda, ao Conselho, cabe uma das tarefas mais importantes, a de encaminhar o processo de elaboração, monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação, conforme estabelecido no parágrafo 2º do Artigo 8º da

Lei 13.005 de 25 de junho de 2014 que instituiu o Plano Nacional de Educação, pois estes constituem exemplos típicos de sua importância na construção das políticas públicas municipais na área educacional.

Cabe ressaltar que uma das atribuições mais importantes do CME é a de cobrar e orientar a elaboração do PME, política que regerá os rumos da educação municipal para a década seguinte, segundo o Caderno de Orientações (BRASIL, 2014).

Conforme apontado por Monlevade,

O papel de dar o comando, de coordenar a elaboração, de executar as ações necessárias à construção local do Plano Municipal de Educação e posterior execução e avaliação compete, de fato, à Secretaria Municipal de Educação, mas, havendo um Conselho Municipal de Educação, com poder normativo ou somente consultivo, é dele o papel primordial de inspirar, incentivar, cobrar e orientar todo o processo de elaboração, execução e avaliação. (MONLEVADE, 2004, p. 40).

Este é um dos grandes desafios dos municípios e do Conselho Municipal de Educação, a responsabilidade no cumprimento do Plano Municipal de Educação (PME), de acordo com o Artigo 5º da Lei 13.005 do Plano Nacional de Educação, que estabelece que “a execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizadas pelas seguintes instâncias: III- Conselho Nacional de Educação”, e no âmbito municipal, estende-se aos Conselhos, além dos Fóruns Municipais de Educação (FME), como um dos órgãos que deve participar deste monitoramento, de acordo com o §2º do artigo 8º da referida Lei, que “§ 2º Os processos de elaboração e adequação dos planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de que trata o caput deste artigo, serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

O Plano Municipal de Educação (PME) tem o objetivo de fazer com que os municípios relacionem metas e estratégias para a educação em um período de dez anos, envolvendo todo o seu sistema educacional. Deve considerar, portanto, os atores envolvidos nos diferentes momentos do processo, os discursos afirmados e os negados, bem como as ideologias e visões de mundo, dentro de

uma perspectiva reflexiva, e que servirão como um caminho a ser seguido (BRASIL, 2005).

Segundo Dourado (2016):

Os planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios também devem ser monitorados e avaliados periodicamente, com a verificação do cumprimento dos dispositivos legais e da implementação das políticas educacionais no âmbito de cada território, contribuindo, assim, para a efetividade do Plano Nacional de Educação, que só logrará êxito se todos os planos subnacionais cumprirem com os objetivos propostos. (DOURADO, 2016, p. 457).

A demanda foi pela elaboração, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos planos decenais em todos os municípios brasileiros, com o apoio desta mesma Rede, constituída por especialistas da área, de técnicos das Secretarias Estaduais de Educação de todo país e, em nosso estado, por meio da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED/PR).

Todos os entes federados passaram a receber da Secretaria de Articulação com o Sistema de Ensino do Ministério de Educação (SASE/MEC), por meio dos Coordenadores Estaduais das Secretarias de Educação, uma formação técnica voltada para o monitoramento e a avaliação dos Planos Estaduais e Municipais de Educação em seus estados.

Desta forma, cabe a cada município, a responsabilidade de organizar os trabalhos de monitoramento, avaliação e reorganização de metas e estratégias do Plano Municipal de Educação, considerando a colaboração das principais entidades representativas da gestão escolar brasileira, que são: a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME); a Secretaria Municipal de Educação, como órgão gestor com sua equipe coordenadora; os órgãos de controle social, dentre eles, o Conselho Municipal de Educação, um dos principais agentes públicos, e quando instituído por lei, também um dos responsáveis pelo monitoramento e avaliação dos Planos de Educação e, nesta pesquisa, o nosso foco de estudo.

Para análise, e sem desconsiderar os demais estudiosos da temática desta pesquisa, realizaram-se como opções as leituras dos autores: Anísio Teixeira (1967), Carlos Roberto Jamil Cury (1997), Genuíno Bordignon (2013), Demerval Saviani (2010), João Antônio de Monlevade (2004), Luiz Fernandes Dourado (2016), Geraldo Grossi Júnior (2016), Roberval Angelo Furtado (2016), Donald Bello Souza (2008), Maria da Glória Gohn (2008), José Eustáquio Romão (2010), Maria Cecília de Souza Minayo (2000), Maria Ieda Nogueira (2010), Marcia Cristina Machado Pasuch (2018), Elisângela Alves da Silva Scaff (2018), Marli dos Santos de Oliveira (2018), Flavia Paula Nogueira Aranda (2018), Silvio César Nunes Militão (2019), Ângelo Ricardo de Souza (2016), Regina Tereza Cestari de Oliveira (2017), Leonardo Avritzer (2006), Sueli Menezes Pereira, Simone de Fátima Flach (2019), Moacir Gadotti (2000), Juca Gil (2002), Angelina Bernadete Gatti (2005), entre outros.

Para as revisões de literatura, utilizaram-se Dissertações e Teses que abordam a temática em pesquisa sobre os Conselhos Municipais de Educação analisando sua instituição, organização, funcionamento na educação municipal, sua atribuição e participação nos Planos Municipais de Educação de acordo com as pesquisas no Portal de Periódicos da CAPES, no período de 2005 a 2020 (quadro 1):

QUADRO 1 – REVISÃO DA LITERATURA – DISSERTAÇÕES E TESES

TIPO	TÍTULO	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO
Dissertação	O Conselho Municipal de Educação: a Participação e o Controle Social das Políticas Educacionais	Clarice Santos Ferraz Araújo	2018	UESB
Dissertação	Conselhos Municipais de Educação na instituição dos sistemas municipais de ensino do Rio Grande do Sul	Darci Bueno da Silva	2009	UFRGS
Dissertação	Conselho Municipal de Educação de Juiz de Fora: democratização, participação e autonomia	Danielle Maria Vieira Alves	2005	UFJF
Dissertação	Conselhos Municipais de Educação em Goiás: historicidade, movimentos e possibilidades	Edson Ferreira Alves	2011	UFG

Dissertação	A participação dos Conselhos Municipais de Educação na elaboração dos Planos Municipais de Educação no estado do MS	Fabiany dos Santos Barcelos	2017	UFGD
Dissertação	Conselho Municipal de Educação de Ponta Grossa: aspectos históricos, funções e contribuições	Izalde Hilgemberg de Oliveira	2008	UEPG
Dissertação	A participação local nas Políticas de Educação: O Papel do Conselho Municipal de Educação em Campos dos Goytacazes	Jércia Trindade de Oliveira	2015	UCAM
Dissertação	Avaliação e Monitoramento dos Planos Municipais de Educação na Região Cone Sul/MS (2015-2017)	Josiane C. de S. Salomão Corrêa	2019	UFGD
Dissertação	Ações Participativas na Elaboração e no Monitoramento do PME de São Caetano do Sul – SP	Júlio A. da Fonseca Costa Farias	2016	UFJF
Dissertação	Conselhos Municipais de Educação: Democratização, Legitimidade e Funções	Rochele Tondello da Silva	2014	UPF
Dissertação	Conselhos Municipais de Educação: desafios e possibilidades na gestão democrática de políticas educativas	Tarcísio Luiz Pereira	2008	FCT/UNESP
Dissertação	Os Conselhos Municipais de Educação: o caso do município de São José dos Pinhais	Elmari Moreschi	2010	UTP
Dissertação	A Participação Social no Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação dos Municípios da Zona da Mata Mineira	Rosangela dos Santos	2020	UFPR
Tese	O Conselho Municipal de Educação no Brasil: práticas políticas e deliberação pública em Nova Iguaçu	Otaíra Fernandes de Oliveira	2008	UFRJ
Tese	Conselhos Municipais de Educação: participação e cultura política	Carlos Betlinski	2006	PUC/SP
Tese	Conselho Municipal de Educação em Municípios do Estado de São Paulo: Instituição, Atribuições e Plano Municipal de Educação	Marilice Trentini de Oliveira	2014	UNIMEP
Tese	A formação de conselheiros municipais de educação e a gestão democrática dos sistemas municipais de ensino: uma política pública em ação	Neusa Chaves Batista	2009	UFRGS

Tese	Modelo de gestão dinâmico participativo na educação: uma proposta a partir da experiência do Conselho Municipal De Educação de Imperatriz/ Maranhão	Sebastião Rodrigues de Souza	2015	UFPP
Tese	O CME do Recife e a política educacional: um estudo sobre participação e representatividade	Ana de Fátima P. de Sousa Abranches	2009	UFPE

FONTE: Quadro elaborado pela autora para essa pesquisa com base em fontes digitais (CAPES, BDTD, SCIELO, ANPED) em 2020.

A busca pelas temáticas(quadro 1) obteve um total de 19(dezenove) trabalhos, sendo 13 (treze) dissertações e 6(seis) teses, todas relacionadas aos Conselhos Municipais de Educação e, em outras, da sua participação no monitoramento dos Planos Municipais de Educação.

Entre as dissertações analisadas encontram-se a de Clarice Santos Ferraz Araújo (2018), com o título “O Conselho Municipal de Educação: a Participação e o Controle Social das Políticas Educacionais”, que analisou como os Conselhos desempenham suas atribuições no que se refere ao controle social das políticas públicas no âmbito municipal.

A dissertação de Darci Bueno da Silva (2009), intitulada “Conselhos Municipais de Educação na instituição dos sistemas municipais de ensino do Rio Grande do Sul”, que teve por objetivo apreender o processo de reestruturação dos Conselhos Municipais de Educação na institucionalização dos Sistemas Municipais de Ensino no estado gaúcho do Rio Grande do Sul, pós-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB/1996.

A dissertação de Danielle Maria Vieira Alves (2005), com o título “Conselho Municipal de Educação de Juiz de Fora: democratização, participação e autonomia”, que analisou a representatividade social do Conselho Municipal de Educação de Juiz de Fora e suas implicações para a democratização das políticas públicas educacionais e aquisição da autonomia municipal.

A dissertação de Edson Ferreira Alves (2011), intitulada “Conselhos Municipais de Educação em Goiás: historicidade, movimentos e possibilidades”, que teve como objetivo apresentar, analisar e provocar reflexões sobre a criação, o funcionamento e a institucionalização de tais colegiados na perspectiva de que

se configuram, segundo os preceitos da Constituição Federal de 1988, como órgãos de Estado da educação municipal.

A dissertação de Fabiany Santos Barcelos (2017), com o título “A participação dos Conselhos Municipais de Educação na elaboração dos Planos Municipais de Educação no estado do Mato Grosso do Sul”, que teve como objetivo analisar a participação dos Conselhos Municipais de Educação sul-mato-grossenses na elaboração dos Planos de Educação do estado.

A dissertação de Izolde Hilgemberg de Oliveira (2008), com o título “Conselho Municipal de Educação de Ponta Grossa: aspectos históricos, funções e contribuições”, cujo objetivo foi analisar os principais aspectos da criação, da estrutura, do funcionamento e das contribuições do Conselho Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR, bem como investigar em que medida esse Conselho tem sido um instrumento de democratização das decisões educacionais.

A dissertação de Jércia Trindade de Oliveira (2015), com o título “A participação local nas Políticas de Educação: O Papel do Conselho Municipal de Educação em Campos dos Goytacazes”, que objetivou analisar a dinâmica de participação do Conselho Municipal de Educação para a definição das políticas públicas de educação de Campos dos Goytacazes, o maior município receptor de royalties do petróleo no Estado do Rio de Janeiro e, no entanto, apresenta um dos piores resultados do Brasil na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o que torna contraditório.

A dissertação de Josiane Caroline de Souza Salomão Corrêa (2019), intitulada “Avaliação e Monitoramento dos Planos Municipais de Educação na Região Cone Sul/MS (2015-2017) e teve como objetivo geral “analisar os procedimentos e orientações legais do monitoramento e da avaliação em relação aos Planos Municipais de Educação da região Cone Sul do Estado de Mato Grosso do Sul (MS) no período entre 2015 e 2017”.

A dissertação de Júlio Augusto da Fonseca Costa Farias (2016), intitulada “Ações Participativas na Elaboração e no Monitoramento do PME de São Caetano do Sul – SP” que teve como objetivo analisar a participação social nos processos de elaboração e monitoramento do Plano Municipal de Educação de São Caetano



do Sul – SP, considerando como participantes, além dos gestores educacionais, professores, alunos, comunidade escolar e sociedade civil organizada.

A dissertação de Rochele Tondello Silva (2014), com o título “Conselhos Municipais de Educação: Democratização, Legitimidade e Funções”, que teve como objetivo geral analisar como os Conselhos Municipais de Educação (CME), órgãos gestores de políticas educacionais nos Sistemas Municipais de Ensino, estruturaram-se historicamente e se constituíram em suas funções, e como asseguraram legitimidade e democratização no processo de sua implantação.

A dissertação de Tarcísio Luiz Pereira (2008), intitulada “Conselhos Municipais de Educação: desafios e possibilidades na gestão democrática de políticas educativas”, que teve como objetivo principal estudar quais as efetivas condições para que estes órgãos sejam realmente espaços de gestão democrática e de definição de políticas educativas.

A dissertação de Elmarí Moreschi (2010), com o título “Os Conselhos Municipais de Educação: o caso do município de São José dos Pinhais”, que teve como objetivo estudar a realidade do Conselho Municipal de Educação, enquanto órgão do Estado e componente do Sistema Municipal de Educação, à luz da literatura especializada, testando as principais hipóteses elaboradas pela comunidade científica no Conselho Municipal de Educação de São José dos Pinhais (PR) e dialogando com as realidades dos municípios de Ponta Grossa (PR), Juiz de Fora (MG), Recife (PE), Campinas (SP) e Serra (ES).

A dissertação de Rosângela dos Santos (2020), com o título “A Participação Social no Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação dos Municípios da Zona da Mata Mineira”, que teve como objetivo analisar como vem se delineando a participação dos sujeitos sociais coletivos (entre eles o CME) no monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME) da Mesorregião da Zona da Mata Mineira.

Entre as teses estão a de Otair Fernandes de Oliveira (2008), intitulada “O Conselho Municipal de Educação no Brasil: práticas políticas e deliberação pública em Nova Iguaçu”, que teve como objetivo analisar o papel político do CME no contexto da democratização da política de educação no município de Nova Iguaçu; buscando verificar também a atuação desse órgão a partir das práticas

políticas e do exercício de suas funções legalmente previstas na constituição brasileira.

A tese de Carlos Betlinski (2006), com o título “Conselhos Municipais de Educação: participação e cultura política”, que teve como objeto de estudo os Conselhos Municipais de Educação de duas cidades da região metropolitana de São Paulo e ancorou-se nos conceitos de participação e cultura política para avaliar os resultados produzidos pela implantação desses órgãos da gestão da educação municipal.

A tese de Marilice Trentini de Oliveira (2014), com o título “Conselho Municipal de Educação em Municípios do Estado de São Paulo: Instituição, Atribuições e Plano Municipal de Educação”, que teve como objeto de estudo os Conselhos Municipais de Educação (CME) de catorze municípios do polo dezessete (17) da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de São Paulo (UNCME/SP), ancorando-se teoricamente em conceitos de democracia representativa, estado e sociedade civil.

A tese de Neusa Chaves Batista (2009), com o título “A formação de conselheiros municipais de educação e a gestão democrática dos sistemas municipais de ensino: uma política pública em ação”, que teve por finalidade analisar o processo de construção da política nacional de formação de conselheiros municipais de educação.

A tese de Sebastião Rodrigues de Souza (2015), com o título de “Modelo de gestão dinâmico participativo na educação: uma proposta a partir da experiência do Conselho Municipal de Educação de Imperatriz/ Maranhão”, que teve como objeto de análise o modelo de gestão do CME na educação de Imperatriz, Estado do Maranhão, Brasil.

A tese de Ana Fátima Pereira de Sousa Abranches (2009), intitulada “O CME do Recife e a política educacional: um estudo sobre participação e representatividade”, que teve por objetivo analisar como os conselheiros entendem a sua participação no Conselho Municipal de Educação de Recife, como também, suas representações enquanto membros indicados de um determinado segmento social indicados ou eleitos.

As dissertações de Edson Ferreira Alves (2011), Izolde Hilgemberg de Oliveira (2008), Jércia Trindade de Oliveira (2015) e a tese de Carlos Betlinski

(2006) que tratam especificamente dos aspectos históricos dos Conselhos de Educação, do papel dos Conselhos Municipais de Educação, da autonomia, da participação e sua instituição nos municípios, o que contribuiu para minha análise e caracterização sobre os conselhos.

A dissertação de Darci Bueno da Silva (2009) e a tese de Neusa Chaves Batista (2009) que se referem às atribuições dos Conselhos Municipais de Educação em Sistemas Municipais de Ensino diferenciando-os dos conselhos em municípios sem sistema, o que favoreceu na escrita sobre as diferenças entre estes conselhos, sua autonomia e representatividade.

As dissertações de Clarice Santos Ferraz Araújo (2018), Danielle Maria Vieira Alves (2005), Rochele Tondello da Silva (2014), Tarcísio Luiz Pereira (2008) e Elmarí Moreschi (2010) e as teses de Sebastião Rodrigues de Souza (2015), Otair Fernandes de Oliveira (2008) e Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches (2009) que relacionam-se com a participação dos conselhos no controle social, gestão democrática e participação nas políticas educacionais nos municípios cooperando nos estudos e escrita da sua representatividade como órgão mobilizador.

Os trabalhos que mais se aproximaram desta pesquisa, por destacarem a participação da comunidade local no monitoramento dos Planos, entre elas o CME, foram as dissertações de Fabiany dos Santos Barcelos (2017), Júlio Augusto da Fonseca Costa Farias (2016) e de Rosângela dos Santos (2020). Porém, a dissertação de Josiane Caroline de Souza Salomão Côrrea (2019) e a tese de Marilice Trentini de Oliveira (2014) abordam, especificamente, as atribuições e participação dos Conselhos Municipais de Educação, avaliação e monitoramento dos Planos Municipais de Educação, o que colaborou na apreciação da atuação dos Conselhos de Educação sobre os Planos Municipais de Educação, em especial os do Paraná, foco desta pesquisa.

Por meio das leituras, estudos, análises e das pesquisas destas dissertações e teses, foi possível observar quais foram as ações do Conselho Municipal de Educação, com os demais órgãos sociais, em diferentes municípios brasileiros, participação no monitoramento e avaliação nos Planos Municipais de Educação, com o objetivo de investigar se e como o CME paranaense vêm

participando do processo de monitoramento e avaliação dos seus planos de educação.

De acordo com Vosgerau e Romanowski,

Os estudos de revisão consistem em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área. As revisões de literatura podem apresentar uma revisão para fornecer um panorama histórico sobre um tema ou assunto considerando as publicações em um campo. Muitas vezes uma análise das publicações pode contribuir na reformulação histórica do diálogo acadêmico por apresentar uma nova direção, configuração e encaminhamentos. (VOSGERAU; OMANOWSKI, 2014, p. 167).

A problematização e a análise, propostas nesta pesquisa, centram-se na institucionalização do Conselho Municipal de Educação, bem como seu funcionamento na estrutura administrativa do Poder Executivo dos municípios, verificando sua organização e atribuições em municípios com ou sem Sistema Municipal de Ensino; quando o município estabeleceu o seu Plano Municipal de Educação, e se o Conselho faz parte do processo do seu monitoramento e avaliação, com atribuições e/ou estratégias neste acompanhamento, legalmente estabelecidos em seus municípios.

Gohn (2008) afirma que:

Eles, conselhos, devem ser espaços e mecanismos operativos a favor da democracia e do exercício da cidadania, em qualquer contexto sociopolítico. Eles podem transformar-se em aliados potenciais, estratégicos, na democratização da gestão das políticas sociais. (GOHN, 2008, p.105).

Considerando a gestão democrática como um princípio da construção dos Planos de Educação (GOMES, 2015), para compreender a função do Conselho Municipal de Educação neste processo de acompanhamento e fiscalização no cumprimento legal de avaliar os PME, acredita-se que seja relevante evidenciar a competência do órgão neste movimento que não seja somente por meio dos Fóruns Municipais de Educação e do controle social, através da fiscalização tão fragilizada por sua composição e a falta de estrutura para o seu funcionamento nos municípios.

O estado do Paraná tem trezentos e noventa e nove (399) municípios e todos aprovaram seus planos no ano de 2015, articulados com os diversos segmentos educacionais e setores da sociedade, tendo como referência o Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13005/2014). É nessa perspectiva que se pretende responder ao problema de pesquisa “há a participação do Conselhos Municipais de Educação paranaenses no monitoramento e avaliação dos Planos de Educação? Nessa direção, o objetivo geral da dissertação é de: analisar a participação do Conselho Municipal de Educação (CME) no monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação em municípios paranaenses. E, pra o alcance deste objetivo, delinear-se os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar o histórico, organização e atribuições do Conselho Municipal de Educação sob a ótica da legislação;
- Identificar quais municípios do estado do Paraná possuem Conselho Municipal de Educação;
- Compreender a organização e o funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação em municípios paranaenses;
- Analisar os Conselhos Municipais de Educação do Paraná com atribuições e estratégias no monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação.

Esta pesquisa consiste em uma investigação de natureza qualitativa através da compreensão dos aspectos quantitativos referentes ao objeto de estudo. Segundo Santos (apud MINAYO, 2000), a pesquisa qualitativa ressalta a subjetividade humana, não podendo restringir-se à quantificação.

A partir da opção metodológica adotou-se uma combinação de procedimentos como:

- Pesquisa documental – das leis dos municípios que instituíram seu Conselho Municipal de Educação e das leis que estabeleceram seus Sistemas Municipais de Ensino, conforme expresso no quadro 2:

QUADRO 2 - LEVANTAMENTO DOCUMENTAL

<b>Título</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Fonte</b>
Leis Federais	-Constituição Federal de 1988. -Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996.	- Portal da Legislação Federal; - Página eletrônica do Planalto; - Diário Oficial da União; -Página eletrônica do Senado Federal; - Portal do MEC.

	- Lei do Plano Nacional de Educação/2014.	
Leis Municipais	Criam ou instituem os CME.	-Página eletrônica da Prefeitura Municipal; -Página eletrônica da Câmara Municipal; -Página eletrônica das Leis Municipais; - Página na internet do CME.
Decretos municipais	Criam ou instituem os CME.	-Página eletrônica da Prefeitura Municipal; -Página eletrônica das Leis Municipais; - Página eletrônica do CME.
Portarias Municipais	Criam ou instituem os CME.	- Página eletrônica da Secretaria Municipal de Educação ou do Departamento de Educação; - Página eletrônica do CME.
Leis Municipais	Criam ou instituem os Sistemas Municipais de Ensino.	-Página eletrônica da Prefeitura Municipal; -Página eletrônica da Câmara Municipal; -Página eletrônica das Leis Municipais; - Página eletrônica do CME.
Leis Municipais	Criam ou instituem os Planos Municipais de Educação.	-Página eletrônica da Prefeitura Municipal; -Página eletrônica da Câmara Municipal; -Página eletrônica das Leis Municipais; - Página eletrônica do CME.
Decretos Municipais	Criam ou instituem as Comissões de elaboração e de monitoramento e avaliação do PME.	-Página eletrônica da Prefeitura Municipal; -Página eletrônica das Leis Municipais; - Página eletrônica do CME.
Portarias Municipais	Criam ou instituem as Comissões de elaboração e de monitoramento e avaliação do PME.	-Página eletrônica da Secretaria Municipal de Educação ou do Departamento de Educação; - Página eletrônica do CME.
Mapa	Estado do Paraná.	- Página eletrônica do IBGE.
IPARDES	Dados dos municípios de 2020.	- Página eletrônica do IPARDES.
SIMEC	Dados dos PME até 2020.	- Página eletrônica do SIMEC.

FONTE: Elaborado pela autora (2020), a partir de pesquisa realizada pela internet.

- O Questionário virtual pelo *Google Forms* (ANEXO5), encaminhado pela UNCME Paraná possibilitou fazer os levantamentos, as análises dos dados conforme cada aspecto essencial desta pesquisa.

A ferramenta questionários foi respondida por meio do *Google Drive* pelos conselhos e/ou secretarias dos trezentos e noventa e nove (399) municípios paranaenses com o objetivo de se verificar: quantos municípios possuem Conselho Municipal de Educação; quantos conselhos são normativos; quantos estão em funcionamento; e se o CME está participando do monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação. Para a pesquisa, entretanto, foram considerados os trezentos e cinquenta e um (351) Conselhos Municipais de Educação ativos e instituídos legalmente no estado do Paraná.

O questionário é um instrumento de medida que traduz os objetivos do estudo com variáveis mensuráveis e ajuda a organizar, normalizar e a controlar

os dados para que as informações procuradas possam ser colhidas de um a maneira rigorosa (FORTIN, 2009).

Entende-se que a pesquisa qualitativa responde às questões particulares do objeto de estudo facilitando a compreensão dos processos de construção dos Planos Municipais de Educação dos municípios, pois “[...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2000, p. 21-22).

Conforme acompanhamento para que a pesquisa fosse respondida por todos os conselhos e/ou municípios, foi necessário prorrogar por três (3) vezes o prazo, iniciado em julho, com previsão de encerramento para setembro e prorrogado para outubro, para obtenção das respostas. E, mesmo no encerramento do último período, foi necessário deixar o acesso aberto e ainda contatar os municípios por meio de telefones e e-mails, visto que houve uma grande dificuldade na participação e nas respostas de todos os envolvidos.

Ao analisarmos a participação do Conselho Municipal de Educação no documento, em forma de lei, pode-se entender o seu papel, a forma como atua em seu município, evidenciando as atribuições e as estratégias utilizadas no monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação nos municípios paranaenses em que está instituído.

Dentre os trezentos e noventa e nove (399) municípios paranaenses, atualmente, trezentos e sessenta e sete (367) municípios, ou seja, 92%, possuem Conselhos Municipais de Educação instituídos em leis, decretos ou portarias municipais e trinta e dois (32), ou seja, 8%, encontram-se sem acompanhamento, fiscalização e controle da educação municipal, por meio dos Conselhos de Educação, conforme dados coletados e informados pela pesquisa realizada, por meio da UNCME/PR (gráfico 1):

GRÁFICO 1 - QUANTIDADE DE CME NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ



FONTE: A autora (2020) com base em dados da pesquisa.

Esta análise será aprofundada ao longo do documento, por meio do estudo sobre o Conselho Municipal de Educação em municípios Paranaenses.

Os sujeitos da pesquisa constituíram-se pelos Conselhos Municipais de Educação paranaenses e suas participações, com atribuições instituídas em lei, no monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação.

Para a realização desta pesquisa, utilizou-se um questionário previamente organizado por esta pesquisadora, baseado no Diagnóstico dos Conselhos de Educação, elaborado pelo Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa e aplicado pelo Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE/RS) e pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) e, baseado também no Diagnóstico Operacional aplicado pela antiga Secretaria de Articulação com o Sistema de Ensino do Ministério de Educação (SASE/MEC) e utilizado pela UNCME Paraná para realizar o diagnóstico dos Conselhos Municipais de Educação já que a entidade não possuía os dados, para responder o questionário e as solicitações



da UNCME Nacional.

A pesquisa analisou, além da instituição, organização e funcionamento dos Conselhos de Educação do estado, também a sua participação no monitoramento e avaliação nos Planos Municipais de Educação em municípios paranaenses com sua participação, atribuições e estratégias para o acompanhamento nos PME do Paraná.

A dissertação está organizada em quatro seções: iniciando com a introdução, apresentando a temática, a relação do objeto com a minha trajetória como Conselheira Municipal de Educação, desde 2015, a problematização, os objetivos e, finalmente, a opção teórico-metodológica para a coleta e análise para avaliação desta política pública nos municípios paranaenses e sua relação com os Planos Municipais de Educação.

A segunda seção trata do histórico e do conceito do Conselho Municipal de Educação, evidenciando relações existentes entre os Conselhos, Sistemas e Planos de Educação. Discute também aspectos da regulamentação do CME, como organização, composição, representatividade e suas funções como órgão colegiado democrático e de instrumento de controle do governo local tendo ou não sistema próprio de ensino.

A terceira seção apresenta brevemente o histórico dos Conselhos Municipais de Educação no Paraná, destacando suas atribuições, suas funções em municípios com e sem Sistema Municipal de Ensino, assim como seu histórico, participação, representação e relação do CME, como órgão normativo, com as demais instituições que fazem parte do Sistema de Ensino, assim como as suas finalidades na educação municipal.

A quarta seção trata do Plano Municipal de Educação, seu histórico e instituição nos municípios brasileiros e paranaenses, sistematiza as ideias e os resultados produzidos pela pesquisadora, sobre os municípios paranaenses, em que o Conselho Municipal de Educação está ativo, como órgão de controle social, consultivo, propositivo, mobilizador, deliberativo, fiscalizador e, em alguns municípios, normativos com atribuições e estratégias, legalmente instituídas para o monitoramento e avaliação nos Planos de Educação nos municípios do estado do Paraná.

Todos os capítulos da dissertação articulam-se em diferentes esferas e espaços, dialogando com os autores e documentos citados, procurando finalizar, por meio das considerações finais, com um resultado conectado à questão da pesquisa e proposições assertivas e colaboradoras na qualidade da educação dos municípios, por meio do monitoramento participativo dos Conselhos Municipais de Educação do estado, órgãos de controle social em municípios paranaenses.

Estamos falando aqui do trabalho do pesquisador como aquele que transforma, em primeiro lugar, a si mesmo: aquele que, como o filósofo, é chamado a ultrapassar não só o senso comum, ordinário ou acadêmico, mas a ultrapassar a si mesmo, a seu próprio pensamento. Fica, então, para aquele que propõe uma determinada investigação, por simples que seja, o trabalho de pensar sua própria história [...]. (FISCHER, 2002, p.59).

Como pesquisadora, a intenção foi de articular a pesquisa com minha trajetória de conselheira e Coordenadora Estadual da UNCME Paraná, instituição responsável em representar os Conselhos Municipais de Educação que, até então, não possuía dados atualizados para apresentar e atuar junto aos Conselhos de Educação dos municípios paranaenses.

## 2 CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A efetividade de conselhos na educação é uma importante conquista, contribui para o diálogo com o poder público no planejamento participativo das políticas educacionais, para a ampliação de espaços democráticos de participação social, para a transparência na gestão da educação e na aplicação de recursos públicos para a educação.

O Conselho Municipal de Educação é o órgão que faz o acompanhamento das políticas educacionais tendo em vista a qualidade e a concretização do direito à educação. Deve estar previsto em Lei Municipal, que definirá suas funções, composição, mandato e estrutura geral de funcionamento.

Os Conselhos Municipais de Educação são órgãos de gestão democrática no âmbito dos sistemas municipais de educação, devendo ser constituídos como órgãos de estado, de representatividade social e deliberação plural, contribuindo para as discussões referentes às políticas educacionais, à organização do Sistema Municipal de Educação e à efetiva garantia do direito à educação.

O objetivo deste capítulo é apresentar como o Conselho Municipal de Educação foi constituído: histórico, aspectos legais, organização, atribuições e as funções dos conselhos normativos.

### 2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE OS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO

Conselho vem do latim *consilium*, originado do verbo *consulo/consulere* que significa “tanto ouvir alguém quanto submeter algo a uma deliberação de alguém, após uma ponderação refletida, prudente e de bom senso” (CURY, 2000, p. 47).

Para Gohn (2006), a forma “conselho” utilizada na gestão pública, ou em coletivos organizados da sociedade civil, não é nova na História. Alguns pesquisadores afirmam que os conselhos são uma invenção tão antiga como a própria democracia participativa e datam suas origens desde os clãs visigodos.

Contudo, de acordo com estudos de Gohn (2001):

Os Conselhos que se tornaram famosos na história foram a Comuna de Paris, os Conselhos dos Sovietes Russos, os Conselhos Operários de Turim - estudados por Gramsci -, alguns conselhos na Alemanha nos anos 1920, conselhos na antiga Iugoslávia nos anos 1950 e os atuais conselhos na democracia americana. (GOHN, 2001, p.65).

Para Gohn (2001), a Comuna de Paris propunha um governo baseado numa democracia popular, com a participação de todos os trabalhadores organizados em comitês, o que nos faz pensar em conselhos formados por determinados segmentos que se reúnem para debater assuntos que julguem necessários.

No Brasil, desde os tempos do Império, devido às inconstâncias políticas e a necessidade de organizar um sistema organizacional brasileiro, já se pensava na constituição de Conselhos de Educação, os quais surgiram vinculados ao Colégio Pedro II (CURY, 2000).

Para o autor, os Conselhos de Educação se destacam na busca de uma organização mais sistemática do Ensino Superior. A seguir o histórico dos conselhos no Brasil (quadro 3):

QUADRO 3 - HISTÓRICO DOS CONSELHOS NO BRASIL

Nº	LEGISLAÇÃO
1882	Criação do Conselho de Instrução Superior.
1911	Instituição do Conselho Nacional da Educação e o Conselho Superior de Ensino.
1925	Transformação do Conselho Superior de Ensino em Conselho Nacional de Ensino.
1931	Criação do Conselho Nacional de Educação.
1934	Instituição dos sistemas de ensino e dos conselhos de educação.
1936	Alteração da composição do Conselho Nacional de Educação.
1946	Institucionalização dos Conselhos Nacionais e Estaduais de Educação.
1961	Criação do Conselho Federal de Educação e dos Conselhos Estaduais de Educação.
1971	Criação dos Conselhos Municipais de Educação.
1988	Atribuição de sistema de ensino aos municípios.
1994	Instituição do Conselho Nacional de Educação.
1995	Instituição do atual Conselho Nacional de Educação.
1996	Criação dos Sistemas Municipais de Ensino e dos Conselhos Municipais de Educação como órgãos normativos.

FONTE: A autora (2020) com base em Barcelos (2017) e Oliveira (2008).

Como afirma Monlevade (2000):

Os Conselhos existem no Brasil desde o tempo do Império, como órgãos de Estado têm adquirido novas características e finalidades. Da parte do governo, a criação desses organismos está estreitamente articulada a concepções de eficiência, de controle social e de legitimação política. Porém, podem apresentar outros significados, nos quais a participação da sociedade civil

carrega a expectativa da criação de novas formas de relacionamento entre Estado e os cidadãos, a fim de garantir o acesso aos seus direitos. (MONLEVADE, 2000, p.15).

Nesta perspectiva, os conselhos são espaços que se pretendem democráticos, em que diferentes segmentos, representados por cidadãos, indicados ou eleitos, reúnem-se para discutir e deliberar por temas ou assuntos relevantes e/ou importantes para a comunidade local.

O Conselho Municipal de Educação é um órgão público voltado a garantir um direito constitucional da cidadania – a educação; funciona como um órgão colegiado, de caráter normativo, deliberativo e consultivo que interpreta e determina, segundo suas competências e atribuições, a aplicação da legislação educacional e propõe sugestões de aperfeiçoamento da educação do sistema de ensino. Para Conde e Oliveira (2017), em se tratando da gestão democrática, essa forma de participação envolve sujeitos não apenas da escola, mas do campo da educação como um todo, em espaços, também, de “audição e deliberação” instituídos.

O Conselho Municipal de Educação “como órgão do sistema de ensino, deve garantir que as políticas educacionais sejam efetivadas assumindo os aspectos que estivessem ao nível de suas responsabilidades” (CURY, 2011, p.44), é também instrumento de ação social, atendendo às demandas da sociedade quanto à transparência no uso dos recursos e à qualificação dos serviços públicos educacionais. A sociedade representada no conselho torna-se vigilante na defesa do direito de todos à educação de qualidade e na observância dos regulamentos e leis federais.

O Conselho Municipal, em sintonia com as políticas nacional e estadual, deve estar aberto à participação das diversas tendências educacionais, o que o torna representativo entre os habitantes do município e perante os demais organismos de poder. Segundo Sousa (2015, p.32),

Os Conselhos Municipais de Educação são reconhecidos como órgãos colegiados compostos por representantes do poder público municipal e de segmentos da sociedade civil. Os componentes do colegiado não representam a si mesmos, mas aos órgãos ou entidades que possuem assento no Conselho.

Sua composição e a forma de escolha dos conselheiros revelam a concepção e a natureza do Conselho, portanto, quanto mais a pluralidade das categorias de educadores e da comunidade estiver representada, mais o órgão expressa a voz e as aspirações da sociedade (BORDIGNON, 2009). Como órgão representativo, os conselheiros necessitam manifestar os anseios para a educação municipal tanto pública quanto privada.

A CF/1988, no artigo 205, evidencia que a educação precisa da colaboração da sociedade:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Cabe a cada conselheiro ter um olhar para a qualidade da educação e para o interesse coletivo, não somente em defesa de sua categoria, mas sim de expressar a opinião da categoria sobre o tema em análise. Sua participação é essencial, uma vez que “a função de conselheiro implica o ser um intelectual da legislação da educação escolar para, em sua aplicação ponderada, garantir um direito da cidadania”. (CURY, 2006, p. 42).

A competência do Conselho Municipal de Educação pode ser de participação social e técnico-pedagógica ao baixar as normas educacionais complementares ao seu sistema de ensino e sua participação no planejamento e elaboração das políticas educacionais. Para Cury (2006), um conselheiro necessita de clareza, tanto em relação aos aspectos legais quanto em relação aos fatores educacionais e sociais de sua realidade.

Segundo Silveira Júnior (2009),

A principal função atribuída aos conselhos de educação, no âmbito nacional e estadual, ao longo da história foi a de colaborar com os respectivos ministros ou secretários de educação na definição das políticas educacionais, tarefa essencialmente consultiva. Gradativamente, foram assumindo mais fortemente a função de elaborar normas para os respectivos sistemas de ensino, como estratégias de efetivação das políticas. (SILVEIRA JÚNIOR, 2009, p.612).

## 2.2 ASPECTOS LEGAIS PARA A INSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 4.024/1961, instituiu o Conselho Federal de Educação (CFE) e os Conselhos Estaduais de Educação (CEE). Em 1971, com a alteração da LDB (Lei nº 5.692/1971), estendeu-se a atuação de educação aos municípios, através do artigo 71, ao determinar que: “Os Conselhos Estaduais de Educação poderão delegar parte de suas atribuições a Conselhos de Educação que se organizem nos Municípios onde haja condições para tanto” (BRASIL, 1971, p.11).

Intensas lutas, mobilizações e pressões sociais marcaram o final das décadas de 1970 e 1980, contra o regime político ditatorial, marcados pelo descontentamento pela gestão política e econômica do governo militar e pela organização educacional, segundo Valle (2008):

No fim dos anos 70 e durante a década de 1980, os debates sobre a democratização do Estado e a liberdade de expressão começaram a tomar conta das associações representativas da sociedade civil, fortalecidos pelos movimentos sindicais, que elaboraram vários atos de contestação, ajudando a repensar a organização social brasileira. (VALLE, 2008, p.53).

Surgem os movimentos sociais, associações e entidades, resultantes dos debates e discussões sobre a liberdade de expressão e da democracia participativa tão esperada pelo povo brasileiro. Para Saviani (2010):

Os anos de 1980 inauguraram-se com a existência da Associação Nacional de Educação (ANDE), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), surgidos, respectivamente, em 1979, 1977 e 1978. Mas além destas entidades destinadas a congregar educadores independentemente de sua vinculação profissional, a década de 1980 também se inicia com a constituição de associações, depois transformadas em sindicatos, aglutinando, em âmbito nacional, os professores dos diferentes níveis de ensino e os especialistas nas diversas habilitações pedagógicas. (SAVIANI, 2010, p. 403).

Estes movimentos de esquerda eram favoráveis aos conselhos gestores com autonomia e defensores de que o Conselho Nacional de Educação atuasse como órgão de Estado e não como de governo.

Para Pereira (2013), em 1985, o Brasil voltou a ser um Estado Democrático. Este processo culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em que os Conselhos apareciam como centro das discussões sobre políticas sociais no país, acirrando os debates acerca da necessidade da gestão democrática da educação (explicitada no artigo 206 da Constituição Federal de 1988). Nesse sentido, os conselhos, como órgãos representativos, passam a ter papéis fundamentais no processo de gestão democrática através do diálogo entre a sociedade civil e governo.

Conforme o IBGE (2018, p.29), a partir dos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais e Estaduais, houve um crescimento sistemático dos municípios que declararam possuir Conselho Municipal de Educação: 67,6% em 2006; 79,1% em 2009; 84,8% em 2011; 87,5% em 2014. Já em 2018, segundo a mesma pesquisa, dos 5.570 municípios brasileiros, 92,8% declararam possuir Conselho Municipal de Educação, o que correspondeu a um aumento de 13,7%.

Entretanto, para sua criação e implementação, estes ainda dependem de leis ordinárias municipais e, em muitos casos, da vontade política e de interesses governamentais. Para Avritzer (2006, p.39), os conselhos são “instituições híbridas nas quais há participação do Executivo e de atores da sociedade civil relacionados com a área temática na qual o conselho atua”.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº9394/1996, no artigo 11, parágrafo único, normatizaram-se os Sistemas Municipais dando autonomia aos municípios para criarem os seus próprios sistemas de ensino através do CME, órgão responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação e no controle social das políticas educacionais, tendo em vista a qualidade e a concretização do direito à educação. Segundo Pasuch (2018):

A decisão de se instituir um sistema de ensino é que possibilitará ao município assumir sua autonomia relativa na esfera educacional, tal como conquistada na legislação. Como saldo positivo, abre-se a possibilidade de fortalecimento da democracia na gestão da educação, por meio da institucionalização e do funcionamento do CME. (PASUCH, 2018, p.52).

Além disso, compete ao Conselho Municipal de Educação estabelecer normas complementares para o seu Sistema Municipal de Educação. É o órgão



do sistema com autonomia político-administrativa sustentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/1996 como modelo de gestão educacional, responsável pela legislação educacional. A sociedade civil, organizações sociais e demais entidades não governamentais representadas no conselho, tornam-se vigilantes na defesa dos direitos de todos a uma educação de qualidade e na observância dos regulamentos e leis municipais, estaduais e federais que regulamentam o processo educacional vigente.

Gohn (2011) afirma:

Na área da educação, nos municípios, sabe-se que além do Conselho Municipal de Educação há ainda o Conselho de Alimentação Escolar (COMAE), o Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS) e o ex-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), substituído pelo FUNDEB, que inclui o financiamento de todos os níveis de ensino básico. Juntos, esses três conselhos, a rede de escolas e a Secretaria Municipal de Educação constituem o Sistema Municipal de Ensino e devem elaborar o Plano Municipal de Ensino que estabeleça progressivamente metas para a autonomia das escolas, à medida que forem capazes de elaborar e executar seu projeto pedagógico, garantindo a gestão democrática do ensino público. (GOHN, 2011, p. 355).

Segundo Lima, Almenara e Santos (2018):

Ainda que a legislação determine os limites de atuação do conselho, o fator de determinação e validação de suas decisões, assim como a participação social determina o grau de gestão democrática do país nos conselhos e órgão colegiado como é o caso do Conselho Municipal de Educação. (LIMA; ALMENARA; SANTOS, 2018, p.336).

O Conselho deve dividir com a população a preocupação com a educação municipal em busca de acompanhá-la e avaliá-la ao encontro de alternativas para os problemas existentes, de forma a evitar vínculos com entidades e partidos políticos que o desconectem de sua real função.

Nesse sentido, Anísio Teixeira (1967) sugere que:

Este colegiado deveria ser um espaço de representação e participação da sociedade civil e de seus munícipes e, deveriam ser criados "pequenos Conselhos Escolares locais constituídos por homens e mulheres de espírito público e não propriamente

partidário”. Dotados de poder governamental eles seriam tão importantes e tão desejados quanto o poder municipal (Prefeitura e Câmara), enriquecendo a comuna com um novo órgão representativo, singelo e fecundo, para a expressão das aspirações locais. (TEIXEIRA, 1967, p. 154 – 155).

A existência de conselho de educação nos municípios é fundamental para a democratização da gestão do ensino público, independentemente da instituição de sistema próprio. Ao assumir sua autonomia conferida pela legislação, cabe ao município a incumbência de estabelecer normas complementares para o seu sistema, através do seu órgão normativo.

Para Schlesener (2001):

Torna-se de fundamental importância pensar as relações democráticas que ocorrem no âmbito do Estado e das relações educacionais, a fim de evidenciar a formação dos indivíduos e os compromissos que se atribuem ao sistema educacional no sentido de dar os fundamentos teóricos e normativos necessários ao desempenho no mundo do trabalho e ao exercício da democracia. (SCHLESENER, 2011, p. 176-7).

Por isso, a necessidade de os conselheiros atualizarem-se na busca de informações, formações por meio de debates, seminários e cursos voltados à educação e suas relações com as políticas educacionais, sejam elas municipal, estadual ou federal. Os conselheiros necessitam “aprofundar seus conhecimentos específicos, buscando o aperfeiçoamento e a profissionalização da função com o intuito de representar a população e dar-lhes recorrentes devolutivas sobre as deliberações dos Conselhos Municipais de Educação” (LIMA; ALMENARA; SANTOS, 2018). Bordignon (2009) afirma que a ação dos conselheiros, requer “saberes” acadêmico e da vivência, pois quanto maior a diversidade de saberes e de representação da vontade popular, mais rica será a ação dos conselhos.

## 2.3 ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Para a criação e organização do Conselho Municipal de Educação, Gohn (2006) sugere a realização de um amplo diálogo num esforço de participação democrática com a sociedade, por meio de seus segmentos e/ou representantes:

A possibilidade de a sociedade civil intervir na gestão pública, via parcerias com o Estado, representa a instauração de um novo padrão de interação entre governo e sociedade; novas arenas de intermediação e novos mecanismos decisórios implantados poderão ter a capacidade de incorporar uma grande pluralidade de atores e de diferentes interesses. (GOHN, 2006, p. 10).

Deve-se propor uma comissão, criada pela Secretaria Municipal de Educação, composta por representações paritárias da comunidade, com a função de promover reuniões para discussões sobre a importância da criação de um Conselho Municipal de Educação, assim como sua composição, organização e atribuições mediante a elaboração de um Anteprojeto de Lei direcionado ao Prefeito Municipal que encaminhará à Câmara dos Vereadores, em forma de Projeto de Lei (PL).

Uma vez sancionada a lei, a Secretaria Municipal de Educação, nos termos legais estabelecidos para a criação do órgão, organizará a primeira eleição e posse dos conselheiros, aos quais caberá a elaboração do regimento interno do CME (CTE-IRB, 2019).

Para Cury (2004), estes conselhos,

embora integrantes da estrutura de gestão dos sistemas de ensino, não falam pelo governo, mas falam ao governo, em nome da sociedade, uma vez que sua natureza é de órgãos de Estado. O Estado é a institucionalidade permanente da sociedade, enquanto os governos são transitórios. Assim, os conselhos, como órgãos de Estado, têm um duplo desafio: primeiro, garantir a permanência da institucionalidade e da continuidade das políticas educacionais e, segundo, agir como instituintes das vontades da sociedade que representam. (CURY, 2004, p.24).

Por ser um órgão colegiado de estado, o Conselho Municipal de Educação dialogará com o governo em nome da comunidade local exercendo a função mediadora entre ele e a sociedade, tendo participação social, integrando a estrutura da Prefeitura e fazendo parte do Sistema Municipal de Ensino, com a Secretaria Municipal de Educação, instituições educacionais e demais conselhos que fazem parte da Secretaria de Educação.

Percebe-se, também, que apenas a criação do Conselho Municipal de Educação, de acordo com a legislação, seja ela local ou nacional, não garante que os espaços democráticos estejam sendo respeitados e ampliados; assim

como não é possível perceber os diversos conflitos entre as instâncias, os entraves, as disputas políticas e a falta de atuação nas atribuições do conselho.

Segundo Gohn (2006):

Nos municípios sem tradição organizativo-associativa, os conselhos têm sido apenas uma realidade jurídico-formal e, muitas vezes, um instrumento a mais nas mãos dos prefeitos e das elites, falando em nome da comunidade, como seus representantes oficiais, não atendendo minimamente aos objetivos de serem mecanismos de controle e fiscalização dos negócios públicos. (GOHN, 2006, p. 8).

Para Bordignon (2013), a composição do Conselho Municipal de Educação deve ser paritária, tendo a mesma quantidade de representantes do governo e da sociedade civil, variando entre 5 (cinco) a 20 (vinte) titulares com seus respectivos suplentes, contendo a representação de professores, pedagogos, diretores, pais, estudantes, sindicato municipal, escolas privadas e demais entidades organizadas da sociedade civil ligadas à educação municipal, que deverão ser indicados ou eleitos de forma democrática em reuniões organizadas por seus segmentos e/ou pelo próprio conselho. Esta quantidade, entretanto, não segue uma normatização e dependerá das necessidades locais, pois municípios pequenos poderão ter poucos conselheiros, enquanto os maiores poderão ter uma composição maior pelo número de representatividade necessária.

Segundo Cartilha do TCE (2019):

De forma geral, nos conselhos em funcionamento, os conselheiros têm mandato entre 1 (um) a 4 (quatro) anos, sendo recorrente a duração de 2 anos na maioria deles. Além disso, o regimento interno poderá regulamentar a permissão para recondução por um mandato consecutivo, assegurando a renovação parcial e periódica dos membros, para que se assegure a continuidade dos trabalhos e a implementação das políticas municipais da educação. (TCE, 2019, p.14).

A renovação dos conselheiros poderá se dar de forma parcial, com a finalidade de garantir a continuidade das atividades do Conselho e assegurar a implementação das políticas públicas educacionais do município, ou total, de acordo com o Regimento Interno aprovado pelo Conselho Pleno do Conselho Municipal de Educação e homologado por Decreto pelo Prefeito. Importante

ressaltar que o final do mandato não coincida com o final da gestão municipal para a continuidade das ações do CME.

Segundo o Pró-Conselho (2007):

Quanto à sua estrutura é pertinente que o CME se divida em Plenária e em câmaras ou comissões garantindo, no mínimo, uma reunião mensal, conforme organização do calendário anual do conselho pleno e reuniões extraordinárias, quantas forem necessárias, convocadas pelo(a) Presidente do Conselho Municipal de Educação. (PRÓ-CONSELHO, 2007, p. 21).

Convém ressaltar que, como órgão responsável pelo acompanhamento, controle e fiscalização das políticas educacionais do município, é importante que seus conselheiros participem de Encontros Estaduais, Regionais e Nacionais que envolvam Conselheiros de Educação, promovidos pela UNCME, eventos educacionais e cursos de formação, com a finalidade de ampliar e atualizar seus conhecimentos contribuindo com suas funções no Conselho Municipal de Educação e, conseqüentemente, com a educação municipal.

Quanto ao seu funcionamento, normalmente, o Conselho Municipal de Educação depende do orçamento da Secretaria de Educação. Segundo Bordignon (2013):

A questão das condições materiais de funcionamento remete, diretamente, à questão da autonomia e ao lugar e importância que o conselho ocupa no sistema. Funcionar no prédio da secretaria ou em outro local, depender do pessoal e da infraestrutura da Secretaria de Educação pode, ou não, interferir na autonomia, dependendo do tipo de relações cultivadas. Mas, depender da vontade do secretário para qualquer despesa implica em subordinação que, inevitavelmente, afeta o grau de autonomia de funcionamento do conselho. No campo da autonomia é necessário destacar a importância de dotação orçamentária própria para os conselhos. Por outro lado, as condições precárias de funcionamento afetam a qualidade do exercício das nobres e relevantes funções atribuídas aos conselhos municipais de educação. (BORDIGNON, 2013. p. 84).

As funções desempenhadas pelo Conselho Municipal de Educação também foram sendo alteradas com o passar do tempo, assim como a composição, representatividade e tempo de mandato. Baseado nas orientações do MEC e do Programa Pró-Conselho, cada município edita a Lei que cria e

constitui o seu Conselho Municipal de Educação, mas não há uma normatização definida quanto à quantidade de conselheiros, podendo ser organizado de acordo com a realidade e necessidade local.

## 2.4 AS FUNÇÕES ATRIBUÍDAS AOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Para Bordinon (2009), “na questão das funções atribuídas aos conselhos é relevante distinguir a natureza e o objeto”, isto é, faz-se necessário saber como e porque está sendo criado para definir suas atribuições. O autor afirma, ainda:

A natureza da função diz respeito ao caráter da competência, ao poder conferido ao conselho: se consultivo, deliberativo ou outro. Tradicionalmente, têm sido atribuídas aos conselhos funções de caráter consultivo e deliberativo. No atual contexto da gestão democrática da educação, os conselhos são chamados a exercer, também, funções de mobilização e controle social. (BORDIGNON, 2009, p.75).

Segundo a sua competência, que pode ser normativa ou não, são atribuições do Conselho Municipal de Educação (quadro 4):

QUADRO 4 - ATRIBUIÇÕES/FUNÇÕES DOS CONSELHOS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (2009)

FUNÇÕES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
<b>CONSULTIVA</b>	Responder a consultas sobre alvará, credenciamento e leis educacionais e suas aplicações, submetidas a ele por entidades da sociedade pública ou civil (Secretaria Municipal da Educação, escolas, universidades, sindicatos, Câmara Municipal, Ministério Público), cidadão ou grupos de cidadãos.
<b>PROPOSITIVA</b>	Sugerir políticas de educação, sistemas de avaliação institucional, medidas para melhoria de fluxo e de rendimento escolar e propor cursos de capacitação para professores.
<b>MOBILIZADORA</b>	Estimular a sociedade no acompanhamento dos serviços educacionais; informá-la sobre as questões educacionais do município; tornar-se um espaço de reunião de esforços do executivo e da comunidade para melhoria da educação.

<b>DELIBERATIVA</b>	Essa atribuição deverá ser definida na lei que cria o conselho, que pode, por exemplo, aprovar regimentos e estatutos; autorizar cursos, séries ou ciclos; e deliberar sobre os currículos propostos pela secretaria.
<b>NORMATIVA</b>	Só é exercida quando existe o sistema de ensino próprio. Ele pode assim, elaborar normas complementares às nacionais em relação às diretrizes para regimento escolar, determinar critérios para acolhimento de alunos sem escolaridade e interpretar a legislação e as normas educacionais.
<b>FISCALIZADORA</b>	Promover sindicâncias, solicitar esclarecimentos dos responsáveis ao constatar irregularidades e denunciá-las aos órgãos competentes.

FONTE: Quadro elaborado por Barcelos (2017) com base no PRÓ-CONSELHO-TO (2007, p. 7). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pro\\_cons/cme-to.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pro_cons/cme-to.pdf)  
Acesso em abril de 2016.

Como órgão de estado e de controle social, o Conselho Municipal de Educação passa a ter as funções propositiva, consultiva, mobilizadora e fiscalizadora da Educação Municipal, e, nos municípios com sistema próprio de ensino instituído por lei, também as importantes funções deliberativas e normativas, que lhe competem, e de estabelecer normas complementares para o Sistema Municipal de Educação.

Enquanto órgão articulador e mobilizador da gestão democrática, o Conselho Municipal de Educação tem como competência a tarefa de promover audiências públicas, fóruns, debates, encontros sociais, garantindo a democracia na definição de políticas educacionais, realizando participações, conexões e parcerias com responsabilidade, entre os membros representativos neste colegiado. Segundo Gohn (2011, p. 355), “por meio dos conselhos, por exemplo, a sociedade civil exercita o direito de participar da gestão de diferentes políticas públicas, tendo a chance de exercer maior controle sobre o Estado”.

## 2.5 O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM SISTEMAS DE ENSINO

Há muito tempo debate-se sobre um Sistema Nacional de Educação, tarefa discutida no país por intermédio do Conselho Municipal de Educação interligados pela União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e suas coordenações regionais e estaduais (UNCME, 2018), assim

como em Fóruns e Seminários Educacionais. Para se pensar no Sistema Nacional, seria necessário discutir a construção dos Sistemas Municipais de Ensino.

Segundo Romão (2010, p.109), “foram quase três décadas de luta, após a sanção da lei nº 5.692/71, para que os sistemas municipais ganhassem relativa possibilidade legal, na LDB de 1996”.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, VI, estabelecendo como um dos princípios norteadores da educação nacional a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASIL, 1988), fez com que surgissem estudos e discussões a respeito das novas possibilidades e formas de gerir os sistemas educacionais, incluindo concepções e práticas democráticas, nas quais os sujeitos possam ter garantia de ampla participação nas decisões e no cumprimento de finalidades e objetivos educacionais; e em seu artigo 211, estabelece:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.  
 § 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).  
 § 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).  
 § 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).  
 § 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020).  
 § 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394/96, estabelece (art. 11, parágrafo único) possibilidades de organização da educação



municipal, como integrar-se ao sistema estadual, decisão que cabe ao município, ou constituir com o Estado um sistema único de educação básica.

Segundo Bordignon (2009, p.61), “os movimentos pela democratização da gestão pública requerem, dos conselhos, novas posições: a de responder às aspirações da sociedade e em nome dela exercer suas funções. O exercício da voz se inverte: passam a falar ao governo, em nome da sociedade”.

A existência de Conselho de Educação nos municípios é fundamental para a democratização da gestão do ensino público, independentemente da instituição de sistema próprio. Ao assumir sua autonomia conferida pela legislação, cabe ao Município a incumbência de estabelecer normas complementares para o seu sistema, por meio do seu órgão normativo.

Faz-se imprescindível consolidar esta estrutura educacional para que se garanta a aprendizagem escolar e a participação coletiva na avaliação das ações pedagógicas e administrativas do poder público municipal, incentivando as ações colegiadas que propiciem a intervenção organizada, bem como as atitudes preservadoras de autonomia municipal e de representatividade social.

Saviani (1999), considera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como

lei maior da educação no país, por isso mesmo chamada, quando se quer acentuar a sua importância, de “carta magna da educação”, ela situa-se imediatamente abaixo da Constituição, definindo as linhas mestras do ordenamento geral da educação brasileira. Dado esse caráter de uma lei geral, diversos de seus dispositivos necessitam ser regulamentados por meio de legislação específica de caráter complementar. É precisamente nesse contexto que se vai processando, por iniciativas governamentais, o delineamento da política educacional que se busca complementar. (SAVIANI, 1999, p. 2).

Segundo Gadotti (1999, p.5), “o sistema municipal de educação, integrando todos os esforços locais (públicos e privados) pela melhoria do ensino, é um poderoso instrumento de fortalecimento dos Municípios.” Dessa forma, o Conselho Municipal de Educação, além de se tornar um órgão normativo, faz o município mais fortalecido e comprometido com a educação municipal e, conseqüentemente, com o regime de colaboração, conforme o artigo 23 da CF/1988.

Bordignon e Gracindo (2000) indicam que:

A gestão do sistema municipal de educação requer um enfoque que implique trabalhar decisões a respeito do rumo futuro e se fundamenta na finalidade da escola e nos limites e possibilidades da situação presente. Para isso, trabalha visualizando o presente e o futuro, identificando as forças, valores, surpresas e incertezas e a ação dos atores sociais e suas relações com o ambiente, como sujeitos da construção da história humana, gerando participação, co-responsabilidade e compromisso. (BORDIGNON; GRACINDO, 2000, p. 159).

No Título IV, que trata da Organização da Educação Nacional, em seu artigo 8º, a LDB deixa claro que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino, cabendo à União, a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

No artigo 11 são esclarecidas as incumbências do município, sendo elas:

[...] I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - [...]

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a Educação Infantil, em creches e pré-escolas e, com prioridade o Ensino Fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica. [...] (BRASIL, 1996).

É de responsabilidade do município a criação, manutenção, a organização para o desenvolvimento dos seus órgãos e, entre eles, o Sistema Municipal de Educação e seu Conselho Municipal de Educação.

Ainda, deve-se considerar o artigo 18, que define que os sistemas municipais de ensino compreendem:

I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;

- II - as instituições de Educação Infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III – os órgãos municipais de educação. (BRASIL, 1996).

O Sistema de Ensino é processo de construção da identidade do Sistema Municipal de Educação; é a capacidade normativa própria que assegura a definição de normas complementares do CME.

Para constituir o seu Sistema Municipal, segundo Saviani (1999), um município deve acentuar quatro passos:

- a) verificar a eventual necessidade de ajustes na Lei Orgânica do Município em decorrência da decisão de instituir o próprio sistema de ensino;
- b) elaborar um projeto de lei do sistema de ensino do município, a ser aprovado pela Câmara Municipal;
- c) organizar ou reorganizar o Conselho Municipal de Educação, de acordo com o disposto na Lei do Sistema de Ensino Municipal;
- d) dar ciência dessas iniciativas à Secretaria Estadual de Educação e ao Conselho Estadual de Educação. (SAVIANI, 1999, p.132).

O Sistema Municipal de Educação (SME) tem por finalidade conferir autonomia à educação do município, em relação ao Sistema Estadual, tornando-se responsável por baixar normas complementares às nacionais e autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos de ensino do seu sistema municipal, como as escolas e demais instituições educacionais.

Para a institucionalização de um sistema de ensino é requisito importante a organização efetiva de órgãos que constituirão o sistema: as instituições educacionais, a Secretaria de Educação e, principalmente, o CME, o órgão normativo deste processo. Considerando, também, o Projeto Político-Pedagógico, Gestão Democrática, Integração ao Sistema Nacional de Avaliação, Acesso ao Ensino, Normas Referentes à Criação/Legalização dos Estabelecimentos de Ensino, Autonomia das Escolas, Regimento Escolar, Plano de Carreira, entre outros.

A União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) oficializou uma consulta ao Conselho Nacional de Educação se dirigindo à Câmara de Educação Básica, na qual solicitou um Parecer orientador a respeito do entendimento sobre o município enquanto sistema. Essa consulta resultou no

Parecer nº 30/2000, com relatoria do Conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury, o qual definiu que

Sistemas de ensino são o conjunto de campos de competências e atribuições voltadas para o desenvolvimento da educação escolar que se materializam em instituições, órgãos executivos e normativos, recursos e meios articulados pelo poder público competente, abertos ao regime de colaboração e respeitadas as normas gerais vigentes. Os municípios, pela Constituição de 1988, são sistemas de ensino. (BRASIL, 2000).

Segundo Flach (2019),

A discussão acerca da constituição de SME mostra-se relevante no contexto brasileiro, visto que, historicamente, houve uma centralização do poder governamental, de forma a desconsiderar a capacidade municipal para elaborar, conduzir e avaliar políticas de interesse local. (FLACH, 2019, p.2).

Em outras palavras, o poder e a competência eram somente dos Conselhos Estaduais de Educação e dependiam de sua anuência.

Ainda, para Flach (2019, p.2), “quando os municípios optam por constituir seus próprios SME, afirmam sua autonomia na condução das políticas educacionais sob sua responsabilidade, com vistas ao envolvimento da comunidade local nessa condução”, isto é, os Conselhos Municipais de Educação, como órgãos de gestão democrática no âmbito dos Sistemas Municipais de Educação, constituem-se como importantes órgãos de representatividade social e deliberação plural, que contribuem para os debates e embates referentes às políticas educacionais do município, a organização do SME e a efetiva garantia do direito à educação.

### 3 CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ

O estado do Paraná faz parte das vinte e sete (27) unidades federativas do Brasil e divide-se em trezentos e noventa e nove (399) municípios. Seu território equivale a 2,34% do território brasileiro com 11.516.840 milhões habitantes (5,44% da população brasileira), o mais populoso da Região Sul, tendo a capital do estado, Curitiba, como o município mais populoso com 1.933.105 habitantes e o município de Jardim Olinda o menos populoso com 1.331 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019 e 2020), conforme representação do mapa estadual (figura 1).

FIGURA 1: MAPA DO ESTADO DO PARANÁ



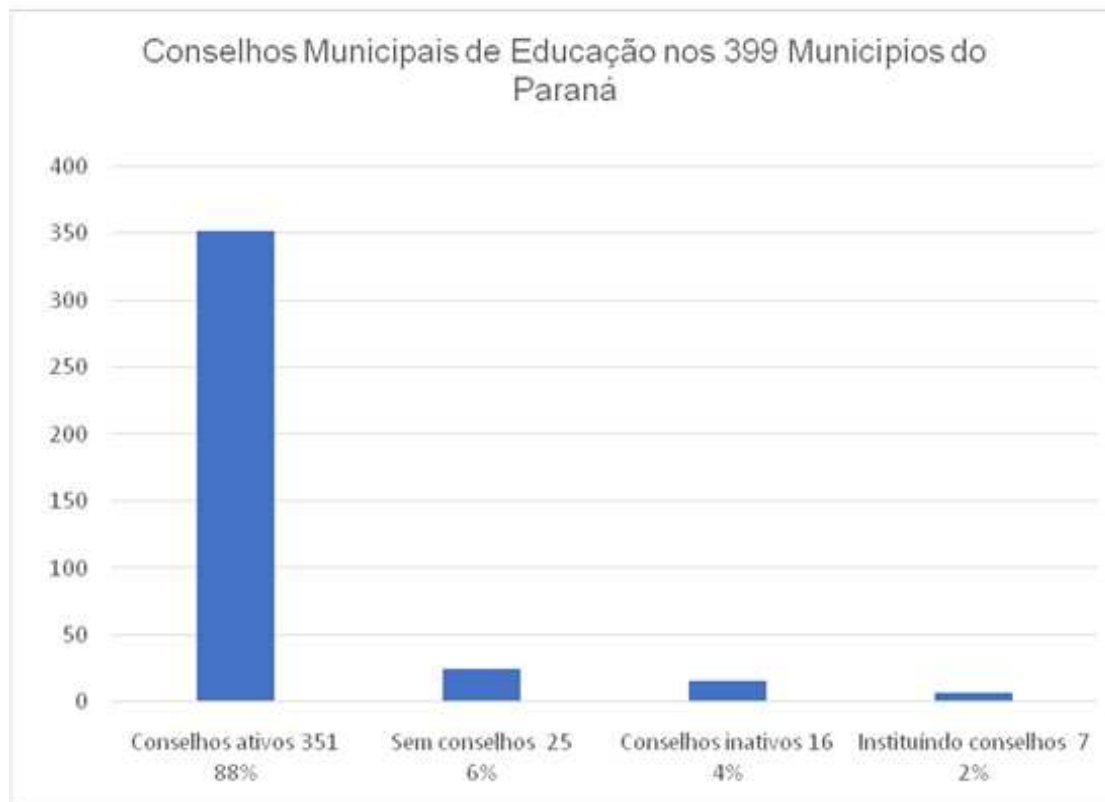
FONTE: IBGE (2020).

No estado do Paraná, dos trezentos e noventa e nove (399) municípios, trezentos e sessenta e sete (367), isto é, 92%, possuem Conselhos Municipais de Educação e apenas trinta e dois (32) não os possuem, o que significa 8% do total (gráfico1). O crescimento da quantidade de conselhos, no estado, deu-se pelo período que compreendeu a elaboração dos Planos Municipais de Educação em 2015, devido à instituição das leis nos municípios e à inserção dos conselhos nos

seus Comitês de Elaboração, e no período compreendido entre 2017 e 2018, para o cumprimento de leis municipais do acréscimo do CME no Comitê de Monitoramento e Avaliação do PME, conforme verificado na pesquisa documental, sobre os conselhos criados neste período.

Dos trezentos e sessenta e sete (367) municípios que possuem Conselhos Municipais de Educação instituídos em leis, decretos ou portarias, trezentos e cinquenta e um (351), ou 88%, estão ativos, funcionando conforme Regimento Interno e/ou organização municipal; dezesseis (16), ou 4%, encontram-se inativos, sem funcionamento, como se não estivessem legalmente instituídos; sete (7), ou 2% dos municípios, encontram-se em processo de instituição de seus Conselhos Municipais de Educação, conforme informações das Secretarias Municipais, via pesquisa realizada com a UNCME/Paraná e, como já publicado, vinte e cinco (25), ou 6% dos municípios, ainda não tem conselhos e não manifestaram nenhum movimento em instituí-los. Estes dados estão expressos no (gráfico 2):

GRÁFICO 2 - SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ



FONTE: A autora (2020) com base em dados da pesquisa.

O Conselho Municipal de Educação é um órgão que possui legitimidade, está previsto nos Sistemas de Ensino, nos Planos Municipais de Educação, porém a sua instituição nos municípios não é obrigatória, dependendo do gestor municipal em optar por sua criação e descentralização governamental.

Para Nardi (2006),

A exigência de Conselho Municipal de Educação, no entanto, não está expressamente presente no texto da Lei da Educação, mesmo que interpretações diversas e variadas exigências paralelas tenham praticamente requerido sua instituição, por vezes, resultando em um órgão figurativo sem a devida legitimidade. (NARDI, 2006, p.64).

A criação ou instituição do Conselho Municipal de Educação não garante que as decisões da gestão deixem de ser centralizadoras e o CME não seja um órgão meramente decorativo, sem atuação na educação municipal. Apesar de termos sete (7) municípios criando seus conselhos de educação, ainda não há no Paraná a preocupação de alguns gestores municipais pela implantação do conselho, visto que ainda há vinte e cinco (25) municípios paranaenses resistentes à criação deste órgão, sem previsão de criá-los; e dezesseis (16) municípios em que, mesmo já instituídos em lei, encontram-se inativos e sem funções por decisão da gestão.

Para Pasuch (2018, p.110), “O conselho não é um órgão de governo, que sofre uma ruptura a cada mudança governamental, e sim um órgão de Estado, que não apenas acompanha, mas avalia e defende posições na sociedade”. Pela presente pesquisa, conseguiu-se observar que esta falta de conhecimento e/ou entendimento sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Educação faz parte das decisões da gestão pelo receio na criação e/ou funcionamento deste órgão de controle social indispensável pela fiscalização e acompanhamento das políticas educacionais dos municípios.

No gráfico 2 observam-se, ainda, os municípios do estado do Paraná que, no período da pesquisa, estavam constituindo ou compondo seus Conselhos Municipais de Educação para formalização em decreto ou portaria ou os que, mesmo criados, encontravam-se inativos, sem funcionamento e composição, outros que estavam formando seus Conselhos e aqueles que ainda não apresentavam previsão para a criação de seus órgãos de controle social.

Esta preocupação fica clara na afirmação de Gohn:

Os Conselhos são analisados como agentes de inovação nas políticas públicas porque, ao realizarem a mediação entre a sociedade civil organizada e os organismos governamentais, eles estão construindo uma nova esfera pública de poder e de controle social. Como tais representam forças sociais organizadas e contribuem para o fortalecimento de novos sujeitos políticos. (GOHN, 2001, p.31).

E, atualmente, também na afirmação de Flach (2019),

O CME, como órgão do Estado é composto por diferentes segmentos da sociedade civil e pode (ou não) interferir nos interesses que orientam as políticas públicas, dependendo da correlação de forças existentes em seu interior e nas possibilidades democráticas asseguradas na legislação. (FLACH, 2019, p.3).

Por estas manifestações busca-se entender o anseio dos gestores da educação, em criar no seu município o CME por receio de perder o comando educacional e ficar submisso a este órgão de controle social.

Dos trezentos e cinquenta e um (351) Conselhos Municipais em funcionamento no estado do Paraná foram encontrados vários segmentos (quadro 5):

QUADRO 5 - SEGMENTOS REPRESENTATIVOS DOS CONSELHOS PARANAENSES  
(AMOSTRAGEM COM 100 MUNICÍPIOS)

SEGMENTOS	QUANTIDADES
<b>GOVERNO</b>	<b>100%</b>
Executivo	
Secretário (a) Municipal de Educação	
Outras Secretarias Municipais	
Servidores Municipais	
Membros da Secretaria de Educação	
Coordenações Municipais	
Núcleo Regional	
Gestores das Universidades	
<b>COMUNIDADE ESCOLAR</b>	<b>90%</b>
Professores da Educação Infantil	
Professores do Ensino Fundamental	
Professores da Educação Especial	
Professores da EJA	
Pedagogos (as) da Educação Infantil	
Pedagogos (as) do Ensino Fundamental	
Pedagogos (as) da Educação Especial	
Diretores da Educação Infantil	
Diretores do Ensino Fundamental	
Diretores da Educação Especial	
Educadores	
Diretores das Escolas Estaduais	
Professores das Escolas Estaduais	



Estudantes e/ou Grêmio Estudantil	
Trabalhadores e Prestadores de Serviços e Usuários	60%
Professores das Universidades	
Pais de estudantes das escolas públicas	
Associações	
Conselho Escolar	
APMF	
APAE	
Câmara Municipal	
Pais de estudantes das escolas privadas	
Escolas Privadas	
Sindicato dos Professores	
Escolas Privadas	
Sindicato dos servidores	
Outros Conselhos Municipais	

FONTE: A autora (2020) com base em dados da pesquisa.

Observa-se que a representatividade do governo, através do Poder Executivo e da Secretaria Municipal de Educação, predomina na maioria dos municípios, afinal parte dele a criação ou não do Conselho Municipal de Educação, desta forma, poderá expressar a sua voz e tentar garantir seus anseios e interesses.

Os segmentos da comunidade escolar, através dos professores, diretores, pedagogos e estudantes têm fundamental importância no CME, pois apresentam as aspirações e vontades daqueles que trabalham e estão diretamente envolvidos com as instituições educacionais.

Mas, também, há uma grande pluralidade nos segmentos de pais, escolas privadas, professores e outros conselhos vinculados ou não à educação, permitindo aos Conselhos a possibilidade de assumirem a natureza de órgão de Estado e não de governo, tentando acompanhar as decisões do governo e garantir a vontade da sociedade civil organizada.

Os diferentes segmentos do governo (Poder Público, Secretaria, Diretores de Departamentos, Diretores Escolares indicados...) e da sociedade civil (Pais, Sindicatos, Poder Legislativo...) representados nos Conselhos dos municípios paranaenses, poderão fornecer dados fundamentais para avaliar a natureza e a autonomia destes órgãos, além de estimular a participação, o respeito e a valorização dos diferentes conhecimentos e a diversidade de opiniões.

Para Pasuch (2018):

A presença de um pai de aluno em um CME é inquestionavelmente fundamental, já que esse sujeito inserirá no centro das discussões

a perspectiva do beneficiário da política pública, daquele que experimenta “na pele” as realidades cotidianas relacionadas aos respeitos e desrespeitos dos direitos legalmente construídos. Não se espera dele saberes técnicos, mas saberes da vida, que devem ser conjugados aos dos outros, técnicos e políticos. (PASUCH, 2018, p.136).

Em complemento, Bordignon (2013) destaca que:

O papel dos representantes não é o da defesa dos interesses da respectiva categoria, mas o de expressar o olhar da categoria sobre o tema em análise. Assim como os representantes do Executivo, especialmente dos cargos natos, não estão no conselho para defender o Governo, mas para traduzir a coerência com as políticas públicas e a viabilidade de implementação da decisão a ser tomada, da mesma forma devem se comportar os demais representantes. (BORDIGNON, 2013, p. 77).

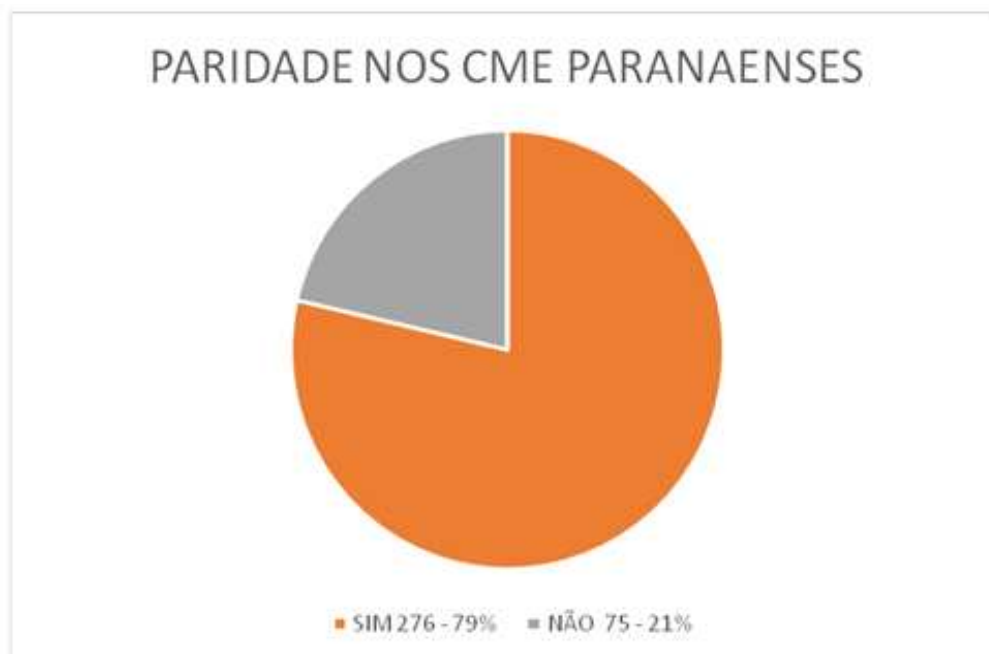
É importante ressaltar também que, por meio dos decretos de nomeações de conselheiros municipais, evidencia-se que alguns representantes fazem parte de mais de um conselho da Secretaria da Educação, isto é, além do Conselho Municipal de Educação, integram o Conselho de Alimentação e/ou o Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e/ou o Conselho ou Comitê do Transporte Escolar. A dificuldade na participação de representantes da sociedade civil e até de representantes do governo, ainda é muito grande, mas não pode ser um empecilho para os debates, as discussões e tomadas das decisões na educação municipal.

Para Pasuch (2018, p. 144), “[...] o CME deve exercitar sua participação efetiva na deliberação das políticas educacionais. Estas serão concretizadas através da instauração de processos dialógicos e conflituosos com o executivo e, por vezes, com os demais poderes”.

É importante destacar que, no questionário, perguntou-se quanto à paridade do Conselho Municipal de Educação, pois dependendo de sua organização a participação e as decisões do Conselho poderão ser afetadas. Dos trezentos e cinquenta e um (351) conselhos, duzentos e setenta e seis (276) afirmaram que o CME é paritário, enquanto cinquenta e sete (57) responderam que não; e dezoito (18) não responderam ou não souberam responder por falta

de entendimento e/ou conhecimento do que é paridade, conforme análise das respostas destes municípios no questionário (gráfico 3).

GRÁFICO 3 - PARIDADE DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ



FONTE: A autora (2020) com base em dados da pesquisa.

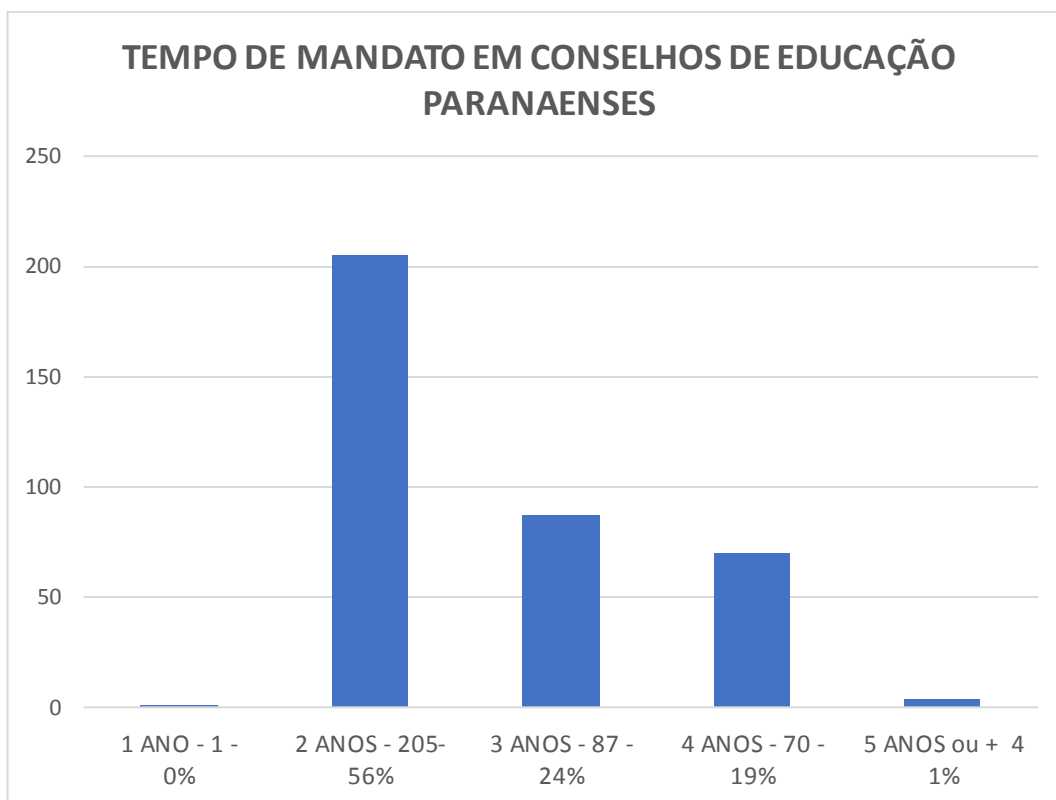
Para Matos (2007), existe dificuldade em garantir a participação realmente paritária dos conselheiros em número e qualidade entre os representantes da sociedade política e da sociedade civil organizada, o que aparece na literatura como um dos motivos de decepção de conselheiros. Segundo os dados dessa pesquisa, essa também é uma das grandes dificuldades apresentadas pelos conselhos paranaenses.

Gohn (2000) lembra, ainda, que a paridade é muito mais do que um aspecto numérico, pois relaciona-se também com a quantidade de informações colocadas à disposição dos conselheiros, bem como a garantia da capacidade de atuação deles, a partir do estabelecimento de critérios mínimos de escolha. A paridade também reflete nas decisões do conselho que, na maioria, apresentam resultado favorável ao governo, por serem estes membros os mais frequentes e participativos.

No que diz respeito à autonomia dos Conselhos, ressaltamos a importância de se honrar os mandatos dos conselheiros, pois, segundo Bordignon (2013),

A duração do mandato tem sua relevância, uma vez que mandatos muito curtos dificultam o exercício de um dos papéis fundamentais dos conselhos, que é o de garantir a desejável estabilidade e sequência das políticas educacionais, para além da transitoriedade dos mandatos executivos. Há, também, o necessário tempo de aprendizagem do exercício de conselheiro. Por sua vez, mandatos muito longos dificultam a sensibilidade para a desejável inovação frente às mudanças da realidade e as aspirações emergentes da comunidade. Por outro lado, é desejável a renovação periódica parcial dos mandatos, uma vez que a renovação total impede que o conselho mantenha a coerência, a sequência e a desejável perspectiva histórica das políticas públicas. O tempo médio do mandato tem sido entre 2 e 4 anos, com direito a uma recondução. (BORDIGNON, 2013. p. 74).

GRÁFICO 4 - TEMPO DE MANDATO EM CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO PARANAENSES



FONTE: A autora (2020) com base em dados da pesquisa.

Quanto ao mandato, o tempo de exercício do cidadão, eleito ou indicado como conselheiro, dos trezentos e sessenta e sete (367) CME, duzentos e cinco (205), isto é, 56 % dos conselhos paranaenses têm mandatos de 2 (dois), oitenta e sete (87), ou seja, 24%, têm mandato de 3 (três) anos, e setenta (70) conselhos, ou 19%, têm mandato de 4 (quatro) anos como o Conselho Nacional de Educação, garantindo um tempo razoável no CME, o que possibilita um conhecimento mais

aprofundado sobre suas funções, atribuições e de conhecimentos específicos da sua área de atuação. Apresentaram-se, ainda, dois (2) conselhos (de Vitorino e Joaquim Távora), com mandato de 5 (cinco) anos; um (1) conselho (de Janiópolis) com 6 (seis) anos; um (1) CME (Campo do Tenente) com 1 (um) ano; e um (1) (Formosa do Oeste) com outra quantidade não especificada.

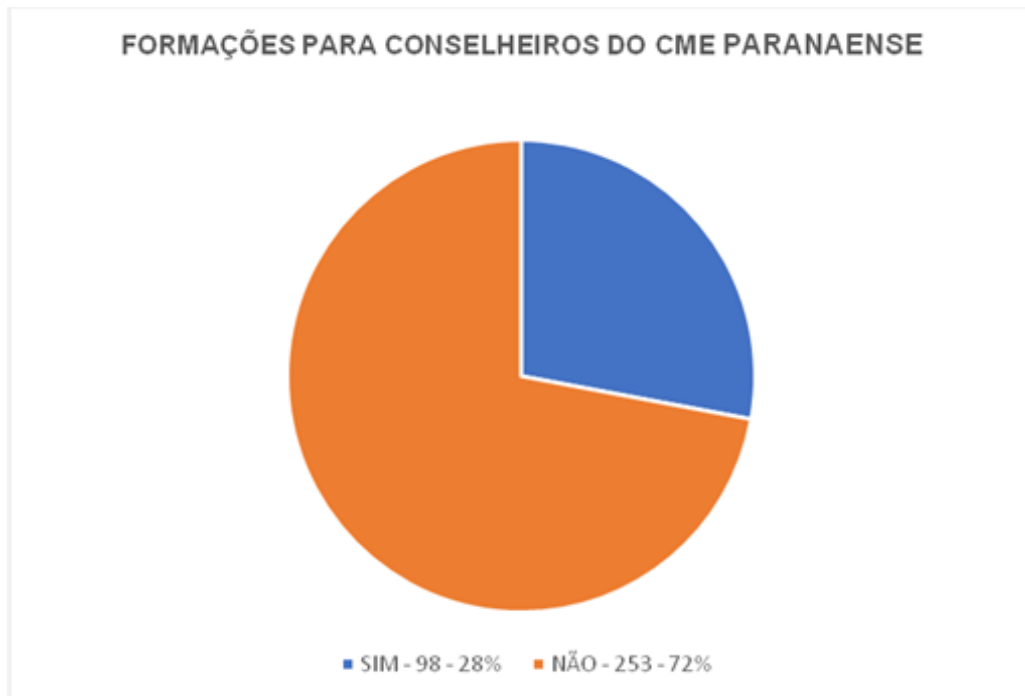
Para Gohn (2006, p.9), “É preciso entender o espaço da política para que se possa fiscalizar e, também, propor políticas; é preciso capacitação ampla que possibilite a todos os membros do conselho uma visão geral da política e da administração”. A formação de conselheiros é fundamental para ampliar os conhecimentos dos membros do Conselho. Quando não há formação, a gestão não está cumprindo a Meta 19 do Plano Nacional de Educação e, conseqüentemente, a do Plano Municipal de Educação que, em sua estratégia 19.5, expõe a obrigatoriedade das formações de conselheiros:

Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo. (BRASIL, 2014).

Ainda, referente às formações do Conselho Municipal de Educação, dos trezentos e cinquenta e um (351) municípios paranaenses que responderam a este item da pesquisa, apenas noventa e oito (98), ou seja, 28% dos municípios, investem na formação de seus conselheiros, conforme observável no (gráfico 5), e os demais duzentos e cinquenta e três (253), isto é, 72%, não ofertam formações.

Para o exercício de conselheiro, em que há diversas representações e variadas experiências, requer-se constante formação, para que estes possam contribuir de forma mais efetiva no CME. Quando não há investimento em formações, haverá dificuldade e pouco envolvimento por parte dos segmentos, especialmente por aqueles que não têm vivência na área, dificultando a participação nos debates e embates.

GRÁFICO 5 - FORMAÇÕES PARA CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ



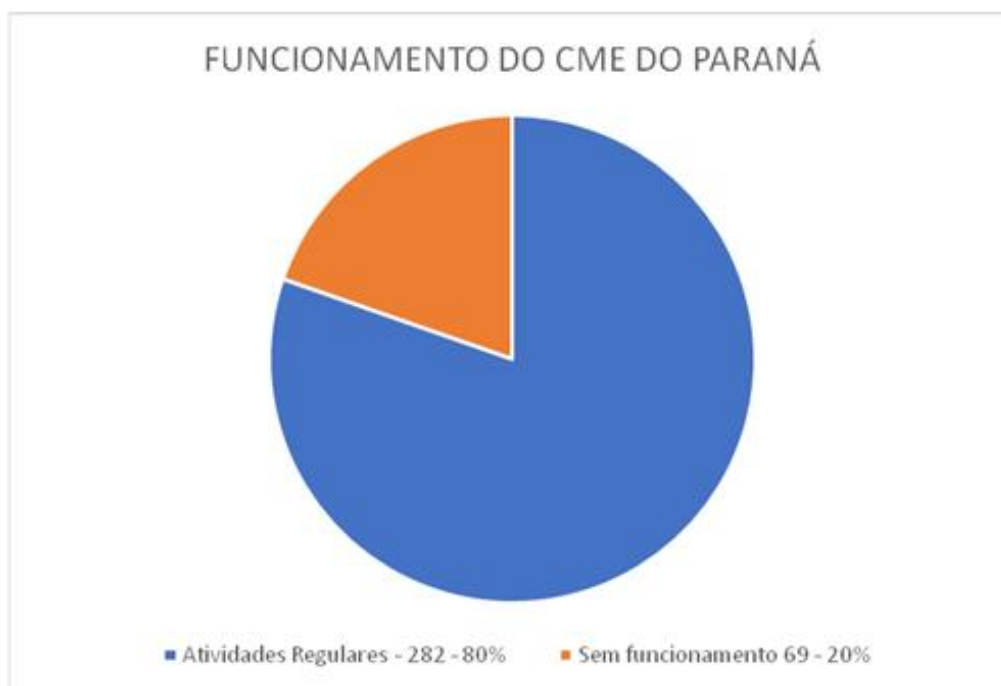
FONTE: A autora (2020) com base em dados na pesquisa.

Para Bordignon (2013),

A formação dos conselheiros torna-se requisito essencial para o exercício do papel do conselheiro. Dessa forma, para que possa colaborar com o processo de democratização do ensino, o conselheiro deverá participar frequentemente das reuniões do conselho, atualizar-se constantemente, participando de formações, conscientizar-se da sua função, como representante de uma entidade ou de cidadãos e de sua responsabilidade no compartilhamento de decisões e informações, na análise da realidade local, tendo como função orientar, opinar, decidir e mediar sobre tudo o que tem a ver com e para a qualidade da educação municipal. (BORDIGNON, 2013, p. 77).

Quanto ao funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação instituídos no estado do Paraná, observou-se pelo questionário da pesquisa, que, dos trezentos e cinquenta e um (351), duzentos e oitenta e dois (282), ou 80% dos Conselhos Municipais de Educação paranaenses, encontram-se em atividades regulares, enquanto sessenta e nove (69), ou seja, 20%, declaram-se sem atividades ou funcionamento neste período (gráfico 6):

GRÁFICO 6 - FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ



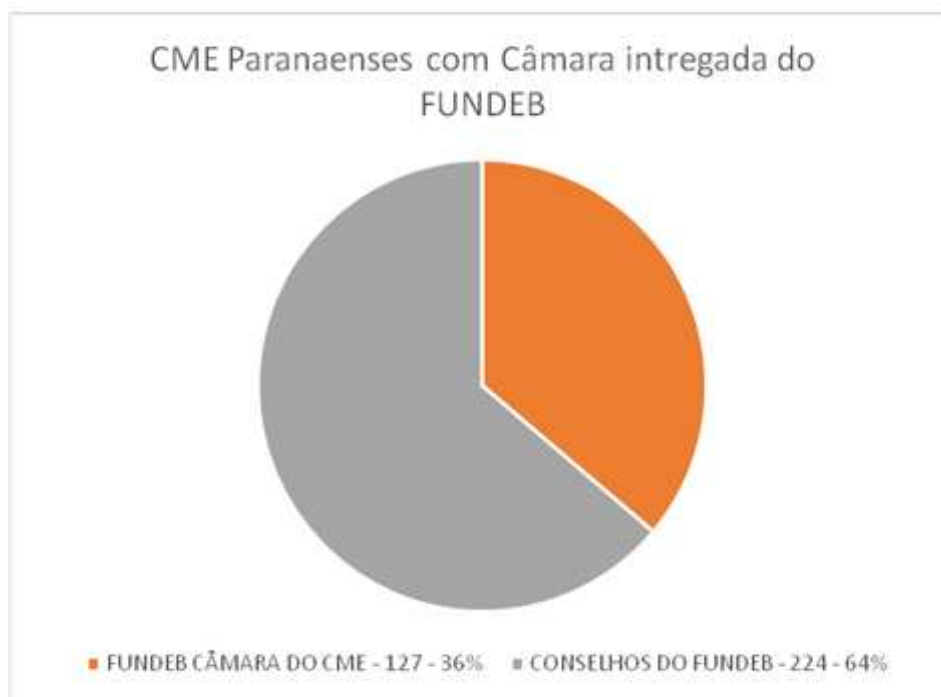
FONTE: A autora (2020) com base em dados da pesquisa.

Para Bordignon (2009, p.84) “Quanto à periodicidade das reuniões, é essencial a regularidade de funcionamento dos conselhos. A baixa frequência das reuniões torna mera retórica a participação social via conselho na gestão do sistema, mesmo que constituído democraticamente”, o que pode influenciar nos resultados das votações e no efetivo funcionamento do Conselho Municipal de Educação.

Se uma das atribuições do CME é fiscalizar as políticas educacionais do município, como os sessenta e nove (69) conselhos que não estão em efetivo funcionamento estão monitorando e avaliando seus Planos Municipais de Educação?

Quanto aos Conselhos Municipais de Educação do Paraná com FUNDEB integrado como Câmara, cento e vinte e sete (127) dos trezentos e cinquenta e um (351) conselhos responderam ter a Câmara específica dentro do CME, enquanto duzentos e vinte e quatro (224) possuem o próprio Conselho Municipal do FUNDEB (gráfico 7).

GRÁFICO 7 - CME COM CÂMARA INTEGRADA DO FUNDEB



FONTE A autora (2020) com base em dados da pesquisa.

É uma importante discussão e deve envolver estudos sobre a integração do FUNDEB como câmara, no Conselho Municipal de Educação. Até que ponto este formato seria vantajoso para o CME de grandes municípios ou para os que possuem Sistema Próprio de Ensino?

Quanto à dotação orçamentária, dos trezentos e cinquenta e um(351) conselhos que responderam a este item, apenas quatorze (14), ou 4%, afirmaram possuir verba própria, enquanto trezentos e trinta e sete (337), ou 96%, declaram ainda depender do orçamento controlado pela Secretaria Municipal de Educação, o que pode ser prejudicial, pois, para Bordinon (2009):

Depender da vontade do secretário para qualquer despesa implica em subordinação que, inevitavelmente, afeta o grau de autonomia de funcionamento do conselho. No campo da autonomia é necessário destacar a importância de dotação orçamentária própria para os conselhos. (BORDIGNON, 2009, p.84).

Mas é importante ressaltar que as relações estabelecidas entre o Executivo e o CME podem afetar, direta ou indiretamente, o funcionamento desse, isto é, mesmo funcionando dentro da Secretaria de Educação e dependendo da disponibilidade de seus recursos humanos e materiais, é possível haver um bom



funcionamento e autonomia do conselho, isto dependerá do diálogo e do respeito cultivado entre ambos os órgãos.

A escolha dos conselheiros ainda não ocorre democraticamente, pois dos trezentos e cinquenta e um (351), duzentos e três (203), ou 58%, afirmam que os conselheiros são indicados, enquanto cento e quarenta e oito (148), ou 42%, passam por eleições. Já em relação à escolha do Presidente do CME, dos trezentos e cinquenta e um (351) conselhos, duzentos e noventa e nove (299), ou 85%, confirmaram a escolha mediante eleição, enquanto 15%, ou cinquenta e dois (52), ainda passam pela indicação do executivo.

Segundo Bordignon (2013, p.76), “A forma de escolha dos representantes das diversas categorias é um dado relevante para avaliar as condições de fidelidade no exercício da representação”, isto é, quando eleito, o conselheiro, frequentemente, exercerá a sua função em defesa da qualidade da educação municipal, mas quando indicado, por determinado segmento do executivo ou da sociedade civil, o conselheiro e o Presidente, via de regra exercerão a sua função, em defesa dos interesses de quem os indicou.

Tanto a eleição quanto a indicação de Presidente e de conselheiros refletem na autonomia e decisões do CME. De acordo com Werle, Thum e Andrade (2008):

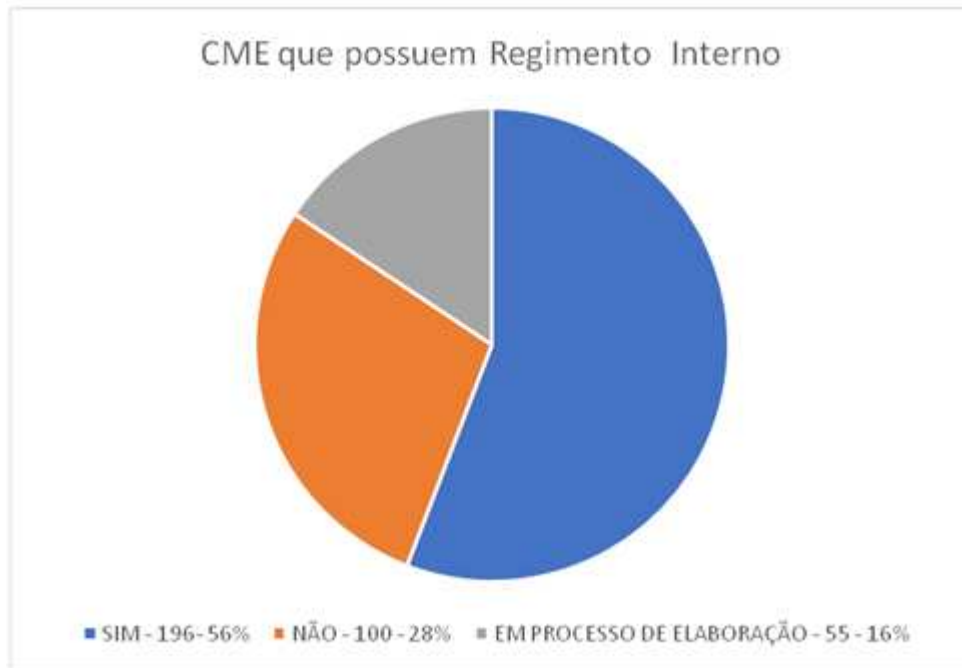
A autonomia é, portanto, uma real possibilidade, mas há que avançar, explorá-la, desenvolvê-la. Não é, entretanto, nem por meio de omissões e de desconsiderações de tais espaços, nem por intermédio de processos mecânicos, autoritários ou reduzidos a decisões de um pequeno grupo que estaremos reinterpretando, dando corpo à autonomia no âmbito da educação municipal. (WERLE; THUM; ANDRADE, 2008, p.82).

Todos estes aspectos de organização do Conselho Municipal de Educação estão vinculados à autonomia e, conseqüentemente, à organização do seu Regimento Interno que deve ser elaborado pelo Conselho Pleno, logo após a sua criação ou nova composição, conforme necessidade dos membros.

Dos trezentos e cinquenta e um (351) Conselhos Municipais de Educação que responderam a este item no questionário, cento e noventa e seis (196) afirmaram ter Regimento Interno, cem (100) negaram ter o documento, enquanto

cinquenta e cinco (55) declararam que se encontram em processo de estudo e elaboração deste documento normativo (gráfico 8).

GRÁFICO 8 -SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO CME



FONTE: A autora (2020) com base em dados da pesquisa.

Bordignon (2009) destaca que:

Como aspectos importantes para analisar as condições de autonomia no funcionamento dos conselhos: as normas de funcionamento, o instituto da homologação, a forma de escolha do presidente, a periodicidade de reuniões, as condições materiais e o apoio aos conselheiros para o desempenho de suas funções. Quanto às normas de funcionamento, é essencial que o conselho tenha normas claras definindo suas competências próprias, seu espaço de poder. Dentre elas, destaca-se a de elaborar seu próprio regimento, nos termos e limites da lei de criação. O regimento deverá estabelecer, entre outros: competências de caráter consultivo e deliberativo; competências objeto de homologação pelo Executivo; condições e direito a recursos; estrutura de funcionamento; quórum das reuniões; número de sessões; forma de votação, elaboração da pauta e atas. Quanto à pauta, é essencial que esta seja da competência interna do conselho, a cargo do presidente, com critérios para inclusão de assuntos pelos conselheiros. (BORDIGNON, 2009, p. 78 - 79).

O Regimento, documento norteador do Conselho Municipal de Educação, é o principal documento elaborado pelo colegiado e oficializado por Decreto do

prefeito, e tem como responsabilidade formalizar a sua organização, funcionamento e ações para o cumprimento de suas competências e atribuições previstas em lei ou decreto municipal, entre elas, a fiscalização e o controle social.

Importante ressaltar que o Regimento Interno precisa ser atualizado constantemente, segundo a realidade municipal, de acordo com as demandas do funcionamento do CME e, principalmente, conforme as atribuições do mesmo, principalmente se ele passar a ser um órgão normativo, caso o município institua o Sistema Municipal de Educação.

### 3.1 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NORMATIVO

Conforme Tormes (2016),

a Constituição Federal de 1988 (CF/88) (BRASIL, 1988), após muitos embates e debates, não somente na década de 80, mas também desde o movimento dos Pioneiros da Educação na década de 30, consolidou o conceito de gestão democrática na educação e a instituição de sistemas municipais de ensino. (TORMES, 2016, p.14).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 211, estabelece que cabe à União, Estados, Distrito Federal e Municípios organizar, em regime de colaboração, os seus Sistemas de Ensino.

Bordignon (2009) afirma que:

Na gestão democrática os conflitos, inerentes à diversidade social, são fatores construtivos, quando negociados e mediados em vista da finalidade comum do todo da educação. É no campo da negociação e mediação entre sociedade e governo, voltados para os interesses coletivos, com visão do todo, que os conselhos encontram sua natureza essencial, seu espaço próprio, sua função precípua. (BORDIGNON, 2009, p. 53-54).

Para a criação de um sistema de ensino, um requisito imprescindível é a organização efetiva de órgãos que constituirão o sistema: as instituições educacionais, a Secretaria de Educação e, principalmente, o Conselho Municipal de Educação, o órgão normativo deste sistema, mas esta forma descentralizada de governo depende da vontade política ou do próprio gestor.

De base constitucional, os sistemas municipais de ensino existem de forma autônoma, consequente ao caráter de pessoa jurídico-política de direito interno e com autonomia, como fora elevado o próprio município. Com a criação por Lei de seus órgãos normativos e executivos, além do que dispõem os artigos 11 e 18 da LDB, o município imprime sua forma própria de entidade política autônoma que, no âmbito da educação escolar, integra o sistema federativo brasileiro. (BRASIL, 2000, p. 12).

As atribuições do Conselho Municipal de Educação dos municípios com Sistema de Ensino devem estar previstas na lei que os criou e, também, conforme citado, nos Regimentos Internos, homologados por decreto dos Prefeitos, que normatizam e regulamentam as suas atuações.

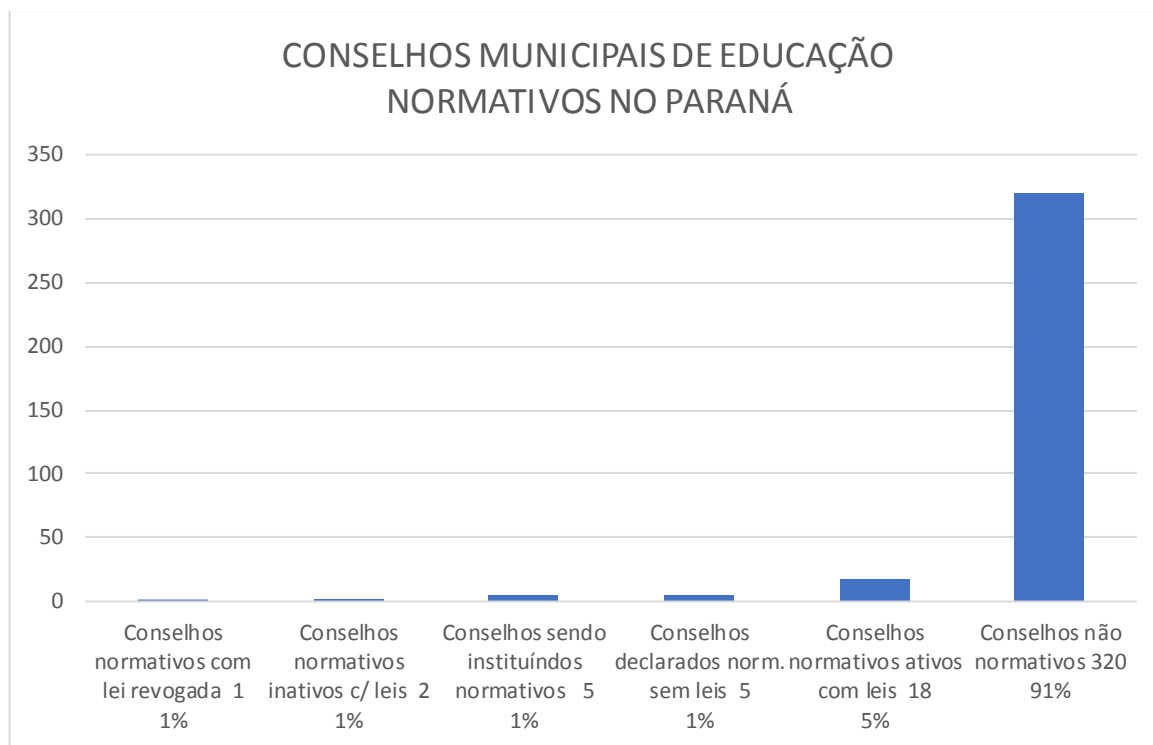
O que diferencia o conselho com sistema do conselho sem Sistema de Ensino é a atribuição normativa que organiza a educação municipal e dita as regras próprias dos órgãos do Sistema Municipal de Educação, entre elas, as instituições educacionais e os próprios conselhos.

Para Bordignon (2013):

Normativa – Em geral de caráter deliberativo, atribui ao conselho a competência de regulamentar o funcionamento do sistema de ensino. A competência normativa é sempre enfatizada como a mais relevante, mas nem sempre é explicitado se ela é de caráter deliberativo ou consultivo, o que, de certa forma, define a natureza de um conselho. (BORDIGNON, 2013, p.70).

No estado do Paraná existem vinte municípios com Sistema Municipal de Educação ou Sistema Próprio de Ensino instituídos em leis municipais e que possuem Conselhos Municipais de Educação normativos e deliberativos, a partir de suas leis (gráfico 9).

GRÁFICO 9 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NORMATIVO NO PARANÁ



FONTE: A autora (2020) com base em dados da pesquisa.

De acordo com os dados obtidos por meio da UNCME/PR, constatou-se que, dos conselhos normativos do estado, instituídos em leis, somente dezoito (18) estão ativos, deliberando e normatizando conforme sua autonomia legal. Dois (2) encontram-se inativos e seguem as normativas do CEE/PR, porém, publicam documentos normativos em determinadas situações, conforme levantamento da pesquisa documental. Um (1) município revogou por Lei o seu Sistema Municipal de Ensino e, também, normatizou a integração do seu município ao Sistema Estadual de Educação do Paraná. Cinco (5) Conselhos Municipais de Educação declararam-se com Sistema Próprio de Ensino, porém não informaram suas leis e estas não foram encontradas na pesquisa documental junto aos seus portais ou sites de legislações municipais. E cinco (5) Conselhos de Educação informaram que estão instituindo seus Sistemas Próprios, que são: Foz do Iguaçu, Piraquara, Jaboti, Nova Santa Rosa e Rio Bom.

A decisão de passar ou não pelo processo de instituição do Conselho Municipal de Educação compete a cada município, considerando que não existe legislação federal que determine tal compromisso, porém, para a constituição do Sistema Municipal de Educação é necessário que o município reestruture o seu

Conselho ou o crie com caráter consultivo, normativo, deliberativo, fiscalizador de políticas públicas, de participação democrática e coletiva, além da responsabilidade de atuar em regime de colaboração e de cooperação com o Sistema Estadual de Educação e demais municípios com Sistema Próprio de Ensino.

Ao optar por implantar o Sistema Municipal de Ensino e, conseqüentemente, o Conselho Municipal de Educação, o município precisa considerar a responsabilidade e o compromisso ao deliberar e normatizar procedimentos para o sistema e, conseqüentemente, para a educação municipal, “...dando-se abertura de espaços para a participação da sociedade nas decisões educacionais, mobilizando os segmentos sociais e sua representatividade.” (BORDIGNON, 2013, p.67).

A ordem cronológica dos municípios paranaenses que instituíram os seus Sistemas Municipais de Ensino, tornando seus Conselhos Municipais de Educação normativos, conforme questionário e pesquisa documental realizada (quadro 6).

QUADRO 6 - MUNICÍPIOS COM SISTEMA DE ENSINO NO ESTADO DO PARANÁ ATÉ 2019

ORDEM	MUNICÍPIO	ANODA LEI DO SISTEMA	DATA DA LEI DO CME
1	Paula Freitas	1998	02/12/1985
2	Chopinzinho	2001	16/05/2001
3	Londrina	2002	23/12/2002
4	Toledo	2002	18/12/2002
5	Ponta Grossa	2002	11/04/1995
6	Ibiporã	2004	25/09/1990
7	Guarapuava	2004 (Lei Revogada 2019)	10/02/2004
8	São José dos Pinhais	2004	01/03/1993
9	Araucária	2004	02/11/2004
10	Reserva	2005 (Lei Revogada 2008)	11/11/2005
11	Curitiba	2006	22/11/1985
12	Paranaguá	2007	29/05/2007
13	Jacarezinho	2008	28/06/2007
14	Sarandi	2008	16/06/2008
15	Pinhais	2009	23/12/2009
16	Cascavel	2010	22/12/2010
17	Iguatu	2013	22/12/1997
18	Palmeira	2013	20/06/2007
19	Palmas	2016	05/04/2006
20	Telêmaco Borba	2016	23/04/2007
21	Sertãoópolis	2018	15/05/2018
22	Guarapuava	2019	10/02/2004

FONTE: Leis que tratam da organização dos Sistemas e CME Normativos nos respectivos municípios.

NOTA: Quadro elaborado pela autora para UNCME/PR – 2020

O quadro 6 apresenta o ano da instituição em leis dos Sistemas de Educação nos municípios paranaenses e a data da criação dos seus CME.

Observa-se que Curitiba, capital do estado, foi o primeiro município a criar o seu Conselho de Educação em 1985, mas só instituiu o seu Sistema de Ensino no ano de 2006, após vinte e um (21) anos, e, mesmo sendo um órgão normativo, este Conselho ainda depende do gestor para a homologação final de suas deliberações, conforme previsto em seu Regimento datado de 2020.

Constata-se também que o município de Paula Freitas, que fica no interior do estado, e que criou seu Conselho igualmente em 1985, foi o primeiro a instituir seu Sistema Próprio, mas que até o ano de 2020, ainda se encontra inativo e integrado ao Sistema Estadual, seguindo as normatizações do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR), mas, algumas vezes, publica normatizações, conforme pesquisa documental. O mesmo ocorrendo com o município de Iguatu que, de acordo com os dados informados pela entidade, criou o seu Conselho no ano de 1985 e teve o seu Sistema instituído em 2013, porém ainda não se encontra completamente ativo e a educação do município continua integrada ao Sistema Estadual do Paraná, assim como seu CME.

Ainda, conforme demonstrado quadro 6, dois (2) municípios revogaram suas Leis de Sistema de Ensino: Guarapuava e Reserva. Guarapuava que o criou em 2004 e junto o seu Conselho Municipal de Educação, porém revogou os atos para os atualizarem e tornarem-se ativos a partir de dezembro de 2019, e o município poder avançar com sua autonomia educacional, segundo dados da UNCME/PR. Já o município de Reserva instituiu seu Conselho e seu Sistema Municipal de Educação no ano de 2005 e revogou seu Sistema Próprio em 2008, por meio de outro ato, integrando a educação municipal ao Sistema Estadual do Paraná, conforme pesquisa documental realizada pela internet, no portal do município e da Câmara Municipal.

Observa-se que alguns municípios criaram seus Conselhos Municipais de Educação ou alteraram suas atribuições, no mesmo ano ou a partir da lei que instituiu seu Sistema Municipal de Educação. A criação do CME depende das necessidades da educação municipal, mas principalmente da vontade política, que, dependendo da sua lei de criação e instituição, poderá ou não ser controlada pelo governo.

A incumbência dos Conselhos Municipais de Educação diz respeito às suas competências, ao poder que lhes é conferido pela legislação. Diz respeito às suas funções e autonomia em suas decisões, por isso, “deverão estar claras na lei que os constituem para que suas decisões não sejam ignoradas ou contestadas”. (BORDIGNON, 2013, p.77).

A União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação e o Tribunal de Contas do Estado orientam que, na construção do Sistema de Educação, o CME, enquanto órgão articulador e de mobilização, promova estudos, debates, encontros sociais, garantindo a gestão democrática na definição de políticas educacionais, realizando participações, conexões e parcerias com responsabilidade entre os membros representativos deste colegiado.

Os demais municípios, de acordo com a mesma instituição, já possuem seus Sistemas de Ensino consolidados e seus conselhos têm suas funções diversificadas, estabelecendo maior controle da gestão municipal, atuando como importantes atores da gestão democrática, garantindo a participação da sociedade nas decisões relacionadas à educação municipal.

Com a aprovação do PNE (2014-2024), uma nova função foi atribuída aos Conselhos Municipais de Educação “[...] a de suscitar as discussões sobre o plano, de modo a estimular a participação da comunidade na elaboração de propostas, cooperando, portanto, com a SME, sem se sobrepor-se a este órgão” (BRASIL, 2007). E esta atribuição pode estar prevista nos Planos Municipais de Educação ou legalmente instituídos nos Fóruns Municipais de Educação (FME).

### 3.2 O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NOS FÓRUNS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

O Fórum Municipal de Educação é o órgão responsável por coordenar, com o Conselho Municipal de Educação, as Conferências da Educação do município, bem como, efetuar o acompanhamento da execução do PNE e dos respectivos Planos de Educação porque possibilita o encontro entre sociedade civil e o poder público. O Fórum constitui-se num importante espaço de debates porque amplia a participação de entidades e grupos educacionais que não estão contemplados na composição do CME.



Os Fóruns Municipais de Educação são espaços permanentes de participação da sociedade na formulação e acompanhamento da política educacional de cada território. A sua implementação e o seu papel estão previstos no Plano Nacional de Educação, Lei Federal nº 13.005/2013.

Segundo Côrrea (2019),

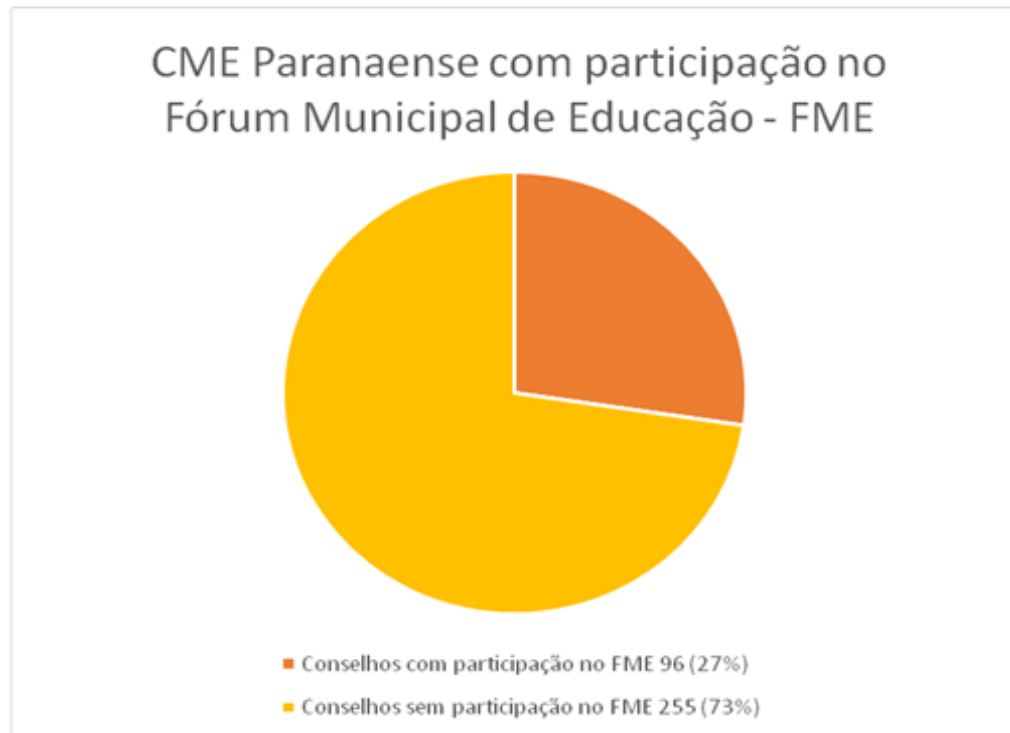
No âmbito do monitoramento e avaliação dos Planos Decenais de Educação se destacam os Fóruns de Educação e as Comissões de Acompanhamento dos Planos que estão presentes nos entes federados se constituindo também como órgãos representativos da sociedade e que desempenham em alguma medida os mesmos papéis que os conselhos aqui descritos. (CÔRREA, 2019, p. 43).

Conforme a pesquisa, também é pertinente apresentar a participação dos CME nos FME em municípios paranaenses que instituíram este órgão para o monitoramento e avaliação dos seus PME. De acordo com Côrrea,

Os fóruns de educação são considerados espaços de participação da sociedade para a formulação e acompanhamento das políticas públicas educacionais. Debatem, indicam, monitoram e avaliam as políticas públicas no âmbito da educação, em especial ao que se refere ao plano de educação. Os fóruns municipais devem tomar por referenciar as imputações e dinâmicas quanto ao funcionamento do Fórum Nacional de Educação (FNE). (CÔRREA, 2019, p. 43).

Dos trezentos e cinquenta e um (351) Conselhos Municipais de Educação do Paraná, apenas 27% criaram os Fóruns Municipais de Educação para o monitoramento e avaliação dos seus Planos Municipais de Educação, conforme estabelecido pelo PNE/2014. Destes, noventa e seis (96) CME estão instituídos legalmente no FME (gráfico10).

GRÁFICO 10 - CME PARANAENSE COM PARTICIPAÇÃO NOS FÓRUMS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO



FONTE: A autora (2020) com base em dados da pesquisa.

Côrrea (2019) também destaca que:

Esses órgãos representam o lócus da participação social institucionalizada para o controle e acompanhamento das políticas educacionais e a compreensão de sua importância é fundamental para proceder a análise de sua atuação no âmbito dos municípios (CORRÊA, 2019, p.43).

A participação do Conselho de Educação nos Fóruns está condicionada à forma e à finalidade para que ele foi organizado. Mas, de acordo com a pesquisa, há pouco funcionamento deste órgão nos municípios, pois a base do Estado seria o Fórum Estadual de Educação (FEE) e, segundo a UNCME Paraná, não houve mais reuniões, a maioria dos membros da sociedade civil (sindicatos, associações, movimentos, etc.) se retiraram do Fórum, em 2017, como protesto contra a retirada, pelo Governo Federal, destas entidades do FNE, conforme Scaff, Oliveira e Lima (2018):

[...] em 27 de abril de 2017, o MEC publicou a Portaria N.º 577, que reconfigura a composição do FNE, de forma a restringir a

representação social, especialmente daquelas organizações que fazem a crítica ao atual governo, como a ANPED. De forma arbitrária e unilateral, a Portaria 577 centraliza no Ministro da Educação a responsabilidade de arbitrar sobre a composição do referido fórum (SCAFF; OLIVEIRA; LIMA, 2018, p.918).

Essa decisão ministerial foi um grande e grave retrocesso para a democracia brasileira, pelos anos de luta por uma gestão democrática. Diante desta situação, estas mesmas entidades criaram o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) com a finalidade de defender o PNE, e seu monitoramento e avaliação conforme previsto em Lei. E assim também foram criados os Fórum Estaduais Populares de Educação (FEPE/PR) em defesa dos PNE e PEE/PR.

## 4 CONSELHOS E PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO PARANAENSES

A existência de conselhos na área de educação é uma importante conquista da sociedade, contribui de forma significativa para o diálogo com o poder público no planejamento participativo das políticas educacionais, para a ampliação de espaços democráticos de participação social e, mais especificamente, para o fortalecimento dos processos de transparência na gestão da educação e na aplicação de recursos públicos para a educação.

### 4.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE OS PLANOS DE EDUCAÇÃO

A partir da década de 1930, as criações do Conselho Nacional de Educação, em 1931 e do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, influenciaram a Constituição de 1934 na elaboração de um Plano de Educação com o objetivo de coordenar e fiscalizar a política educacional.

O Manifesto dos Pioneiros colaborou na elaboração da Constituição de 1934, que determinou como uma das competências do governo federal: “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país” (BRASIL, 1934).

Certamente por influência do ideário exposto no “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” de 1932, a Constituição de 1934 estabeleceu como competência privativa da União “traçar as diretrizes da educação nacional”. Igualmente estabeleceu como competência da União a fixação do “Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país. (SAVIANI, 2014, p.24).

O CNE apresentou, em 1937, uma sugestão de Plano que não foi finalizada, devido aos trabalhos da Câmara, onde o Plano estava em estudo, terem sido suspensos.

O retorno ao período democrático, em 1945, resultou na retomada do processo de elaboração do PNE, tendo início com a promulgação da nova CF, em 1946, que retomou a vinculação constitucional de 10% dos recursos da União para a Educação,

mantendo os 20% dos Estados e aumentando para 20% os recursos municipais. Estabeleceu, ainda, como competência da União, legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, imperativo que resultou na formulação da primeira LDB brasileira, Lei N.º 4.024, de 1961. (SCAFF; OLIVEIRA; LIMA, 2018, p.908).

O documento que seria o primeiro PNE surgiu em 1962, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 1961. Ele não foi proposto na forma de um projeto de lei, mas como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, aprovada pelo então Conselho Federal de Educação (BRASIL, 2001).

Segundo Scaff, Oliveira e Lima (2018),

Constatou-se, dessa forma, que os planos elaborados em 1937 e 1962 foram comprometidos, tendo em vista a instauração de ditaduras que desconsideraram as ações previstas em tais planos, prejudicando a continuidade do trabalho realizado pelos governos e movimentos sociais antecessores ao regime militar, que lutaram para que se efetivasse a elaboração de um PNE. (SCAFF; OLIVEIRA; LIMA, 2018, p.909).

No quadro 7, transcrito de Vieira (2014), podemos observar a trajetória dos planos educacionais no Brasil.

QUADRO 7 - PLANOS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Planos de Educação no Brasil		
Governo	Documento	Autoria
Jango	Lei n.4.024, de 20 de dezembro de 1961, Art. 92, delega ao Conselho Federal (CFE) a tarefa de elaboração do Plano Nacional de educação (PNE) (BRASIL, 1961).	Executivo
Jango	PNE (1962) (BRASIL. MEC. CFE, 1962).	Executivo
Jango	Publicação do PNE/ Aprovação do programa de Emergência – Decreto n. 51.552, 26 de novembro de 1962 (BRASIL, 1962).	Executivo
Jango	Plano Trienal de Educação (1963 -1965) (BRASIL. MEC, 1963).	Executivo
Castelo	Plano de Desenvolvimento Econômico e Social – Educação Diagnóstico Preliminar III (setembro/1966) (BRASIL. MP. EPEA, 1996)	Executivo
Médice	I Plano Setorial de Educação e Cultura (1972-1974) (BRASIL. MEC.SG, 1971).	Executivo
Geisel	II Plano Setorial de Educação e Cultura (1975-1979) (BRASIL. MEC.SG, 1974).	Executivo
Figueiredo	III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (1980 – 1985) (BRASIL. MEC. SG, 1980).	Executivo
Samuel	Educação para todos. Caminho para Mudança (1985) (BRASIL. MEC, 1985).	Executivo
Collor	Programa Setorial de educação do Governo Collor na Área de Educação (1990) (BRASIL. MEC, 1990).	Executivo
Itamar	Plano Decenal de Educação para Todos (1993) (BRASIL. MEC, 1993).	Executivo

FHC	Planejamento Político- Estratégico (1995-1998) (BRASIL. MEC, 1995)	Executivo
FHC	PNE 2001-2010 – Proposta do Executivo ao Congresso Nacional (1998) (BRASIL. MEC. INEP, 1998; BRASIL, 1998).	Executivo
FHC	Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001 – Aprova o plano Nacional de educação e dá outras providências (BRASIL, 2001).	Legislativo
Lula	Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) – 2007 (BRASIL, 2007; BRASIL. MEC, 2007).	Executivo
Lula	PL n. 8.035/2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011 – 2020 e dá outras providências (BRASIL, 2011).	Executivo

Fonte: Vieira (2014).

A exigência de instituir um Plano Nacional de Educação com duração plurianual se deu pela aprovação do PNE com vigência de 2001 a 2010, após treze (13) anos da promulgação da Constituição Federal de 1988 e quatro (4) anos após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, porém com as restrições orçamentárias como um dos seus principais obstáculos. No entanto, Dourado (2017) aponta que o PNE de 2001 a 2010 envolveu em sua tramitação o debate entre duas propostas: a apresentada pela sociedade brasileira e outra pelo Executivo Federal, as quais tinham prioridades distintas quanto à abrangência das políticas na gestão e financiamento da educação, dentre outras discrepâncias.

Após a Conferência de 2010, o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 8.035/2010 do PNE. Tal projeto procurava efetivar o que estava previsto no art. 4º da Emenda Constitucional (EC) nº 59 de 11 de novembro de 2009:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas. (CADERNOS ANPAE, 2016, p.15).

O Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001,

[...] doravante chamado de PNE I, vigorou até 2010, já o PNE de 2014, doravante chamado de PNE II, foi aprovado apenas em 2014, após quase três (3) anos de discussão. O plano primeiramente, teria sua vigência no período de 2011 a 2020, responderá pelo período de 2014 a 2023, desta forma, ficamos

cerca de quatro anos sem um plano educacional desta amplitude. (SANTANA, 2017, p.79).

A proposta apresentada pela sociedade brasileira previa, entre outras questões, a instituição do Sistema Nacional de Educação e do Fórum Nacional de Educação, a reformulação do Conselho Nacional de Educação e, ainda, a garantia da ampliação do investimento na educação com 10% do PIB. No entanto, estes aspectos não foram incorporados quando o projeto foi aprovado no Congresso (DOURADO, 2017).

Em 2014, o Congresso Nacional aprovou e encaminhou, sem vetos, para sanção da Presidente da República Dilma Vana Rousseff, o Projeto de Lei nº 8.035/2010 – transformado em Lei nº 13.005/2014, dando cumprimento ao determinado pela Constituição Federal:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, 1988).

Sobre sua composição, Loureiro (2014) salienta que:

A elaboração de um Plano de Educação constitui-se como momento de um planejamento conjunto do governo com a sociedade civil que, com a utilização de recursos previsíveis, buscam responder às necessidades sociais. Só a participação da sociedade civil (Conselho Municipal de Educação, associações, Sindicatos, Câmara Municipal, diretores das escolas, professores e alunos, entre outros) é que garantirá as reivindicações da sociedade organizada no Plano e ao mesmo tempo a possibilidade de efetivação das diretrizes e ações planejadas. (LOUREIRO, 2014, p. 4).

O Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, determina em seus artigos 5º e 6º:

Art. 5º. A execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

- I. Ministério da Educação - MEC;
- II. Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal;
- III. Conselho Nacional de Educação - CNE;
- IV. Fórum Nacional de Educação.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

- I. divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;
- II. analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
- III. analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

Conforme previsto neste artigo 5º, cabe ao Conselho Nacional de Educação, como uma das instâncias estabelecidas na Lei nº 13.005 do PNE com vigência até 2024, o monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Educação, para o cumprimento de suas metas e estratégias, então, conseqüentemente, entende-se que cabe ao Conselho Municipal de Educação as mesmas atribuições para os Planos Municipais de Educação.

E no Artigo 6º:

Art. 6º. A União promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências nacionais de educação até o final do decênio, precedidas de conferências distrital, municipais e estaduais, articuladas e coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação, instituído nesta Lei, no âmbito do Ministério da Educação.

§ 1º O Fórum Nacional de Educação, além da atribuição referida no caput:

- I. acompanhará a execução do PNE e o cumprimento de suas metas;
- II. promoverá a articulação das conferências nacionais de educação com as conferências regionais, estaduais e municipais que as precederem.

§ 2º As conferências nacionais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PNE e subsidiar a elaboração do plano nacional de educação para o decênio subsequente.

Caberá, ainda, ao Fórum Nacional de Educação, a promoção e organização das Conferências Nacionais de Educação com intervalo de, no máximo, quatro (4) anos entre as duas, com o objetivo de avaliar a sua efetivação e contribuir para a construção do próximo PNE para o decênio seguinte. Assim, também se estabelecem os Fóruns Municipais de Educação que, com a



Secretaria de Educação e o Conselho Municipal de Educação promoverão e organizarão as Conferências Municipais de Educação, conforme estabelecido em suas leis, com o objetivo de debater os resultados deste monitoramento e avaliação.

A Conferência Nacional de Educação (CONAE) é um espaço de encontro de vários segmentos e entidades ligados à educação com a finalidade de debater, contribuir e deliberar sobre as decisões governamentais referentes à educação. Para Avritzer (1999) são espaços em que:

[...] os indivíduos interagem uns com os outros, debatem as decisões tomadas pela autoridade política, debatem o conteúdo moral das diferentes relações existentes no nível da sociedade e apresentam demandas em relação ao Estado [...]. Os indivíduos no interior de uma esfera pública democrática discutem e deliberam sobre questões políticas, adotam estratégias para tornar a autoridade política sensível às suas discussões e deliberações. (AVRITZER, 1999, p.29-30).

E, para o cumprimento do Plano Nacional de Educação previu-se que todos os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deveriam elaborar suas Leis específicas, organizando suas instâncias responsáveis pela elaboração, acompanhamento, monitoramento e avaliação do cumprimento das metas e estratégias dos seus Planos Estaduais de Educação (PEE), Planos Municipais de Educação (PME) e, conseqüentemente, do PNE. Para Scaff, Oliveira e Lima (2018, p.906), “O PNE, ao mesmo tempo em que deve garantir a unidade nacional, não pode perder de vista as peculiaridades regionais e locais, tendo como papel preponderante promover a articulação democrática entre vários níveis do governo”, isto é, articulando as esferas federais, estaduais e municipais.

Assim, uma vez elaborados e aprovados os planos decenais de educação pelos entes federativos brasileiros, “[...] desafio maior ainda será o processo de implementação, monitoramento e avaliação destes planos [...]”. (NASCIMENTO; GROSSI JÚNIOR; PEREIRA, 2017, p. 125).

## 4.2 O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA LEI DE INSTITUIÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Em 2014 sancionou-se a Lei nº 13.005/2014 que instituiu o Plano Nacional de Educação. Nele estão previstas vinte (20) metas e, em cada uma delas, estratégias fundamentais para a melhoria da qualidade da educação brasileira e que deverão ser cumpridas na década compreendida entre 2014 e 2024.

Para Dourado, Grossi Júnior e Furtado (2016),

O PNE 2014/2024 é composto por diretrizes, metas e estratégias que abrangem todos os níveis, etapas e modalidades da educação nacional. São vinte metas que podem ser agrupadas da seguinte forma: a) metas visando à garantia do direito à Educação Básica com qualidade, no que se refere ao acesso e à universalização dessa etapa da educação, incluindo a alfabetização e a ampliação da escolaridade; b) metas específicas para a redução das desigualdades e para a valorização da diversidade; c) metas para promoção da valorização dos profissionais da educação; d) metas relativas à avaliação e seus sistemas; e) metas referentes à Educação Superior; e) meta visando à regulamentação da gestão democrática e f) meta que trata especificamente do financiamento. (DOURADO; GROSSI JÚNIOR; FURTADO, 2016, p.457).

Além das metas e estratégias, a Lei do Plano Nacional de Educação ainda prevê em seus artigos 8º e 9º, que os vinte e seis (26) Estados, o Distrito Federal e os cinco mil quinhentos e setenta (5570) Municípios, devem elaborar seus planos de educação no prazo máximo de um ano, após a sua publicação, isto é, até 24 de junho de 2015:

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.

§ 1º Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que:

I - assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;

II - considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;

III - garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

IV - promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais.

§ 2º Os processos de elaboração e adequação dos planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de que trata o caput deste artigo, serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade. (BRASIL, 2014).

A referida exigência, segundo Scaff, Oliveira e Aranda (2018, p. 135), “[...] culminou em intensos movimentos nos estados e municípios em direção à organização da comunidade para o cumprimento de tal dispositivo legal”.

Para a efetivação de todo esse processo, o Ministério da Educação e a Secretaria de Articulação e os Sistemas de Ensino (SASE) mobilizaram-se para auxiliar os municípios na construção de seus Planos Municipais de Educação. Segundo Dourado, Grossi Júnior e Furtado (2016):

A partir de então, iniciou-se um movimento envolvendo a ação articulada entre a União e os demais entes federativos visando à efetivação desses planos decenais. Para tanto, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), cumprindo sua função supletiva, disponibilizou assessoramento aos estados, Distrito Federal e municípios com a instituição de uma rede de assistência técnica composta por avaliadores educacionais. (DOURADO; GROSSI JÚNIOR; FURTADO, 2016, p.449).

Raimann (2020) afirma que:

A assistência técnica do MEC via SASE, em conjunto com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) possibilitou articular programa e ações para a discussão e elaboração dos PME em cada cidade. Com o PNE (2014-2024) aprovado, coube aos 5.570 municípios brasileiros não apenas a elaboração de seus PME, mas também a realização de ações para a devida implementação dos referidos planos. (RAIMANN, 2020, p.3).

A SASE teve importante papel como orientadora às comissões municipais para elaboração e implementação dos seus respectivos planos por meio do

documento Plano Municipal de Educação: Caderno de Orientações (BRASIL, 2014) e no monitoramento e avaliação dos planos municipais via outro Caderno de Orientações: PNE em movimento (BRASIL, 2016).

No Caderno de Orientações (BRASIL, 2014) para construção e implementação dos PME, a SASE aconselha:

Planos construídos em gabinetes ou por consultores alheios à realidade municipal tendem ao fracasso, mas um PME submetido ao amplo debate incorpora a riqueza das diferentes visões e vivências que a sociedade tem sobre a realidade que deseja alterar. (BRASIL, 2014, p. 8).

E, para a avaliação e monitoramento, o Caderno de Orientações (BRASIL, 2016) aponta:

Monitorar e avaliar são etapas que se articulam continuamente em um único processo, contribuem para o alcance das metas propostas, apontam as lacunas e eventuais mudanças necessárias no percurso e incorporam ao plano o caráter de flexibilidade necessário para absorver as demandas da sociedade. (BRASIL, 2016, p. 6).

Para Bordignon (2013),

O plano municipal de educação é o instrumento de gestão para tornar efetiva a cidadania e a sociedade preconizada nas bases e diretrizes do Sistema Municipal de Educação. Quando o município não tem plano fica à mercê de ações episódicas que, mesmo planejadas caso a caso, representam improvisações. Sem plano municipal não há visão de Estado nas ações, não há caminho a percorrer, mas apenas passos ao sabor das circunstâncias de cada Governo. (BORDIGNON, 2013, p.96).

A partir de toda a mobilização na elaboração dos PME, em cumprimento à Lei nº 13005/2014, dos 5570 municípios brasileiros, apenas dois (2) não haviam aprovado a sua Lei Municipal até o ano de 2019 (quadro 8):

QUADRO 8 - SITUAÇÃO DOS PLANOS SUBNACIONAIS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL – 2019

<b>Esferas de Poder/Situação dos Planos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Estados/Distrito Federal com Lei sancionada	26	96,3
Estado com Documento-Base elaborado	1	3,7
Municípios com Lei sancionada 5.568	5.568	99,96
Municípios com projeto de Lei enviado ao Legislativo	2	0,04

FONTE: Militão; Aranda (2019, p.60), a partir de dados coletados na página do MEC denominada “PNE em Movimento – Situação dos Planos de Educação”, visitada em 10/07/2019.

Ainda, segundo Militão e Aranda (2019):

Das 27 unidades da Federação, 26 (ou 96,3%) possuem PEEs sancionados por lei e apenas um (ou 3,7%) único estado (Rio de Janeiro) ainda não converteu seu correspondente plano em norma jurídica. Dos 5.570 municípios brasileiros, enquanto 5.568 (ou 99,96%) deles já aprovaram seus respectivos PMEs na forma da Lei, somente 2 (ou 0,04%) ainda não o fizeram (Iaras e Ribeirão Preto, ambos do estado de São Paulo). (MILITÃO; ARANDA, 2019, p.61).

Após a elaboração, aprovação e homologação do Plano Municipal de Educação são necessários o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação do PME. Assim, como previsto na Lei do PNE que o CNE deverá monitorar e avaliar as metas e estratégias do plano, cabe ao CME esta mesma tarefa, porém na esfera municipal.

Para Oliveira (2014),

Vale ressaltar que, após o desenvolvimento das etapas para a elaboração do PME e aprovação do legislativo, torna-se necessário o acompanhamento e o monitoramento garantindo a execução – funções atribuídas ao CME. Um Município no qual o PME está engavetado sinaliza que o CME não está atuante, indicando um colegiado sem autonomia e sem ação; ao passo que um Município que não valoriza o CME, que não investe na sua formação e funcionamento, perde a oportunidade do exercício da democracia, colhendo melhores resultados na educação. (OLIVEIRA, 2014, p.164).

Os Conselhos Municipais de Educação são órgãos participativos e de controle social das políticas públicas do município e, para Oliveira (2014, p. 166), “A importância dos conselhos, embora haja forças contrárias à sua atuação, está no papel de estímulo à participação da população na elaboração e implementação

de políticas públicas no sentido do fortalecimento da democracia”. Além disso, “é importante que o conselho participe do planejamento da educação no município, seja deliberando, propondo ou emitindo opinião”. (BRASIL, 2004, p. 23-24).

[...] o Plano Municipal de Educação é de todos que moram no município; portanto, todas as necessidades educacionais do cidadão devem estar presentes no Plano, o que vai muito além das possibilidades de oferta educacional direta da Prefeitura. Também não se trata do plano de uma administração da Prefeitura ou da Secretaria Municipal de Educação, pois atravessa mandatos de vários prefeitos e dirigentes municipais de educação (BRASIL, 2014, p. 7).

#### 4.3 A PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

O estado do Paraná teve quatrocentos (400) Planos de Educação aprovados até junho de 2015, conforme prazo determinado pela Lei Federal nº13.005 de junho de 2015, sendo um(1) Plano Estadual de Educação, o do Paraná, e trezentos e noventa e nove (399) Planos Municipais de Educação, conforme dados publicados em outubro de 2020 no site do PNE em Movimento.

A elaboração do PNE (2014-2024) Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 pressupõe em sua concepção o envolvimento das três esferas de gestão (federal, estadual e municipal) e de representações dos diversos segmentos da sociedade, mas não deixa de conferir peso e importância ao papel dos dirigentes municipais. Uma articulação entre os PEEs, PMEs e o PNE pressupões que haja monitoramento das metas. (CÔRREA, 2019, p.37).

Conforme o Diagnóstico da UNCME/PR, dos trezentos e cinquenta e um (351) Conselhos Municipais de Educação que responderam se participam ou não dos processos de elaboração ou adequação do Plano Municipal de Educação do seu município, trezentos e vinte e sete (327), isto é, 92%, responderam que estão participando desta tarefa, enquanto apenas vinte e sete (27), ou seja, 8%, não fazem parte deste processo (gráfico 11), o que demonstra a importante participação dos Conselhos neste processo referente aos Planos Municipais de Educação.

Para Valle (2015),

Aos Conselhos Municipais de Educação caberá colaborar na elaboração, implantação e acompanhamento de seu Plano Municipal de Educação, a partir do diagnóstico da situação educacional do município e de uma análise das metas e diretrizes do Plano nacional de Educação 2014-2024, em articulação com o respectivo Plano Estadual de educação, bem como uma ação conjunta com a política local do ensino, tanto público, quanto privado. (VALLE, 2015, p.89).

GRÁFICO 11 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARTICIPANDO DOS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO PARANAENSES



FONTE: A autora (2020) com base em dados da pesquisa.

Para Raimann (2020):

Apesar de o Conselho Municipal de Educação ser um órgão instituído pelo poder público, sua atuação na implementação e controle social do PME, em uma perspectiva democrática, mediando interesses e conflitos, pode ampliar ações de natureza social, enfrentando e combatendo as ações burocráticas do Estado que, via de regra, exerce forte controle gerencial em suas ações. (RAIMANN, 2020, p.9).

Segundo a UNCME (2018),

onde não houver definição explícita das instituições responsáveis pelo monitoramento dos planos, o Conselho Municipal de Educação deverá baixar resolução com vistas à efetivação das metas previstas nos respectivos planos municipais, visto que as medidas e ações devem ser referenciadas nos documentos normativos legais que estão em vigor. (UNCME, 2018, p.7).

O que remete ao órgão deliberativo, fiscalizador e de controle social das políticas educacionais do município, o Conselho Municipal de Educação, a responsabilidade de coordenar a avaliação e monitoramento dos Planos Municipais de Educação, em todo território nacional, inclusive, no estado do Paraná, mesmo este não reunindo o Fórum Estadual de Educação para avaliar o Plano Estadual de Educação.

Côrrea (2019) afirma:

O controle social na educação implica em relações entre as instâncias do poder público e a comunidade, entretanto é impossível tratar a qualidade de ensino sem relacioná-la à discussão de controle social. Assim, entre os múltiplos espaços de participação que devem ser ocupados, pode-se evidenciar a importância dos Conselhos e, em especial, dos Conselhos Municipais de Educação, que são os espaços nos quais, de maneira articulada, a comunidade venha ter “vez e voz”, nas discussões quanto à qualidade da educação e quanto a efetivação das ações dos Planos Municipais de Educação. (CÔRREA, 2019, p.33).

No Paraná, a tarefa de orientar os municípios para o monitoramento e avaliação dos seus Planos Municipais de Educação ficou a cargo da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado do Paraná (UNDIME/PR) e da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED/PR), conforme reuniões realizadas com os trinta e dois (32) Núcleos Regionais no ano de 2019, após a extinção da SASE. Primeiramente, através da Rede de Assistência Técnica para Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação, e depois de sua extinção em 2019, pelo Núcleo de Cooperação com os Municípios, novo setor da SEED, que ficou responsável em orientar as Equipes Técnicas e de Monitoramento dos Planos Municipais de Educação, através dos dados e indicadores organizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento (IPARDES).

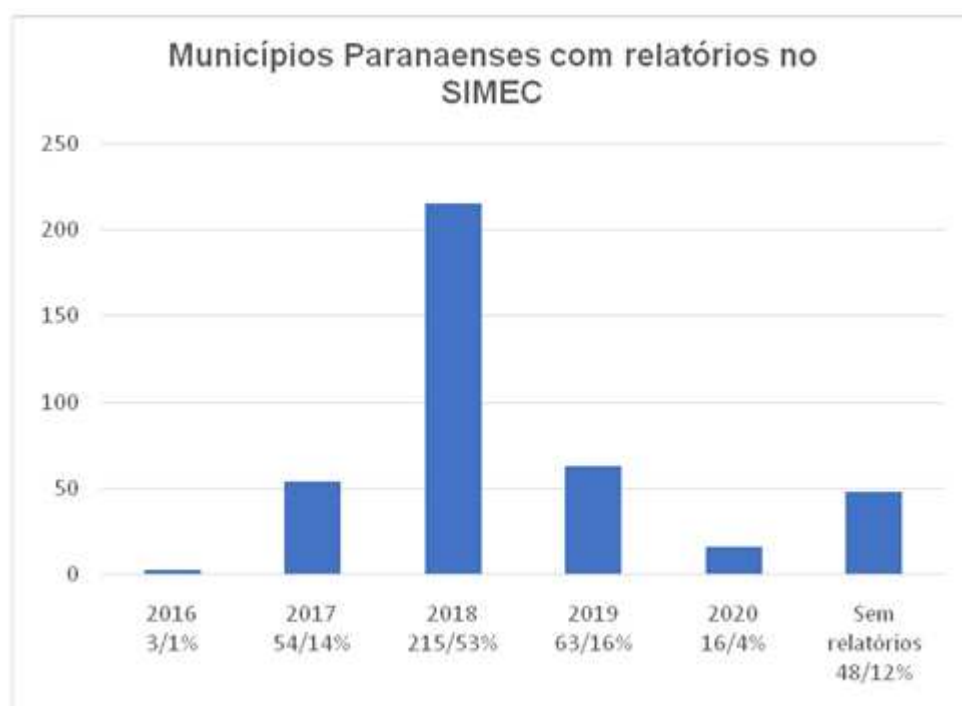
Importante ressaltar que não foram encontrados no site da SEED/PR e nem da UNDIME/PR dados dos municípios paranaenses sobre o monitoramento



e avaliação dos seus Planos de Educação, apenas orientações na página do Núcleo de Cooperação com os municípios, sem explicitar a quem cabe coordenar esta tarefa, mesmo instituídas nos planos.

Na página do SIMEC foi possível encontrar quantos municípios paranaenses realizaram o monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (gráfico 12).

GRÁFICO 12 - MUNICÍPIOS PARANAENSES COM RELATÓRIOS NO SIMEC



FONTE: A autora (2020) com base em dados da pesquisa.

Observou-se que, trezentos e cinquenta e um (351) municípios paranaenses inseriram seus Relatórios de Monitoramento/Avaliação para o SIMEC, conforme o ano de postagem. Analisou-se, também, que dos quarenta e oito (48) municípios que não postaram seus relatórios ou não avaliaram seus Planos Municipais de Educação, quatro(4) estão instituindo seu CME, cinco (5) não possuem Conselho e trinta e nove (39) têm CME, entre eles, dois municípios com Sistema Municipal de Educação, isto é, com CME normativo. Porém, não há como afirmar, que os Conselhos destes municípios não estejam cumprindo as suas atribuições de órgão fiscalizador, de acompanhamento e de controle social das políticas educacionais.

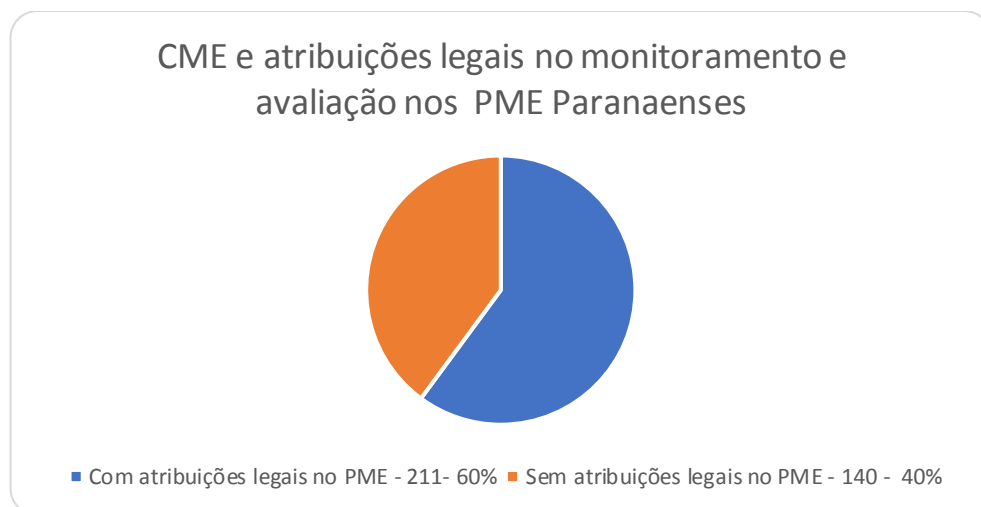
O ponto central desta pesquisa foi justamente a participação dos Conselhos Municipais de Educação no monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação no Paraná. Para Vasconcelos e do Vale (2012):

Tomar os CMEs como alvo de estudo consiste numa tarefa não apenas de atendimento às demandas de cunho acadêmico científico, mas numa forma possível de intervenção democrática nas políticas públicas municipais de educação, espaços que, de um lado, podem favorecer seu controle social. (VASCONCELOS; DO VALE, 2012, p.31).

Por possuir representação civil, além de governamental, o Conselho Municipal de Educação, é órgão de estado, permanente, formado pelo povo e politicamente organizado, e não órgão de governo, transitório, mas com competência de acompanhar, sugerir e, também, analisar as políticas educacionais no âmbito do sistema educacional do município, entre elas, o Plano Municipal de Educação, independentemente de estar inserido na lei. Para Gadotti,

O CME permite a participação da sociedade na fixação dos rumos da educação através do exercício da democracia direta. A fixação de prioridades e metas em conjunto com as representações dos vários segmentos sociais permite ao executivo identificar e suprir, com maior precisão e eficácia, as necessidades existentes. (GADOTTI, 2000, p.169).

GRÁFICO 13 - CME E ATRIBUIÇÕES LEGAIS NO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NOS PME PARANAENSES



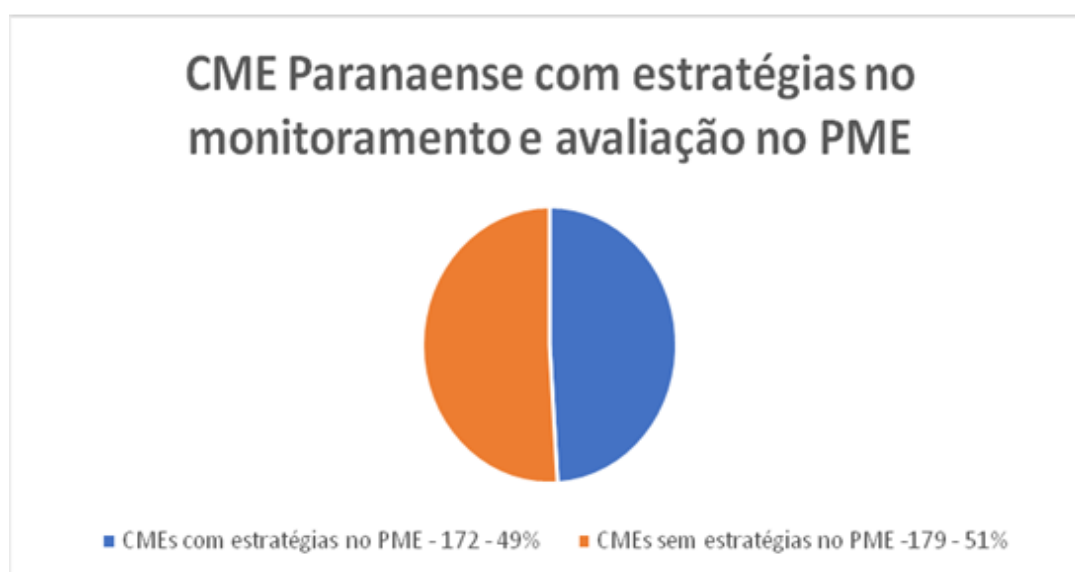
FONTE: A autora (2020) com base em dados da pesquisa.

Pelo gráfico 13 foi possível observar que somente em duzentos e onze (211) Planos Municipais de Educação, o Conselho Municipal de Educação tem atribuições nas leis dos seus municípios. Ainda, conforme a UNCME/Paraná, destes, apenas cento e oitenta e oito (188) inseriram suas Leis dos Planos de Educação, conforme solicitado no questionário enviado pela instituição. Se acompanhar, fiscalizar e propor medidas e formas de melhoria para a educação municipal são algumas atribuições dos Conselhos de Educação, há incoerência na falta de atribuições deste órgão no monitoramento e avaliação do Plano de Educação, principalmente quando são constituídos e/ou nomeados apenas por força de lei, mas com funções meramente decorativas em seus municípios, com e sem sistema de ensino, como ocorre atualmente com um grande CME da Região Metropolitana.

Consideramos que explicitar, discutir e comunicar as diferentes nuances que permeiam as metas e as estratégias do PNE à sociedade é uma das funções do Conselho Municipal de Educação, e que este tem um papel relevante a desempenhar no processo de consolidação da gestão democrática da educação básica e no envolvimento da população nos debates/embates sobre as políticas municipais de educação. (ARRUDA, 2015, p.68).

Na mesma pesquisa também foi perguntado se o Conselho Municipal de Educação possui estratégias relativas ao acompanhamento, monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação dos municípios (gráfico 14).

GRÁFICO 14 - CME PARANAENSE COM ESTRATÉGIAS NO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NO PME



FONTE: A autora (2020) com base em dados da pesquisa.

Constatou-se na pesquisa, que 51% dos Planos Municipais de Educação do Paraná não estabeleceram estratégias para o Conselho Municipal de Educação, sendo que 35% possuem sistema instituídos por lei e com ações estabelecidas para este órgão, e os demais, apenas com caráter consultivo, mobilizador e propositivo sobre as políticas públicas educacionais do município (gráfico 14).

Para Arruda (2015):

Os estudos indicam que mesmo os CMEs que, por determinação legal, têm caráter consultivo, não exercem plenamente suas funções, pois dificilmente são consultados pelo Poder Executivo Municipal antes deste deliberar sobre as políticas e normas que regem a educação municipal. (ARRUDA, 2015, p.74).

No quadro 9 encontram-se as estratégias apresentadas e mais citadas pelos Conselhos Municipais de Educação, que as possuem, para o monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação, conforme a pesquisa realizada pela UNCME/PR.

QUADRO 9 - ESTRATÉGIAS DO CME PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME

ESTRATÉGIAS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO
Organização e participação na Conferência Municipal de Educação;
Participação nas reuniões junto à comissão de monitoramento e acompanhamento do PME;
Participação na elaboração de relatório de monitoramento;
Acompanha, estuda e articula com a comunidade escolar o monitoramento e avaliação do PME;
Tem participação ativa na avaliação e monitoramento dando parecer no cumprimento das estratégias das metas alcançadas do PME;
Acompanhamento das 20 metas previstas no PME;
Participação de alguns membros na equipe técnica e comissão coordenadora;
Debater avanços em reuniões e junto com a Secretaria Municipal de Educação;
Monitoramento semestral, por meio da atualização de indicadores;
Acompanhamento e avaliação realizada a cada 2 (dois) anos ao longo da vigência do Plano.
Reuniões com os conselheiros para as discussões referentes ao PME.
Averiguação das metas do PME que foram alcançadas;
Mobilização da sociedade civil e comunidade escolar.

FONTE: A autora (2020) com base em dados da pesquisa.

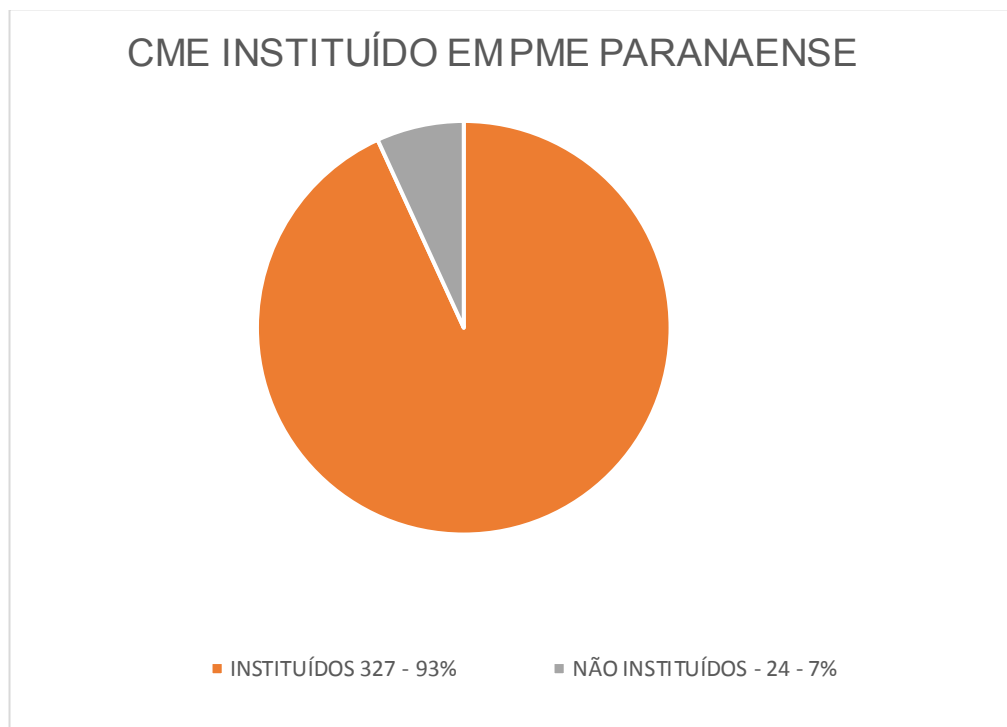
Segundo Arruda e Alcântara (2015),

Considerando que o CME é um órgão integrante do Sistema Municipal de Ensino, como também sua composição plural (governo e sociedade civil) que supostamente tenderia a facilitar uma construção coletiva e democrática na gestão educacional,

haveria de se esperar uma presença mais contundente do CME nos planos em questão. (ARRUDA; ALCÂNTARA, 2015, p.59-60).

Com estratégias definidas e sendo órgão fundamental no Sistema Municipal de Educação, com representações da sociedade civil e da comunidade local, apenas 49% dos Conselhos Municipais de Educação Paranaense vem participando do monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação, o que amplia as atribuições destes Conselhos de Educação do estado, mas percebe-se ainda que esta tarefa ainda está centrada na Secretaria Municipal de Educação.

GRÁFICO 15 - SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO CME NOS PME DO PARANÁ



FONTE: A autora (2020) com base em dados da pesquisa.

Para Dourado, Grossi Junior e Furtado (2016, p.457), “os planos de educação devem ser avaliados periodicamente, com base nos resultados obtidos no monitoramento, para a verificação do que realmente foi cumprido em relação ao inicialmente planejado”. São fases distintas, mas se complementam e, portanto, indissociáveis no processo (DOURADO; GROSSI JUNIOR; FURTADO, 2016).

Com quase 92% (gráfico 15) dos Conselhos Municipais de Educação instituídos legalmente nos Planos de Educação Paranaenses, seja por meio de

comissões, subcomissões, grupos de estudos, reuniões e fóruns, constata-se que estes ainda não têm papéis fundamentais na avaliação e monitoramento dos Planos de Educação, porque apenas 60% (gráfico 13) têm atribuições e 49% (gráfico 14) com estratégias em seus municípios, o que pode dificultar a participação dos Conselhos neste processo.

Segundo Raimann (2019):

Avaliar e monitorar os PME, durante o decênio de 2015-2025, é encaminhamento dado pelo próprio Plano Nacional de Educação (PNE). Na ocasião de sua aprovação, instituiu-se a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE) para dar o apoio técnico necessário aos municípios, durante o processo de (re)elaboração dos PME, bem como no acompanhamento dos planos, a fim de avaliar e monitorar as metas e estratégias propostas ao longo da década e assim se pode alcançar a qualidade da educação no país. (RAIMANN, 2019, p.02).

Para subsidiar os estados e municípios no processo de elaboração, monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação e com o objetivo de articular os planos decenais de educação foi instituída a rede de assistência técnica, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), com a finalidade de orientar e auxiliar as ações dos avaliadores educacionais e das comissões coordenadoras.

Assim, como a maioria dos estados, em 18 de abril de 2018, o Paraná, por meio da Secretária Estadual de Educação do período, fez a adesão voluntária ao processo de assistência técnica para o monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Educação (ANEXO 2). Durante este período, as comissões e os avaliadores recebiam formações de um técnico, designado pela SEED/PR, e orientado pela rede de assistência, para auxiliar os municípios.

De acordo com Militão e Aranda (2019):

Assim, atualmente registra-se adesão à referida rede em 25 (ou 92,6%) das 27 unidades da Federação, 25 (ou 92,6%) e em 5.517 (ou 99,05%) dos 5.570 municípios brasileiros. Em contrapartida, em apenas dois (ou 7,4%) estados (Minas Gerais e Rio de Janeiro) e em 53 (ou 0,95%) municípios (sendo: 1 da Bahia, 1 do Espírito Santo, 25 de Minas Gerais e 26 de São Paulo) não se verifica tal adesão. (MILITÃO; ARANDA, 2019, p.65).

Em 2019, infelizmente, tivemos um novo Governo, que durante a campanha eleitoral não apresentou uma proposta sequer que pudéssemos ter esperança de melhorias para a educação, nem sequer citou o PNE, construído em ampla participação da sociedade civil, e não se sabe se foi por falta de conhecimento ou por realmente não ter uma proposta para sua continuidade. Em fevereiro, extinguiu a SASE e deixou os estados e municípios sem apoio no processo de monitoramento e avaliação dos seus planos de educação.

Em 30 de dezembro de 2019, por meio do Decreto Federal nº 10.195 (ANEXO 7), passou-se a competência de monitoramento e avaliação dos Planos de Educação para a Secretaria de Educação Básica, por meio da Diretoria de Articulação às Redes (DARE), sob a Coordenação-Geral de Apoio às Redes e Infraestrutura Educacional (CGARE).

Por não haver encaminhamentos em 2019, nem pelas DARE e CGARE em 2020, e com a falta de continuidade dos Fóruns de Educação para acompanhamento dos planos, entidades como a UNCME, sindicatos dos trabalhadores da educação e demais movimentos sociais procuram remeter ao Conselho Municipal de Educação, órgão deliberativo e de controle social, a responsabilidade. Para Raimann (2020):

Apesar de o Conselho Municipal de Educação ser um órgão instituído pelo poder público, sua atuação na implementação e controle social do PME, em uma perspectiva democrática, mediando interesses e conflitos, pode ampliar ações de natureza social, enfrentando e combatendo as ações burocráticas do Estado que, via de regra, exerce forte controle gerencial em suas ações. (RAIMANN, 2020, p.9).

Mesmo dependendo do poder público para o seu funcionamento, o controle social do PME cabe aos CME, por ser um órgão fiscalizador que deve fazer a mediação no diálogo entre governo e sociedade civil, primando pela gestão democrática. Segundo a UNCME (2018):

onde não houver definição explícita das instituições responsáveis pelo monitoramento dos planos, o Conselho Municipal de Educação, deverá baixar resolução com vistas à efetivação das metas previstas nos respectivos planos municipais, visto que as medidas e ações devem ser referenciadas nos documentos normativos legais que estão em vigor. (UNCME, 2018, p.7).

Cabe ao Conselho Municipal de Educação a responsabilidade de mobilizar a sociedade civil, comunidade escolar e o governo para que o Plano Municipal de Educação seja monitorado e avaliado, para o cumprimento de suas metas, conforme previsto na Lei nº 13.005 que institui o Plano Nacional de Educação. Conforme esta pesquisa foi possível observar que, no estado do Paraná, há a necessidade de os Conselhos Municipais de Educação terem mais autonomia em sua organização, funcionamento e participação no controle social das políticas educacionais dos municípios.

Nos vinte (20) municípios com Sistema de Ensino (gráfico 9), percebe-se que o Conselho Municipal de Educação é mais articulado, organizado e em pleno funcionamento, procurando exercer suas atribuições como órgão normativo da educação municipal.

Segundo o IPARDES (2019), dentre os dez (10) municípios que possuem a maior arrecadação paranaense, oito (8) são os que têm Sistema Municipal de Educação e apenas dois não o possuem: Maringá e Foz do Iguaçu.

Entre os que possuem o maior número de habitantes, segundo o Jornal Gazeta do Povo (2019), dos dez municípios mais populosos, sete (7) possuem conselhos normativos e apenas três (3) possuem conselhos deliberativos, consultivos e bem articulados: Maringá e Foz do Iguaçu, porém Colombo está com seu Conselho Municipal de Educação inativo, por vontade política. O que nos leva à conclusão de que a quantidade de habitantes e a arrecadação municipal também influenciam tanto na decisão do município em tornar seu CME normativo, quanto na sua organização e cumprimento de suas atribuições nas políticas educacionais locais.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desta Dissertação concretizou-se, inicialmente, problematizando quantos Conselhos Municipais de Educação há no estado do Paraná, quantos ativos, quantos estão sendo constituídos, quantos estão em funcionamento e com Regimento Interno, sua composição, se é de forma paritária ou não, tempo de mandato, segmentos, atribuições, quantos e quais são os conselhos normativos.

Para Gohn (2001, p.31): “Os Conselhos são analisados como agentes de inovação nas políticas públicas ao realizarem a mediação entre a sociedade civil organizada e os organismos governamentais”. O Conselho Municipal de Educação é modelo de organização social na qual tem a responsabilidade de provocar a gestão democrática em seu município dando a possibilidade dos seus membros se articularem através da troca de experiências e ideias em suas reuniões, audiências ou assembleias.

Até a finalização da pesquisa, em outubro de 2020, o Paraná apresentou trezentos e sessenta e sete (367) municípios com Conselhos Municipais de Educação instituídos em lei, porém dezesseis (16) conselhos encontravam-se inativos, por controle e dependência do seu funcionamento pela Secretaria Municipal de Educação, conforme constato pela pesquisa.

Com este levantamento e investigação dos estudos, foi possível observar que os Conselhos Municipais de Educação Paranaenses pesquisados, possuíam envolvimento no processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação do seu município, mas que para análise de todo este processo era necessário examinar como os conselhos estão organizados e em funcionamento em seus municípios

Destes trezentos e cinquenta e um (351) conselhos analisados foi possível observar que as representações no CME são diversas, mas a do Executivo (Poder Público), da Secretaria Municipal de Educação e dos professores das escolas municipais estão presentes em todos os CME paranaenses e, conseqüentemente, influenciam nos debates e decisões do conselho. Depois aparecem em menor quantidade as representações de pais, diretores, sindicatos, escolas particulares e demais representações.

Nos estudos também foi possível analisar que a paridade e o tempo de mandato afetam a organização, funcionamento e deliberações do CME. Os conselhos paranaenses são formados com 79% de paridade, o que é muito importante nas definições; 56% são formados por conselheiros com mandatos de dois (2) anos, considerado mandato curto, enquanto 43% apresentam três (3) e quatro (4) anos de mandatos, tempo razoável e mais adequado para que o conselheiro possa se inteirar, integrar, estruturar e se informar do seu compromisso como representante indicado ou eleito de um determinado segmento, mas é importante ressaltar que os Conselhos Municipais de Educação paranaenses dão a todos o direito a uma recondução.

Partindo do princípio que o poder público e a sociedade civil, por meio do Conselho Municipal de Educação, compartilham das responsabilidades pelas políticas educacionais do município, o gráfico 5 demonstrou que 72% dos conselheiros paranaenses não recebem formações e não deliberam pela importância delas, o que pode prejudicar nas suas ações e atribuições de conselheiros. Isso também se comprova em 44% de Conselhos sem Regimento Interno para estudo e conhecimento de suas próprias atribuições.

Pelos estudos foi possível observar que apenas 7% dos Conselhos Municipais de Educação são normativos, significando que mais de 90% dos municípios não têm autonomia nas suas decisões e nas políticas educacionais, ainda fazem parte do Sistema Estadual do Paraná e, conseqüentemente, seus conselhos são apenas consultivos, fiscalizadores e devem fazer cumprir o que rege o Conselho Estadual de Educação do Paraná, o que pode ser vantajoso para municípios pequenos, com baixa população, e desvantajoso para grandes municípios, por não possuírem autonomia sobre as políticas educacionais municipais.

Ainda foi possível observar que apenas 27% dos Conselhos Municipais de Educação paranaenses fazem parte dos Fóruns Municipais de Educação nos municípios que os instituíram, com uma das finalidades de monitorar e avaliar os Planos Municipais de Educação.

Para Monlevade (2004, p.11), “O Conselho Municipal de Educação, no todo ou em parte, constitui-se ator nato do Fórum, ou seja, da instância deliberativa da elaboração do PME”. Os Fóruns são órgãos de controle social, com a finalidade de discutir e propor avanços para melhorar a qualidade

educacional do município e a participação do CME é de fundamental importância, visto que estes representam a voz da Comunidade.

No capítulo que finaliza a pesquisa versou-se sobre o foco central deste estudo: a participação dos Conselhos Municipais de Educação no monitoramento e avaliação em Planos Municipais de Educação Paranaenses, instituídos em 2015, conforme determinado pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014. E foi possível observar, conforme quadro 8, que apenas um (1) estado e dois (2) municípios ainda não tinham instituído seus Planos de Educação, mas constavam em elaboração.

A seguir, discorreu-se sobre a instituição dos Conselhos Municipais de Educação nas leis dos Planos de Educação e sua atuação com os demais órgãos responsáveis pelo monitoramento e avaliação dos planos nos municípios paranaenses, e conforme a pesquisa, analisou-se que 93% dos conselhos do Paraná fazem parte legalmente do monitoramento e avaliação dos PME, conforme determina a Lei do PNE/2014, e apenas 7% dos conselhos não têm esta função. Porém, 60% dos Conselhos Municipais de Educação, conforme gráfico 13, possuem atribuições legais neste procedimento e apenas 49% destes conselhos possuem estratégias legais no monitoramento e avaliação de seus PME, o que pode fragilizar o envolvimento do CME neste processo.

Apresentou-se, também, que quarenta e oito (48) municípios paranaenses ainda não postaram seus Relatórios no SIMEC, nos períodos de 2016 a 2020 desde que a Lei do PNE de 2014 foi estabelecida em todo o território nacional, o que nos remete à falta do cumprimento da lei que estabeleceu o PNE e a do seu próprio município. Observou-se, ainda, que entre os municípios que não realizaram esta tarefa, trinta e nove (39) tem Conselho Municipal de Educação, inclusive com dois (2) normativos, de grandes municípios, o que nos destaca à falta de fiscalização destes para efetivação da legislação municipal e, consequentemente, nacional.

Na sequência, abordou-se a participação efetiva dos Conselhos Municipais de Educação no monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação do estado do Paraná, quantos estão presentes e como estão participando com atribuições estabelecidas em suas leis municipais e quais são estas estratégias que denotam a participação do CME, dialogando com as demais entidades na tarefa estabelecida nacionalmente, quando observou-se que 60%

dos CME paranaenses têm atribuições previstas em leis e desempenham suas funções, tanto quanto ao processo de participação quanto de monitoramento e avaliação dos Planos de Educação dos seus municípios.

E, conclui-se que o Conselho Municipal de Educação Paranaense desempenha um papel fundamental para as políticas educacionais dos municípios por exercer a tarefa de órgão fiscalizador, propositivo, deliberativo, consultivo e mobilizador e, de acordo com o Plano Nacional de Educação, é um dos órgãos responsáveis pelo monitoramento e avaliação dos PME, conforme determinado ao Conselho Nacional de Educação e, nos municípios, pela Lei 13.005/2014 (PNE), por serem representantes da comunidade educacional.

Para Teixeira (2001), “os conselhos municipais, bem como as comissões que monitoram os PME, constituem a participação da sociedade como instrumento de controle social e político do Estado”. Cabe aos Conselhos Municipais de Educação a tarefa que ainda precisa ser ampliada no Paraná, por vários fatores que a entravam, dentre elas: melhorar a organização; por meio do Regimento Interno, um funcionamento mais ativo; o investimento e participação em formações e a dotação orçamentária, o que reflete na autonomia do CME.

Como componente integrante da educação municipal, com a finalidade das políticas educacionais, de forma democrática e participativa, o Conselho Municipal de Educação está sendo consolidado em municípios paranaenses, delineando a formulação e o controle das políticas destinadas à educação municipal.

Por fim, ao término deste estudo ainda permanecem questionamentos que poderão ser enfocados em estudos posteriores, tais como: como estão organizados os segmentos representativos do Conselho Municipal de Educação? Que motivos levam os conselheiros a não participarem de formações? Por que conselhos com presidentes membros da Secretaria da Educação têm pouca efetividade em seus funcionamentos? O que leva um conselho a não fiscalizar as políticas educacionais do seu município, entre elas o monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação?

## REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA. **A construção e a revisão participativas dos Planos de Educação**. Texto para debate. São Paulo, 2013. Disponível em: [https://www.deolhonosplanos.org.br/wp-content/uploads/2013/04/Guia\\_de\\_Participacao\\_Planos\\_Educacao.pdf](https://www.deolhonosplanos.org.br/wp-content/uploads/2013/04/Guia_de_Participacao_Planos_Educacao.pdf). Acesso em: 12 ago. 2019.

AGUIAR, M. A.S. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul./set.2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/04>. Acesso em: 10 ago. 2019.

ARANDA, M. A. de M.; RODRIGUES, E. S. de S.; MILITAO, S. C. N.. Monitoramento e Avaliação dos Planos Decenais de Educação: a produção do conhecimento no Brasil. **Educ. rev.**, Curitiba, v. 36, e69767, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602020000100203&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602020000100203&lng=en&nrm=iso). Acesso em: dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.69767>

ARRUDA, M.C. C; CAVALCANTE JÚNIOR, J. A. C. **Conselhos Municipais de Educação**, Desafios da Formação e da Gestão Democrática. Rio de Janeiro, 2015.

AVRITZER, L.; SOUZA, C. L.. (eds.) **Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade**. Brasília: IPEA. 2013. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/Ipea\\_conferencias/ivro%20coferncias%20nacionais.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/Ipea_conferencias/ivro%20coferncias%20nacionais.pdf). Acesso em: 23 janeiro. 2020.

AVRITZER, L.. “Reforma política e participação no Brasil”. In: AVRITZER, L.; ANASTASIA, F. (orgs). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, pp. 35-43.

BARCELOS, F. dos S. **A participação dos Conselhos Municipais de Educação na elaboração dos Planos Municipais de Educação no estado do MS**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados, MS, 2017.

BATISTA, M. J. (Org.). **Criação de Conselho e Sistema**. Pró-Conselho, Tocantins, 2007.

BORDIGNON, G. **Gestão da Educação no Município: Sistema, Conselho e Plano**. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2013.

\_\_\_\_\_. Planos de governo e políticas de estado: muitos planos, pouco planejamento. In: SOUZA, D. B. de; MARTINS, Â. M. (Org.). **Planos de educação no Brasil: planejamento, políticas, práticas**. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 29-53.

BORDIGNON, G.; QUEIROZ, A.; GOMES, L. (colabs.). O Planejamento Educacional no Brasil. In: Fórum Nacional de Educação/Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 2011. **Anais...** Brasília, 2011.

BRASIL. 2014d. **PNE em movimento**: Monitoramento e Avaliação. Brasília, MEC/SASE. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao/situacao-dos-planos-de-educacao>. Acesso em out. 2020.

BRASIL. **Audiência promove balanço de dois anos de Plano Nacional de Educação**. 2016. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/noticias/504-audiencia-promove-balanco-de-dois-anos-de-plano-nacional-de-educacao>. Acesso em: julho 2020.

BRASIL. **Avaliação do PNE 2004-2006**: avaliação do cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação, Edições Câmara, 2011 (Ação Parlamentar, 351).

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura. **Avaliação técnica do Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2004 (Série Ação Parlamentar, 294).

BRASIL. **CNE promove seminário sobre PNE mobilizando diferentes instâncias**. 2015. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/noticias/302-cne-promove-seminario-sobre-pne-mobilizando-diferentes-instancias>. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. **Colóquio Nacional sobre Mecanismo de Acompanhamento e Avaliação do PNE**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2008/coloquionacional.pdf>. Acesso em 10 março 2020.

BRASIL. **CONAE Documento final**. 2010. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010\\_doc\\_final.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf). Acesso em: nov. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Portaria CNE/CP n. 10, de 6 de agosto de 2009. **Indicações para subsidiar a construção do Plano Nacional de Educação 2011-2020**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao1988.html](https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html). Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. Fórum Nacional de Educação. **44ª Nota Pública**. 2016. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/29-09-2016-12-10-forum-nacional-deeducacao-se->

posiciona-por-meio-de-notas-publicas-sobre-a-bncc-o-corte-etarioe-a-pec-241. Acesso em: dez. 2020.

BRASIL. **Histórico**. 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/dados/monitoramento-do-pne/historico>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. **IV Conferência Nacional de Educação e Educação**. Proposta de Regulamento Interno. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2004.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências**. Portal da Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República. Brasília: DF, 2014a.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP. **Avaliação do Plano Nacional de Educação, 2001-2008**. Brasília, DF, MEC/INEP, 2009. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/pdf/volume1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação Pró-Conselho**: caderno de referência / coordenação geral de articulação e fortalecimento institucional dos sistemas de ensino. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a próxima década**: alinhando os planos de educação. Brasília, DF: MEC/SASE, 2014a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **O Plano Municipal de Educação**: caderno de orientações. Brasília, DF: MEC/ SASE, 2014b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **O Sistema Nacional de Educação**: diversos olhares 80 anos após o Manifesto/ Brasília, DF: MEC/ SASE, 2014.

BRASIL. Observatório PNE. **A importância dos conselhos escolares e municipais de Educação**, 2013.

BRASIL. **Perfil dos Conselhos Municipais de Educação**, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/livro\\_final\\_proconselho07.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/livro_final_proconselho07.pdf). Acesso em junho de 2020.

BRASIL. **Portaria Nº 577, de 27 de abril de 2017.** Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20184519/do1-2017-04-28-portaria-n-577-de-27-de-abril-de-2017-20184461](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20184519/do1-2017-04-28-portaria-n-577-de-27-de-abril-de-2017-20184461). Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. **Relatórios de Monitoramento.** 2016, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/dados/monitoramento-do-pne/relatorios-de-monitoramento>. Acesso: 20 dez. 2020.

BRASIL. **Seminário Nacional 3 Anos do Plano Nacional de Educação.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/noticias/seminario-nacional-3-anos-do-plano-nacional-de-educacao>. Acesso em: 13 jan. 2020.

CALDAS, A. (Org.). **Tecendo Caminhos da Gestão Democrática:** A formação dos Conselheiros Municipais de Educação do Paraná. Curitiba, PR, 2016.

**Cidades do Paraná.** IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama> IBGE - Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Acesso em: 20 dez. 2020.

CORRÊA, J. C. S. S. **Avaliação e Monitoramento dos Planos Municipais de Educação na Região Cone Sul/MS (2015-2017).** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados, MS, 2019.

CURY, C. R. J. O Conselho Nacional de Educação e a gestão democrática. In: OLIVEIRA, D. A. (org.) **Gestão democrática da educação:** desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 1997.

CURY, C. R. J. A Educação Básica no Brasil. **Educ. Soc.** v.23, n.80, p.168- 200, set., 2002. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302002008000010&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302002008000010&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: set. 2020.

\_\_\_\_\_. Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. Â. de S. (Orgs.). **Gestão da Educação:** impasses, perspectiva e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Programa de fortalecimento dos Conselhos Escolares:** Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da Educação Pública. Brasília-DF: novembro, p.1-40. 2004.

DOURADO, L. F. **Plano Nacional de Educação:** Política de Estado para a educação brasileira. PNE em Movimento, Brasília-DF, Inep/MEC, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/523064/PLANO+NACIONAL+DE+EDUCA%C3%87%C3%83O++Pol%C3%ADtica+de+E+stado+para+a+educa%C3%A7%C3%A3o+brasileira/2cbb3d59-497d-45a8-a5af-d3bbe814336e?version=1.5>. Acesso em: dez. 2020.

\_\_\_\_\_. A Conferência Nacional de Educação, o Plano Nacional e a construção do Sistema Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Política e**



**Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.l.], v.25, n.2, p. 365-376, mai./ago. 2009. ISSN 2447-4193. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19502>. Acesso em: 15 mar. 2020. doi:<https://doi.org/10.21573/vol25n22009.19502>.

\_\_\_\_\_. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. **Educação & Sociedade**., Campinas, v. 31, n. 12, p. 677-705, set. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302010000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000300003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: dez. 2020.

\_\_\_\_\_. Estado, educação e democracia no Brasil: retrocessos e resistências. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 40, e0224639, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302019000100203&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302019000100203&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302019224639>.

\_\_\_\_\_. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, out. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci\\_arttext&pid=S010173302007000300014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S010173302007000300014&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 dez.2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300014>.

DOURADO, L. F.; GROSSI JUNIOR, G.; FURTADO, R.I A.. Monitoramento e avaliação dos planos de educação: breves contribuições. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 32, n. 2, p. 449 - 461, ago. 2016. ISSN 2447-4193. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/67198>. Acesso em: abril. 2020.

FARIAS, J. A.da F. C.. **Ações Participativas na Elaboração e no Monitoramento do PME de São Caetano do Sul – SP**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora. MG. 2016.

FISCHER, R.M.B. Verdades em suspenso: Foucault e os perigos a enfrentar. In: COSTA, M.V. (org.) **Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. 2.ed. Rio de Janeiro, Lamparina Editora, 2007.

FLACH, S.de F.. **A Gestão Democrática dos Sistemas Municipais de Ensino do Paraná: uma análise a partir dos conselhos municipais de educação**. Rio de Janeiro, 2020.

FORTIN, M. **O Processo de Investigação – da Concepção à Realização**. Lusociência, 5ª edição. Lisboa, 2009.

GADOTTI, M. **Sistema Municipal de Educação: estratégias para a sua implantação**. São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Perspectiva de Educação**. Porto Alegre: Artmed,2000.

GOHN, M. da G. **Conselhos Gestores e Gestão Pública**. Unisinos, 2006.

\_\_\_\_\_. A atuação dos Conselhos na gestão pública. **Revista do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro**, v. XXVIII, p-8-14,2011.

\_\_\_\_\_. Conselhos municipais de acompanhamento e controle social em Educação: participação, cidadania e descentralização? In: SOUZA, D. B. de. **Conselhos municipais e controle social da educação: descentralização, participação e cidadania**. São Paulo: Xamã, 2008, p. 97-113.

\_\_\_\_\_. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, A. V. A. (org.). **Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara,2015.

GOMES, A. V. A.; BRITTO, T. F. (Orgs.) -1. **Plano Nacional de Educação: olhares sobre o andamento das metas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara,2017.

IPARDES. **PIB dos Municípios**. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/PIB-dos-Municipio>. Acesso em: 24 mar.2021.

LIMA, A. B. **Conselhos municipais na educação: perspectivas de democratização das políticas educacionais**. 2001. 150 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

LIMA, ALMENARA; SANTOS. Conselhos municipais de educação: participação, qualidade e gestão democrática como objeto de recorrência. **Rev. Diálogo Educ**, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2018.

**Mapa do Paraná**. IPARDES. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em 20 dez. 2020.

MATOS, D.F. **Os conselhos municipais de políticas setoriais no contexto do federalismo brasileiro sob a perspectiva da Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro.

MEIRA, N. W. R. Conselhos Municipais de Educação e a descentralização de gestão educacional na Bahia. **Gestão em Rede**, Curitiba, PR, n. 32, p. 17-21, out. 2001.

\_\_\_\_\_. **Municipalização: os Conselhos Municipais de Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

\_\_\_\_\_. **Conselhos Municipais de Educação e a descentralização de gestão educacional na Bahia**. 1998. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 1998.

\_\_\_\_\_. Os Conselhos Municipais de Educação na Bahia: descentralização da gestão educacional? **Revista da FAEBA: educação e contemporaneidade**, Salvador, BA, v. 9, n. 13, p. 121-137, jan./jun. 2000.

MILITÃO, A. N.; PERBONI, F. **Plano Nacional de Educação: diversos olhares**. 1ª ed. – Curitiba, PR: CRV, 2017.

MIOLA, C.; COSTA, C. M. A.. **Conselhos Municipais de Educação: Fortalecimento da Gestão Democrática**. Instituto Rui Barbosa. Brasília, 2019.

MINAYO, M. C. de S. et al. **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MONLEVADE, J. A. **A importância do conselho municipal de educação na elaboração, implantação e acompanhamento da execução do plano municipal de educação**. In: Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - Pró-Conselho. Guia de Consulta. MEC. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Educação pública no Brasil: contos e descontos**. Ceilândia: Ideia, 2000.

NARDI, L. E. Sistemas Municipais de Ensino. In: WERLE, F. O. C. et al. **Sistema Municipal de Ensino e Regime de Colaboração**. Ijuí: Unijuí, 2006.

OLIVEIRA, M. T. **Conselho Municipal de Educação em Municípios do Estado de São Paulo: Instituição, Atribuições e Plano Municipal de Educação**. 2014. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, SP. 2014.

**Órgãos públicos servem ao estado, não ao governo** [editorial]. Jornal Gazeta do Povo, 2009. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/editoriais/orgaos-publicos-servem-ao-estado-e-nao-ao-governo-bte2gev2b3fzbx4y8fmd15fm6/>. Acesso em: 24 mar.2021.

PASUCH, M. C. M. **Conselhos municipais de educação: espaço público democratizador?** Cuiabá: Ed. UFMT, 2018.

PEREIRA, T. L. **Conselhos Municipais de Educação: desafios e possibilidades na gestão democrática de políticas educativas**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia, São Paulo, 2008.

PEREIRA, P. A. P. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PNE 2014-2024. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 25, n. 59, p. 140-170, set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/2016nahead/2175-6236edreal-50693.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

**Planos Subnacionais de Educação**. PNE EM MOVIMENTO. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

**População do Paraná em 2019 por municípios.** Jornal Gazeta do Povo. 29 ago, 2019. Disponível em:  
<https://infograficos.gazetadopovo.com.br/politica/parana/populacao-por-municipios/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

RAIMANN, E. G.. Avaliando o plano municipal de educação: monitoramento e controle social. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp. 1, p. 810-824, maio 2020. e-ISSN: 1982-5587. Disponível em:  
<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13351>. Acesso em: out. 2020. <https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp.1.1335>.

ROMÃO, J. E. **Sistemas Municipais de Educação: A Lei de Diretrizes e Bases e a Educação no Município.** São Paulo, 2010.

SANTOS, J. M.T. P. **O Processo de Constituição dos Sistemas Municipais de Ensino no Estado do Paraná.** SIELO, Curitiba, PR, 2003.

SANTOS, R.A **Participação Social no Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação dos Municípios da Zona da Mata Mineira.** 2020, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2020.

SAVIANI, D. **Organização da Educação da Educação Nacional: sistema e Conselho Nacional de Educação, Plano e Fórum Nacional de Educação.** São Paulo, 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: Por uma outra política educacional.** Campinas: Autores Associados, 1999.

\_\_\_\_\_. **Sistema nacional de educação e plano nacional de educação: significado, controvérsias e perspectivas.** Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

SCAFF, E. A. da S.; OLIVEIRA, M. S.; LIMA, S. Cooperação internacional para o planejamento da educação brasileira: aspectos teóricos e históricos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 88, n. 219, p. 331-344, maio/ago. 2007. Disponível em:  
<http://rbepold.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/751/727>. Acesso em: dez. 2020.

SCHLESENER, A. H. Gestão democrática da educação e formação de conselhos escolares. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises.** Brasília, DF: Liber Livro, 2011.

SENADO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 1988.

SILVA, R. T.. **Conselhos Municipais de Educação: Democratização, Legitimidade e Funções.** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, RS, 2014.

SILVEIRA JÚNIOR, O. B. **O fortalecimento da democracia deliberativa por meio dos conselhos gestores**: O caso do Conselho Municipal de Educação do município de Poços de Caldas. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2009.

SOUZA, D. B. Avaliações finais sobre o PNE 2001-2010 e preliminares do PNE 2014-2024. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 25, n. 59, set./dez.2014.

SOUZA, L. G. de. **Avaliação de políticas educacionais**: contexto e conceitos em busca da avaliação pública Salvador: UFBA, 2009.

TEIXEIRA, E. C. **O Local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez; EQUIP; UFBA, 2001.

TORMES, D. D. S. **As políticas públicas e os conselhos municipais de educação**: em foco o financiamento. 2016. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

VALLE, B. B.R.; VASCONCELOS, M. C. C. (Orgs.). **Conselhos Municipais de Educação**: organização e atribuições nos sistemas de ensino do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.

WERLE, F. O. C.; THUM, A. B.; ANDRADE, A. C. **O Sistema de ensino e suas implicações para atuação do conselho municipal de educação**. RBPAE, v. 24, n.1, p. 79-109, 2008.

## **ANEXO 1- CARTA DE APRESENTAÇÃO**

### **Carta de Apresentação da Mestranda**

Curitiba, 06 de março de 2020.

Por meio desta carta apresentamos a mestranda Ana Lucia Rodrigues, regularmente matriculada no Mestrado do Programa de Pós-Graduação – PPGE/Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná, área de Políticas Educacionais sob o registro de matrícula.

A mestranda está desenvolvendo a pesquisa intitulada “A Participação do Conselho Municipal de Educação no Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação em Municípios Paranaenses”, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisângela Alves da Silva Scaff, docente nesta instituição de ensino.

Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo, anonimato e preservação da identidade das instituições e profissionais entrevistados. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para finalidades acadêmicas relacionadas à pesquisa.

Agradecemos sua compreensão e colaboração no processo de formação desta mestranda e desenvolvimento da pesquisa científica.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e contatos.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Elisângela Alves da Silva Scaff

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPR)

**ANEXO 2 -TERMO DE ACEITE PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA****TERMO DE ACEITE PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA**

A \_\_\_\_\_,  
representada por \_\_\_\_\_, na  
função de \_\_\_\_\_, no uso de suas atribuições  
legais, aceita participar da pesquisa a ser realizada por Ana Lucia Rodrigues,  
mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal  
do Paraná, a qual tem por objetivo desvelar A Participação do Conselho Municipal de  
Educação no Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação em Municípios  
Paranaenses.

A participação da UNCME Paraná dar-se-á por meio de questionário a ser  
aplicado em entrevista a ser realizada com membro da Diretoria da UNCME Paraná,  
desde que a instituição se disponha a participar da pesquisa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante da UNCME Paraná

## ANEXO 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPGE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Coordenador ou Representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Paraná:

---

Sua instituição está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa intitulada **“A Participação do Conselho Municipal de Educação no Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação em Municípios Paranaenses”**, conduzida por mim, Ana Lucia Rodrigues. Este estudo tem por objetivo analisar se os CME do estado do Paraná vêm participando do monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação.

Sua instituição foi selecionada por coordenar e representar os Conselhos Municipais de Educação do estado do Paraná caracterizado como campo empírico em nosso estudo e por entendermos que a sua participação trará contribuições significativas para o nosso estudo. A participação não é obrigatória. A qualquer momento, a entidade poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo. Por estar participando de uma pesquisa qualitativa no campo das ciências humanas, pode ocorrer que esta seja identificada em algum momento, devido a informações em relação ao campo empírico, aos sujeitos entrevistados e ao recorte temporal utilizado. A participação nesta pesquisa em nenhum momento implicará em gasto e nem será remunerada, no entanto, se porventura surgir alguma despesa em relação à participação esta poderá ser custeada ou ressarcida pela pesquisa.

A participação nesta pesquisa consistirá em responder às perguntas que seguirão um roteiro preestabelecido, realizada pelo pesquisador, em local escolhido pelo sujeito entrevistado, terá a duração de aproximadamente 40 minutos ou 60 minutos, conterà perguntas sobre os dados dos Conselhos municipais de Educação, sobre o objeto de estudo e sua relação com o campo empírico. A nossa entrevista será gravada para posteriormente fazermos a transcrição das falas.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão públicos e serão divulgados em nível coletivo, visando assegurar o respeito à participação da instituição. As informações farão parte do texto final deste estudo, porém, como referido anteriormente será usado nome da instituição como forma de identificação e informações obtidas.



O pesquisador responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos.

Caso a entidade concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Contatos do pesquisador responsável:

Ana Lucia Rodrigues Pedagoga da Rede Municipal de Ensino de São José dos Pinhais,  
analurodrigues65@gmail.com Cel. 41- 99927-2056

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da nossa participação na pesquisa, e que concordamos em participar.

São José dos Pinhais, \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) pesquisador(a): \_\_\_\_\_

## ANEXO 4 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Quantos municípios possuem Conselho Municipal de Educação?

---

2. Quantos municípios têm Sistema Municipal de Ensino?

---

3. Quantos Conselhos Municipais de Educação têm Regimento Interno?

---

4. Quantos conselhos são paritários em relação à participação do governo e sociedade civil?

---

5. Quantos Conselhos têm a forma de escolha dos Conselheiros por eleição e quantos por indicação?

---

6. Qual é o tempo de mandato nos Conselhos?

---

7. Qual é a faixa etária dos membros dos conselhos?

---

8. E o nível de escolaridade da maioria dos Conselheiros?

---

9. O processo de escolha dos Presidentes dos Conselhos se dá por eleição ou indicação?

---

10. Os municípios ofertam formações aos conselheiros?

---

11. Quais funções previstas na normatização a serem exercidas pelos Conselhos?

---

12. Como se encontra o funcionamento dos Conselhos municipais de educação do Paraná?

---

13. Quantos Conselhos têm Câmara do Fundeb integrada no Conselho Municipal de Educação?

---

14. Os Conselhos realizam consultas públicas para ouvir a comunidade?

---

15. O Conselho vem participando dos processos de elaboração ou adequação do Plano Municipal de Educação - PME?

---

16. O Conselho possui atribuições legais em relação ao acompanhamento, monitoramento e/ou avaliação do Plano Municipal de Educação - PME?

---

17. O Conselho possui estratégias relativas ao acompanhamento, monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação - PME? Quais?

---

---

---

18. Os Conselhos Municipais de Educação fazem parte do Fórum Municipal de Educação?

---

19. Os Conselhos conhecem a UNCME?

---

20. Observações e/ou sugestões:

---

---

---

---

## ANEXO 5 - DIAGNÓSTICO OPERACIONAL DA UNCME PARANÁ

Com o objetivo de Monitoramento das Estratégias 19.2, 19.3, e 19.5 da meta 19 do PNE, a UNCME/PR solicita que os municípios paranaenses, através de seus Conselhos ou Secretarias de Educação, respondam ao Diagnóstico Operacional da UNCME/PR para devolutiva à UNCME Nacional.

1– Município:

---

1.1 - O município possui Conselho Municipal de Educação?

( ) Sim

( ) Não

( ) Em processo de instituição

1.2 - Se sim, informar data de instituição do CME.

---

1.3 - Lei ou Decreto que regulamenta o CME (Obrigatório anexar):

---

2. Presidente (nome completo, contato, segmento que representa):

---

---

2.1 - Vice-Presidente (nome completo, contato, segmento que representa):

---

---

2.2 - Secretário Geral - Conselheiro (nome completo, contato, segmento que representa):

---

---

2.3 - Secretário Executivo - (nome completo, contato - e-mail, telefone):

---

---

3. Telefone e E-mail institucional do CME:

---

4. O município tem Sistema Municipal de Ensino?

(   ) Sim

(   ) Não

(   ) Em processo de instituição

4.1 - Se sim, Lei que institui o Sistema (obrigatório anexar):

---

4.2 - O CME possui Regimento Interno?

(   ) Sim

(   ) Não

(   ) Em processo de elaboração

4.3 - Se sim, Decreto que institui o Regimento (obrigatório anexar):

---

5. Possui Comissões Permanentes, Câmaras e/ou Grupos de Trabalho?

(   ) Câmara de Educação Básica

(   ) Câmara Específica para o Acompanhamento e o Controle Social do FUNDEB

(   ) Câmara de Ensino Fundamental

(   ) Câmara de Educação Infantil

(   ) Câmara de Legislação e Normas

(   ) Câmara de Educação Especial

(   ) Todas acima

6. O Conselho é paritário em relação à participação governo e sociedade civil?

---

7. Relacionar número de membros titulares e suplentes e os segmentos que representam:

---

---

---

---

8. Qual é a forma de escolha dos Conselheiros?

( ) Indicação                      ( ) Eleição

8.1 - Tempo de mandato

- ( ) 1 ano
- ( ) 2 anos
- ( ) 3 anos
- ( ) 4 anos
- ( ) 5 anos
- ( ) 6 anos
- ( ) Outros

8.2 - Faixa Etária dos Conselheiros

- ( ) Menores de 21 anos
- ( ) De 21 a 30 anos
- ( ) De 31 a 40 anos
- ( ) De 41 a 50 anos
- ( ) De 51 a 60 anos
- ( ) Acima de 60 anos

8.3 - Escolaridade dos Conselheiros

- ( ) Ensino Fundamental Incompleto
- ( ) Ensino Fundamental Completo
- ( ) Ensino Médio Incompleto
- ( ) Ensino Médio Completo
- ( ) Ensino Superior Incompleto
- ( ) Ensino Superior Completo

( ) Pós-graduação Incompleta

( ) Pós-graduação Completa

9. Qual é a composição atual, último Decreto de nomeação (obrigatório anexar):

---

10. O processo de escolha do Presidente, se dá por:

( ) Eleição entre os pares

( ) Indicação do Executivo

11. O Conselho possui dotação orçamentária específica?

( ) Sim

( ) Não

11.1 - O Conselho Municipal de Educação oferta capacitação aos conselheiros?

( ) Sim

( ) Não

12. O Conselho de Educação possui sede própria?

( ) Sim

( ) Não

12.1 - Se não, onde funciona?

---

13. Quais funções previstas na normatização a serem exercidas pelo Conselho?

( ) Normativa

( ) Fiscalizadora

( ) Deliberativa

( ) Consultiva

( ) Propositiva

( ) Mobilizadora

( ) Todas as alternativas acima.

14. Documentos emitidos pelo CME

- ☐ Resoluções/Deliberações
- ☐ Pareceres
- ☐ Indicações
- ☐ Portarias
- ☐ Todas as alternativas acima.

14.1 - Como se encontra o funcionamento do Conselho?

- ☐ Atividades regulares
- ☐ Não vem desenvolvendo atividades.

14.2 - Tem reunião(ões)/Atividade(s) periódica(s):

- ☐ Semanal
- ☐ Quinzenal
- ☐ Mensal
- ☐ Bimestral
- ☐ Trimestral
- ☐ Outras

15. Indique os dois principais obstáculos ao efetivo funcionamento do Conselho Municipal de Educação:

---

---

16. O Conselho possui veículo próprio?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Emprestado pela Secretaria de Educação, quando necessário.

16.1 - O Conselho possui espaço de divulgação de suas ações, produções ou atividades?

- ☐ Site
- ☐ Blog



- ( ) Redes Sociais (Facebook, Instagram)
- ( ) Link página da Prefeitura/Secretaria de Educação
- ( ) Telefone próprio

17. O Conselho realiza consultas públicas para ouvir a comunidade?

- ( ) Sim
- ( ) Não

18. O Conselho vem participando dos processos de elaboração ou adequação do Plano Municipal de Educação - PME?

- ( ) Sim
- ( ) Não

18.1. O Conselho possui atribuições legais em relação ao acompanhamento, monitoramento e/ou avaliação do Plano Municipal de Educação - PME?

- ( ) Sim
- ( ) Não

18.2 - Se sim, obrigatório anexar Lei do PME, Decreto/Portaria.

---

18.3 O Conselho possui estratégias relativas ao acompanhamento, monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação - PME?

- ( ) Sim
- ( ) Não

18.4 - Se sim, citar quais:

---

---

---

---

19. O município tem Fórum Municipal de Educação instituído? \*

- ( ) Sim
- ( ) Não

19.1 - O Conselho Municipal de Educação faz parte do Fórum Municipal de Educação? \*

(   ) Sim

(   ) Não

20. O Conselho conhece a UNCME? \*

(   ) Sim

(   ) Não

20.1 - O Conselho Municipal de Educação já é filiado à UNCME Nacional?

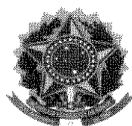
(   ) Sim

(   ) Não

Convidamos a cadastrar o CME no site da UNCME Nacional (é gratuito) :

[www.uncme.org.br](http://www.uncme.org.br)

## **ANEXO 6 -TERMO DE ADESÃO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO/SASE/MEC**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO

### **TERMO DE ADESÃO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO/SASE/MEC**

ANA SERES TRENTA COMIN, CPF nº 253.794.029-68, na qualidade de Secretária de Estado da Educação do Paraná, manifesto interesse na adesão voluntária ao processo de assistência técnica para o monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Educação (PEE), Lei nº 18.492/2015, de 25 de junho de 2015, oferecido pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE/MEC). Declaro ter conhecimento de que a assistência técnica consiste na formação, orientação e acompanhamento da comissão instituída para esta finalidade, com base na metodologia proposta pela SASE/MEC. Para que resultados positivos sejam alcançados, responsabilizo-me por: (i) mobilizar as instituições responsáveis pelo processo de monitoramento e avaliação do PEE, conforme previsto em legislação específica ou, na ausência, instituir instância para esta finalidade; (ii) viabilizar a participação dos representantes da comissão coordenadora nas formações oferecidas pela Rede de Assistência Técnica/SASE/MEC; (iii) disponibilizar informações referentes ao processo de monitoramento e avaliação do PEE para divulgação no portal “PNE em Movimento”; e (iv) indicar um técnico desta Secretaria como responsável pela interlocução com o avaliador educacional da SASE/MEC.

Curitiba, 18 de abril de 2016.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ana Seres Trento Comin', is written over a circular official stamp.

ANA SERES TRENTA COMIN  
**SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
DECRETO 1.307/2015

**ANEXO 7 - OFÍCIO CIRCULAR/MEC**

Ministério da Educação  
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Edifício Sede - 5º Andar - Bairro Zona  
Cívico-  
Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900  
Telefone: 2022-8318 - <http://www.mec.gov>

OFÍCIO-CIRCULAR Nº 2/2020/CHEFIA/GAB/SEB/SEB-MEC

Brasília, 27 de fevereiro de 2020.

Ao Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed  
À União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime

**Assunto: Resposta à Carta enviada pelos Ex-coordenadores do Programa PNE em Movimento.**

Prezados Senhores,

1. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) foi construído de forma coletiva e aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece, entre outras providências, que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas nesse PNE, no prazo de um ano contado da publicação da mesma.
2. Assim, após a aprovação do Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024, os entes federativos deram início à elaboração ou revisão de seus próprios planos. E coube à Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (SASE/MEC) atuar em conjunto com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), criando a Rede de Assistência Técnica, que orientou as Comissões Coordenadoras locais para que os estados, o Distrito Federal e os municípios elaborassem e aprovassem seus planos, com metas articuladas às metas nacionais.

3. Com a publicação do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, à Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação compete assistir os estados, o Distrito Federal e os municípios na elaboração, adequação, monitoramento e avaliação técnica de seus planos de educação, de acordo com as diretrizes, metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação - PNE, e promover a articulação e a pactuação entre os sistemas de ensino. Esse mesmo Decreto define as novas competências desta Diretoria de Articulação e Apoio às Redes (DARE) no art. 14, incisos IX, X, XI e XII. Nesse sentido, entre outras atribuições, compete à Coordenação Geral de Apoio às Redes e Infraestrutura Educacional (CGARE) propor e implementar estratégias e instrumentos para o monitoramento e a avaliação dos planos de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

4. Dessa forma, atualmente, a Secretaria de Educação Básica está em fase de elaboração do documento norteador para a organização e funcionamento da Rede para Articulação de Sistemas e Políticas Educacionais, que tem a função de apoiar a Instância Permanente de Negociação e Cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e o Municípios, instituída pela Portaria MEC nº 1.716, de 3 de outubro de 2019, com o objetivo de contribuir para o alcance das metas e a implementação das estratégias definidas pelo Plano Nacional de Educação - PNE bem como de fortalecer os mecanismos de articulação entre os sistemas de ensino, por intermédio do desenvolvimento de ações conjuntas.

5. Com isso, diante da importância que o tema requer, a Secretaria de Educação Básica, por meio da Coordenação Geral de Apoio às Redes e Infraestrutura Educacional, planeja implementar um novo sistema de monitoramento e avaliação dos Planos Municipais e Estaduais de Educação. Ressaltamos que a aplicação do instrumento *on-line* para o levantamento de informações sobre a atuação da antiga “Rede de Assistência Técnica”, implementada pelo MEC em 2018, em parceria com o Consed e a Undime, foi de grande valia para subsidiar a proposta de reestruturação da referida rede para monitoramento e avaliação dos planos estaduais, distrital e municipais de Educação. Informamos que o trabalho de reestruturação será apresentado para o Consed e a Undime, a fim de que possamos pactuar a melhor forma de propor e implementar estratégias e instrumentos para o monitoramento e a avaliação dos planos subnacionais de educação.

Atenciosamente,

JANIO CARLOS ENDO MACEDO  
Secretário de Educação Básica



Documento assinado eletronicamente por **Janio Carlos Endo Macedo**, **Secretário(a)**, em 03/03/2020, às 07:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1929207** e o código CRC **0303 FF5B**.

**Referência:** Caso responda a este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23000.007637/2019-41 SEI nº 1929207

file:///E:/Mauricio%20Toshiba/NÚCLEO%20COOPERAÇÃO%20MUNICÍPIOS/P  
I... 05/03/2020